

# **A política externa da Índia e as relações bilaterais com o Paquistão**

**Liliana Budchina**

**Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais**  
**Área de especialização em Estudos Políticos de Área**

**(Versão corrigida e melhorada após defesa pública)**

**Janeiro de 2018**

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais na área de especialização em Estudos Políticos de Área, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Raquel Vaz-Pinto e da Professora Doutora Ana Santos Pinto.

## **AGRADECIMENTOS**

Expresso o meu sincero reconhecimento à Professora Doutora Raquel Vaz-Pinto e à Professora Doutora Ana Santos Pinto pelas suas orientações, ajuda e conhecimentos transmitidos. Agradeço ao Constantino Xavier, investigador no Carnegie Índia, pelos seus conselhos importantes que ajudaram a melhorar o presente trabalho.

Agradeço igualmente a todos os colegas e amigos cujo olhar atento e comentários pertinentes ajudaram a melhorar a presente dissertação.

Aos meus pais pelo apoio conferido para a concretização dos objetivos académicos.

# **A POLÍTICA EXTERNA DA ÍNDIA E AS RELAÇÕES BILATERAIS COM O PAQUISTÃO**

**LILIANA BUDCHINA**

## **RESUMO**

**PALAVRAS-CHAVE:** Ásia do Sul, Assimetria de Poder, Índia, Paquistão, Política Externa, Conflito

Com o fim da Segunda Guerra Mundial ocorreu uma metamorfose da Ásia do Sul. A sub-região deixou de ser meramente um objeto de interesse geopolítico por parte das grandes potências, tornando-se novamente um ator independente no palco internacional. A Ásia do Sul representa uma das sub-regiões mais dinâmicas do mundo, mas ao mesmo tempo uma das menos integradas e menos pacíficas. No quadro do subcontinente, a Índia e o Paquistão são os principais Estados e a sua relação é fulcral para a estabilidade da sub-região, e da região como um todo.

Tendo por base os quadros teóricos do neo-realismo, do realismo neoclássico e a análise de política externa, esta dissertação visa a análise da política externa da Índia e do Paquistão numa ótica bilateral, desde a sua independência (1947) até 2016. Os dois Estados travaram quatro conflitos militares (1947-1948, 1965, 1971 e 1999), possuem reivindicações mutuamente exclusivas sobre Caxemira e em 1998 introduziram uma nova variável no quadro da disputa, as armas nucleares. Nesta relação a Índia é o *status quo power* e o Paquistão, apesar de possuir menores capacidades relativas, é o Estado revisionista que procura o reajustamento territorial.

Este estudo demonstra que as relações indo-paquistanesas são condicionadas por um conjunto diversificado de variáveis, em particular a dimensão interna dos Estados, a dimensão internacional, as armas nucleares, os fatores históricos e o contexto sub-regional. A presente dissertação conclui que a assimetria de poder entre os dois Estados tem impacto nas relações bilaterais. O Paquistão procurou contrabalançar a Índia, primeiro através de fontes externas de poder, nomeadamente a participação em organizações internacionais e alianças, e posteriormente também por intermédio das armas nucleares, percecionadas como um «equalizador estratégico». As fontes externas de poder foram fundamentais para a prolongação da conflitualidade indo-paquistanesa.

Esta dissertação conclui igualmente que com o aumento das capacidades relativas de Nova Deli há uma menor interferência dos fatores sistémicos nas relações indo-paquistanesas, particularmente na questão de Caxemira. Sustenta-se também que, apesar de ter maiores capacidades relativas, a Índia não consegue compelir o Paquistão a cessar o revisionismo territorial. No quadro sub-regional, Nova Deli procura contornar os obstáculos colocados por Islamabad no processo de integração através de novas estratégias.

# **INDIA'S FOREIGN POLICY AND ITS BILATERAL RELATIONS WITH PAKISTAN**

**LILIANA BUDCHINA**

## **ABSTRACT**

**KEYWORDS:** South Asia, Power Asymmetry, India, Pakistan, Foreign Policy, Conflict

The end of the Second World War triggered off a metamorphose of South Asia. Having reemerged as an independent actor on the international stage, the sub-region is no longer merely an object of geopolitical interest of great powers. As a result, South Asia has become one of the world's most dynamic sub-regions, simultaneously however, one of least integrated and peaceful. As India and Pakistan are the main countries on the subcontinent, their relation is vital for the stability not only of the sub-region but that of the whole region as well.

Drawing upon the theoretical frameworks of neorealism, neoclassical realism and foreign policy analysis, this dissertation aims at examining the foreign policy of India and Pakistan from a bilateral perspective, since they became independent (1947) until 2016. The two states came into four military conflicts (1947-1948, 1965, 1971 and 1999), have a mutually exclusive claim on Kashmir and, in 1998, introduced a new variable into the dispute, the nuclear arms. In this relation India is characterized as a *status quo* power and Pakistan, despite its lower relative capabilities, is the revisionist state, which seeks the territorial readjustment.

This study demonstrates that the Indo-Pakistani relations are conditioned by a diverse set of variables, such as their internal and international dimension, the nuclear weapons, the historical factors and the sub-regional context. This thesis has concluded that the existing asymmetry of power impacts the bilateral relations of the two states. Pakistan has always sought to counterbalance India, first through external power sources, namely by becoming member of international organizations and alliances, and later also through the possession of nuclear weapons, perceived as a «strategic equalizer» by the Pakistani Establishment. The external sources of power were fundamental to the prolongation of Indo-Pakistani conflict.

This dissertation has equally concluded that with the increase of the relative capabilities of India there is a minor interference by the systemic factors in the Indo-Pakistani relations, principally where Kashmir is concerned. It also argues that, although India possesses bigger relative capabilities, it is not able to employ them to make Pakistan cease its territorial revisionism. At the sub-regional level, New Delhi seeks to overcome the obstacles posed by Islamabad to integration process by adopting new strategies.

## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
2.Quadro teórico conceitual .....	3
3.Metodologia .....	5
4.Outline da Dissertação .....	9
<b>I.ENQUADRAMENTO TEÓRICO .....</b>	<b>13</b>
1.Neo-realismo/Realismo Estrutural.....	13
2.Realismo Neoclássico .....	16
3.Política Externa.....	19
3.1 Modelo Teórico de Ator Racional.....	20
3.2 Organizações Burocráticas .....	21
3.3 Pequenos Grupos.....	22
3.4 Líderes .....	23
4.Soft Power e Hard Power.....	24
5.Armas Nucleares .....	27
6.Conflito de Baixa Intensidade e Terrorismo .....	30
7.Considerações Finais .....	32
<b>II.UMA PERSPETIVA HISTÓRICA DA EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES INDO-PAQUISTANESAS (1947-2001).....</b>	<b>35</b>
1.A partição do Raj britânico .....	35
2.A questão de Caxemira e os conflitos armados entre a Índia e o Paquistão (1947-1971) .....	38
3.Os testes nucleares de 1998 e as mudanças no ambiente estratégico .....	43
4.Os novos desafios a nível de segurança.....	49
5.O sistema bipolar no período da Guerra Fria: oportunidades e constrangimentos ..	51
6.A redefinição da política externa no sistema unipolar.....	53
7.Considerações finais .....	56

<b>III. AS RELAÇÕES BILATERAIS NO PERÍODO PÓS-GUERRA FRIA.....</b>	<b>59</b>
1.O perfil da Índia e do Paquistão na atualidade .....	60
2.A cooperação em matéria económica e política .....	68
3.Era Narendra Modi Nawaz Sharif.....	75
Considerações finais .....	81
<b>IV. O POSICIONAMENTO E A INTERAÇÃO DA ÍNDIA E DO PAQUISTÃO NO QUADRO SUB-REGIONAL, REGIONAL E GLOBAL .....</b>	<b>85</b>
1.O projeto de integração na Ásia do Sul .....	85
1.2. SAARC - uma organização disfuncional .....	88
2. A evolução do modus operandi da Índia em relação aos Estados da Ásia do Sul..	90
3.O impacto de Modi no processo de integração.....	93
4.O triângulo estratégico China – Índia – Paquistão.....	98
5.A mudança da balança de poder no quadro internacional e o seu impacto a nível regional .....	100
Considerações finais .....	102
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>106</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>117</b>
Fontes Primárias .....	117
Fontes Secundárias .....	122
<b>LISTA DE FIGURAS.....</b>	<b>137</b>
Apêndice 1: A relação de interação das variáveis .....	138
Anexo 1: Mapa da Índia britânica na véspera da independência de 1947.....	139
Anexo 2: Mapa do Paquistão em 1947 .....	140
Anexo 3: Mapa do Paquistão em 1972.....	141
Anexo 4: Mapa do posicionamento do Paquistão a nível regional .....	142
Anexo 5: Mapa do território de Caxemira.....	143
Anexo 6: Os principais países de destino dos Programas de Cooperação Técnica da Índia, no fiscal 2015-2016 (valores estimados, apresentados em rupia indiana) .....	144

Anexo 7: As despesas de defesa e o número das forças armadas por Estado, na região da Ásia.....	145
Anexo 8: Os principais Tratados, Acordos, Memorandos de Entendimento, Declarações e Protocolos entre a Índia e o Paquistão .....	146



## LISTA DE ABREVIATURAS

BBIN – Bangladesh, Butão, Índia e Nepal

BIMSTEC – *The Bay of Bengal Initiative for Multi-Sectoral Technical and Economic Cooperation* (A Iniciativa para a Cooperação Multissetorial Técnica e Económica da Baía de Bengala)

CENTO – *Central Treaty Organization* (Organização do Tratado Central)

EUA – Estados Unidos da América

IBGs – *Integrated Battle Groups*

ITG – Índice de Terrorismo Global

ISI – *Inter-Services Intelligence Directorate* (Serviços de Informações de Segurança)

LTTE – *Liberation Tigers of Tamil Ealem*

NWFP – *Northwest Frontier Province* (Província da Fronteira Noroeste)

ONU – Organização das Nações Unidas

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

PIB – Produto Interno Bruto

SAARC – *South Asian Association for Regional Cooperation* (Associação da Ásia do Sul para a Cooperação Regional)

SAFTA – *South Asian Free Trade Area* (Área de Livre Comércio da Ásia do Sul)

SAPTA – *SAARC Preferential Trading Arrangement* (Acordo Preferencial de Comércio da SAARC)

SEATO – *Southeast Asia Treaty Organization* (Organização do Tratado do Sudeste Asiático)

TNP – Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares

UE – União Europeia

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USD – *United States Dollar* (Dólar dos Estados Unidos)



# INTRODUÇÃO

## 1. Tema: Enquadramento e justificativa

It was India's historic destiny that many human races and cultures and religions should flow to her, finding a home in her hospitable soil, and that many a caravan should find rest here. [...] Eleven hundred years of common history [of Islam and Hinduism] have enriched India with our common achievements. Our languages, our poetry, our literature, our culture, our art, our dress, our manners and customs, the innumerable happenings of our daily life, everything bears the stamp of our joint endeavour. [...] These thousand years of our joint life have moulded us into a common nationality. [...] Whether we like it or not, we have now become an Indian nation, united and indivisible. No fantasy or artificial scheming to separate and divide can break this unity.

*Maulana Abul Kalam Azad<sup>1</sup>, Congress Presidential Address, 1940 (Azad, 1940 Apud Guha, 2008, p.25).*

Conforme o excerto do discurso de Maulana Abul Kalam Azad indica, o povo muçulmano e o povo hindu conviveram pacificamente durante séculos. A Índia britânica era uma colónia secular, onde a ideia da criação de um Estado muçulmano enquanto identidade política separada não existiu até 1930, ano em que foi sugerida por Choudhary Rahmat Ali, um indiano muçulmano que morava em Cambridge, Reino Unido (Cohen, 2004, p. 26). A ideia de criação de dois Estados separados foi traduzida na teoria de «duas nações», que sustentava que os hindus e os muçulmanos indianos eram duas nações etnoculturais diferentes, cada uma devendo ter o seu próprio Estado. Este conceito, oposto à noção de Estado secular promovida pelo Congresso indiano, foi transformado num movimento político por Mohammed Ali Jinnah (Lieven, 2012, p. 55).

O *Government of India Act* de 1935 e as eleições de 1937 foram decisivas para a reivindicação do Paquistão. Na resolução de Lahore de 1940, sob o incentivo de Jinnah, a Liga Muçulmana estabeleceu a exigência de um Estado muçulmano independente. Não obstante, Jinnah não falava de uma separação completa, mas de uma divisão da Índia em Estados nacionais autónomos (*Ibidem*). No entanto, tal não se concretizou. O Paquistão foi o primeiro Estado a ser criado após a Segunda Guerra Mundial, a 14 de agosto de 1947, e a independência da Índia foi anunciada um dia mais tarde, a 15 de agosto (Cohen, 2004, p. 39).

---

<sup>1</sup> Maulana Abul Kalam Azad foi um teólogo islâmico e um dos líderes do movimento de independência indiana contra a coroa britânica no início do século XX. O seu discurso foi proferido na quinquagésima terceira sessão do Congresso Nacional Indiano.

Embora a emancipação face à coroa britânica tenha sido obtida maioritariamente através de meios pacíficos, o mesmo não pode ser dito sobre a divisão do antigo *Raj* britânico<sup>2</sup>, que foi sangrenta e teve um impacto importante tanto na ideia como na configuração do Paquistão (*Ibidem*, p. 45). O fluxo bidirecional maciço de refugiados e o genocídio – enquanto violência perpetrada por muçulmanos, hindus e siques – geraram sentimentos de hostilidade entre os dois Estados e a sua população, minando as relações entre a Índia e o Paquistão desde o início (Paul, 2014, p. 177).

A independência da Índia e do Paquistão foi seguida de uma curta guerra (1947-1948), que resultou na seguinte divisão de Caxemira<sup>3</sup>: cerca de um terço do território ficou sob a jurisdição do Paquistão, enquanto dois terços foram incorporados na Índia (Kapur, 2011, p. 62). Evidencia-se o facto de ambos os Estados reclamarem o território na sua íntegra. Caxemira – um estado maioritariamente muçulmano – era governada por um marajá hindu – Hari Singh – que queria a manutenção da independência de Caxemira, excluindo a ideia de adesão à Índia ou ao Paquistão. O último reivindicou o território devido à sua população maioritariamente muçulmana. Na iminência de uma derrota devido à ofensiva empreendida pelas forças tribais provenientes do Paquistão, que contavam com o apoio do exército paquistanês, o governador solicitou o auxílio da Índia, mas, em troca, efetuou a adesão do principado à União Indiana. Caxemira tornou-se o símbolo de uma separação incompleta e uma conceção de identidade mutuamente exclusiva (Basrur, 2010, p. 19), traduzindo também a ideia que esteve na base da criação do Paquistão – uma pátria para os muçulmanos da Ásia do Sul.

A primeira guerra de Caxemira marcou o início de uma disputa e conflitualidade que se perpetua até aos dias de hoje. Para além do conflito de 1947-1948, existiram mais três: 1965, 1971 e 1999. A guerra de 1971 teve um impacto mais pronunciado, resultando num fracasso militar para o Paquistão e a secessão do Paquistão Oriental, que corresponde ao atual Bangladesh. Embora tenham passado sete décadas desde a independência da Índia e do Paquistão, as relações continuam a ser marcadas por uma grande desconfiança e rivalidade, não apenas em relação a Caxemira, mas também a assuntos como a gestão dos recursos hídricos partilhados, o estatuto sub-regional, entre outros.

Em 1998, a Índia e o Paquistão demonstraram à sociedade internacional que possuíam um arsenal nuclear, após terem realizado testes nucleares. Deste modo, foi

---

<sup>2</sup> A jóia da coroa do império britânico era designada de *Raj*, que em hindi significa «governar» ou «reino».

<sup>3</sup> Neste estudo o estado de Jamu e Caxemira é referido apenas como Caxemira.

introduzida uma nova variável nas relações bilaterais entre os dois Estados. A combinação de armas nucleares e de uma estratégia assimétrica em Caxemira têm tido efeitos profundamente desestabilizadores tanto nas relações bilaterais como também no contexto sub-regional (Ásia do Sul) e regional (Ásia).

## **2. Quadro teórico conceitual**

A introdução histórica é fundamental na compreensão dos fatores que estiveram na base das relações entre a Índia e o Paquistão e que as moldam até aos dias de hoje. Os fatores históricos permitem compreender a importância do tema da presente pesquisa, que é uma área de estudo pouco abordada em Portugal. Nesse sentido, o principal propósito desta dissertação consiste na análise da política externa da Índia e do Paquistão, sendo, por conseguinte, imprescindível abordar o conceito de política externa. No panorama do sistema internacional, as relações verticais (entre Estados) são antagónicas, e a luta pela sobrevivência é permanente, isto é, prevalece a lógica de soma nula. Tal explica a complexidade das relações de cooperação entre a Índia e o Paquistão. No quadro desta pesquisa irei utilizar a teoria realista – a corrente neo-realista – designada também de realismo estrutural – e a corrente neoclássica.

Segundo o enunciado realista, os Estados são atores racionais que procuram maximizar os seus interesses num meio fundamentalmente anárquico. De acordo com Kenneth Waltz, a estrutura é definida pelo princípio ordenador do sistema internacional – a anarquia – e a distribuição relativa de capacidades entre as unidades, que são os Estados. Waltz assume que não existe diferenciação de funções entre as várias unidades. A estrutura do sistema internacional molda as escolhas na política externa (Waltz, 2002). Para os neo-realistas, a explicação dos testes nucleares levados a cabo pela Índia e pelo Paquistão tem por base a estrutura anárquica do sistema internacional, ou seja, a falta de uma autoridade central para reforçar as regras e manter a ordem no sistema. A necessidade de possuir armas é condicionada pelo sistema competitivo, onde os Estados detêm capacidades diferentes para desempenhar as mesmas funções. No sistema internacional anárquico a maior preocupação dos Estados é garantir a sua sobrevivência.

Ainda no quadro neo-realista, é importante abordar o conceito de balança de poder, que apresenta o desequilíbrio de forças como um perigo tanto para os Estados fracos como para os Estados fortes. A percepção de perigo reside no poder desequilibrado

que encoraja o comportamento necessário para a manutenção de um equilíbrio do sistema de forças, nomeadamente a formação de alianças para contrabalançar o peso de outros Estados (*Ibidem*). No contexto da Ásia de Sul, a balança de poder é fulcral para explicar os alinhamentos durante a Guerra Fria e no período atual. O exemplo mais emblemático do período de Guerra Fria é o afastamento da Índia da política de não-alinhamento e a assinatura do tratado indo-soviético em 1971 – como resposta ao apoio conferido por Washington ao Paquistão e à China.

É importante referir que o neo-realismo carece de uma teoria bem articulada sobre o Estado. Waltz foca-se nas propriedades e nas restrições impostas pelo sistema internacional a todos os Estados, sem ter em conta as características internas dos países, atores individuais, que se tornam assim numa «caixa preta» (Lobell, et al., 2009, p. 17). Como complemento ao neo-realismo irei recorrer ao realismo neoclássico, que explica o comportamento externo do Estado através das propriedades causais ao nível estrutural – sistema internacional – e unitário – Estado. O realismo neoclássico tem em conta as propriedades dos Estados, argumentando que a grandeza e a ambição da política externa de um país são impulsionadas principalmente pelo poder material relativo do país. No entanto, sustenta que o impacto das capacidades de poder é indireto e complexo, porque as pressões sistémicas devem ser traduzidas através de variáveis intervenientes ao nível das unidades, tais como as perceções dos decisores políticos e a própria estrutura do Estado (Rose, 1998, p. 152). Deste modo, a análise de poder deve examinar a força e a estrutura dos estados em relação às suas sociedades, porque estas afetam a proporção dos recursos nacionais que podem ser alocados à política externa. Aplicada ao caso da Índia e do Paquistão, esta teoria permitirá explicar a percepção da Índia como uma ameaça existencial, tanto pela população como pelas autoridades paquistanesas, que permite a atribuição de recursos para gastos militares.

A prática da guerra foi alterada com a introdução das armas nucleares (Maxwell, 1986). Desde 1998 as armas nucleares emergiram como um fator-chave na relação indo-paquistanesa, reduzindo a assimetria de poder entre os dois Estados (Paul, 2006, p. 618). É importante referir que no conflito indo-paquistão o Paquistão é um Estado revisionista, insatisfeito com o *satus quo* em Caxemira. No quadro da pesquisa irei aprofundar o paradoxo de «instabilidade-estabilidade», que encoraja as forças armadas do Paquistão a realizarem ofensivas militares limitadas (como a Guerra de Kargil) e

fomentar o terrorismo como parte da estratégia de «sangramento da Índia por mil cortes»<sup>4</sup> (Ganguly, 2010 *Apud* Shankar & Paul, 2016, p.7). Será demonstrado que as armas nucleares são um fator que leva à perpetuação da rivalidade. Nesta análise é importante ter em conta que o Paquistão tem uma política de *first use* no que respeita as armas nucleares, ou seja, poderá responder com armamento nuclear a um ataque convencional por parte da Índia. Nova Deli, ao contrário de Islamabad, mantém uma política de *no first use*, o que significa que irá apenas retaliar com armas nucleares depois de absorver um primeiro ataque nuclear, lançado pelo seu oponente.

Desde a guerra de Kargil (1999), não houve nenhum combate de grande escala, pelo contrário o conflito atual é de baixa intensidade, podendo ser também caracterizado como guerra assimétrica – violência sem combate e de guerra não declarada. Existe uma diferença na tipologia do conflito, se anteriormente as partes participantes do conflito eram atores estatais, desde então passaram a ser atores não-estatais. Neste contexto, o «guarda-chuva nuclear» tem proporcionado a Islamabad uma crescente confiança para prosseguir estas atividades (Mistry, 2009, p. 183).

Nas Relações Internacionais o espectro do poder fragmenta-se em dimensões como: o *hard power* e o *soft power*. O *hard power* coercivo é o cerne da teoria realista. Joseph Nye refere-se a esta forma de poder como a capacidade de usar o poder económico e militar para fazer os outros seguirem a sua vontade. No que diz respeito ao *soft power*, o autor define-o, por um lado, em termos comportamentais, como o poder de atração e, em termos de recursos, como o ativo capaz de produzir tal fenómeno de atração (Nye, 2004a). No âmbito da investigação irei analisar em que medida o aumento do *hard power* e *soft power* indiano, assim como a diminuição do *hard power* paquistanês, têm moldado a política externa de Nova Deli em relação à resolução dos antagonismos com o Paquistão. Irei igualmente abordar no quadro da pesquisa os seguintes conceitos: dissuasão nuclear, contenção (*containment*) e terrorismo.

### 3. Metodologia

O período de análise sobre o qual me irei debruçar nesta investigação está compreendido entre 1947 – ano no qual se verificou a independência da Índia e do

---

<sup>4</sup> Tradução livre da autora da expressão original: «bleeding India by thousand cuts» (Ganguly, 2010 *Apud* Shankar & Paul, 2016, p.7).



Paquistão – e o ano de 2016. Dentro deste intervalo temporal serão analisados três períodos distintos: 1947-1991, 1991-2014 e 2014-2016. O ano de 1991 representa um momento de ruptura devido ao impacto do colapso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e aos efeitos que o mesmo teve na política interna e externa da Índia e do Paquistão. Uma outra data importante na política externa indiana é o ano de 2014, em que Narendra Modi foi eleito Primeiro-Ministro. Modi tornou-se líder de um Governo de maioria, facto que já não se registava há trinta anos (Mohan, 2015a, p. VII). A sua forte base de apoio interno e a isenção dos fardos ideológicos do passado, nomeadamente o Movimento dos Não-Alinhados, têm um grande impacto na política externa indiana (*Ibidem*). Por estes motivos é conferida uma especial atenção aos seus dois primeiros anos de governo 2014-2016. Embora o foco da análise seja o período pós-Guerra Fria, é essencial examinar as relações bilaterais desde a independência de ambos os Estados para poder observar a sua evolução através da identificação de continuidades, mudanças e rupturas. O objetivo da investigação passará pela tentativa de responder à seguinte questão: «De que modo a política externa e de segurança da Índia é influenciada pela mudança da relação de poder entre a Índia e Paquistão?»

A investigação será desenvolvida recorrendo a uma abordagem explicativa para efetuar o enquadramento teórico e histórico. No estudo do aumento do poder da Índia, que advém do desenvolvimento das suas capacidades de *hard* e *soft power*, será utilizada uma abordagem compreensiva. Estas capacidades permitiram a sua emergência enquanto um ator preponderante na política internacional. Ao contrário da Índia, o Paquistão registou uma diminuição do seu poder relativo. Nesta análise irei incluir, igualmente, os efeitos indiretos do incremento do poder de Nova Deli a nível internacional que, por sua vez, têm impactos a nível sub-regional (Ásia do Sul) e regional (Ásia). Analisar-se-á o comportamento dos dois atores, nomeadamente os meios utilizados na condução da política externa. As teorias e os conceitos acima enunciados permitir-me-ão explicar a complexidade das relações entre a Índia e o Paquistão.

O trabalho terá quatro eixos problemáticos: a dimensão histórica; a dimensão interna; o contexto regional e a dimensão internacional. No quadro do primeiro eixo focar-me-ei nos acontecimentos históricos, tentando explicar e compreender os fenómenos que estão na base das relações bilaterais. Na análise dos restantes eixos problemáticos utilizarei uma abordagem compreensiva, de modo a analisar e compreender os fenómenos.

O primeiro eixo problemático presente na investigação refere-se à dimensão histórica. A partição do antigo *Raj* britânico deixou assuntos não resolvidos, sendo o mais premente a questão de Caxemira, em torno da qual não existe um consenso por parte de ambos os Estados. A variável a ser estudada é a política externa da Índia e do Paquistão, numa perspectiva histórica. Para o efeito serão analisados os indicadores: atores políticos e militares, conflitos armados, acordos, tratados e alianças. No quadro dos descritores: estrutura do sistema internacional, natureza do conflito, tipologia do governo. A exposição histórica permitirá compreender o desenvolvimento das relações bilaterais e perceber quais são os fatores que estão na sua génese. «Que mudanças ocorreram nas relações bilaterais entre a Índia e o Paquistão desde 1991?», é a questão que será colocada no quadro deste eixo problemático.

O segundo eixo problemático prende-se com as relações bilaterais. As variáveis a serem analisadas são a dimensão interna de ambos os países – que é traduzida pelo *soft power* e *hard power* de cada Estado – e as armas nucleares. É relevante examinar de que modo as variações no aumento ou diminuição do poder – traduzidas principalmente pela posse de recursos naturais, económicos e militares influenciam a condução da política externa, tanto numa ótica bilateral como multilateral, ou seja, no quadro de várias organizações. Para compreender a evolução da política externa levada a cabo pelos dois Estados serão utilizados os seguintes indicadores: acordos bilaterais, conflitos e tensões militares, poder económico e militar, e instrumentos utilizados na condução da política bilateral. Serão também analisados os seguintes descritores: atratividade cultural, áreas de cooperação, a tipologia do conflito, e os custos em termos económicos e militares, devido à canalização destes recursos para o conflito. No quadro deste eixo irei colocar as seguintes questões: «1. Quais são as repercussões dos diferendos não resolvidos entre a Índia e o Paquistão no plano interno, nomeadamente a nível de segurança, da economia e da política? 2. Por que não existe cooperação económica, ou existindo a mesma é muito pouco significativa, entre a Índia e o Paquistão, à semelhança do que acontece com a Índia e a China?».

O contexto regional é o terceiro eixo problemático. A sua abordagem é essencial pelo facto de a rivalidade e o conflito entre a Índia e Paquistão minarem a influência indiana no plano sub-regional, ou seja, não lhe permitem explorar o seu potencial e tornar-se o líder legítimo do subcontinente. A resolução do conflito no quadro sub-regional é uma etapa necessária para que a Índia possa prosseguir para o plano regional e

internacional, e aspirar ao estatuto de potência global. As variáveis alvos de análise são: as organizações sub-regionais e regionais (a Associação da Ásia do Sul para a Cooperação Regional (SAARC, na sigla inglesa), a Iniciativa para a Cooperação Multissetorial Técnica e Económica da Baía de Bengala (BIMSTEC, na sigla inglesa), as relações bilaterais com os países vizinhos, com destaque para China, Bangladesh, Butão, Nepal e Sri Lanka. Os indicadores utilizados são: os acordos bilaterais da Índia e do Paquistão com os Estados-membros da SAARC, o volume de trocas comerciais no quadro da SAARC, cimeiras e acordos assinados no âmbito da SAARC. O trabalho terá como descritores: as áreas dos acordos e as áreas de investimento por parte da Índia e do Paquistão nos Estados-membros da SAARC. Estas dimensões são relevantes na medida em que influenciam, ainda que de modo indireto, a relação entre Nova Deli e Islamabad. Através do estudo dos descritores e indicadores indicados pretendo responder à seguinte questão: «De que modo a Índia pode ultrapassar o entrave colocado por Islamabad no quadro da cooperação e integração sub-regional?».

A dimensão internacional constitui o quarto eixo problemático a ser abordado na investigação. A Ásia do século XXI é uma região de grande importância a nível internacional, não apenas em termos geopolíticos, mas também do ponto de vista económico devido ao seu forte crescimento. Neste panorama, a Índia despertou o interesse de muitos investidores após a abertura do seu mercado económico em 1991. O Paquistão é um país relevante, embora em menor grau. A sua importância é-lhe conferida pela sua localização geoestratégica, algo que o país explora habilmente. Neste contexto, as variáveis sobre as quais me irei debruçar são as alianças e a cooperação a nível regional e internacional, e o impacto das mesmas nas relações de poder a nível sub-regional, ou seja, na Ásia do Sul. Estas variáveis são relevantes devido à cooperação entre a China e o Paquistão e entre a Índia e os Estados Unidos da América (EUA). Os indicadores a serem analisados são: cimeiras, acordos, investimento estrangeiro, trocas comerciais. Os descritores a serem tidos em conta são: as áreas de investimento, as áreas de cooperação. «Qual é a importância da conjuntura internacional para a política externa de Nova Deli em relação ao Paquistão?» será a pergunta colocado neste âmbito.

Nesta investigação, a interação entre os eixos problemáticos é substancial, uma vez que irá traduzir o impacto destas variáveis na formulação da política externa da Índia e do Paquistão que, por sua vez, se irá refletir nas suas relações bilaterais. Com base na interação das variáveis, apresentada no Anexo1, existem duas hipóteses que pretendo

validar. A hipótese central: «A política externa da Índia *vis-à-vis* o Paquistão é influenciada pela diminuição do poder relativo de Islamabad em relação a Nova Deli. O mesmo acontece no caso da condução da política externa paquistanesa, na qual é evidente o impacto exercido pelo aumento de poder de Nova Deli e que os torna atores desiguais em termos das suas capacidades». A segunda hipótese é complementar à primeira e representa os fatores que atuam indiretamente sobre a relação bilateral entre a Índia e o Paquistão. «Os fatores sistêmicos têm cada vez menos efeitos nas relações bilaterais e na gestão do conflito entre a Índia e o Paquistão».

#### **4.Outline da Dissertação**

A estrutura do trabalho será constituída por quatro capítulos. O primeiro capítulo será dedicado à parte teórica, onde irei abordar conceitos e teorias que me permitirão sustentar o raciocínio desenvolvido ao longo da pesquisa. A análise da política externa permitir-me-á explicar as linhas orientadoras da política externa da Índia, e os fatores que estiveram na sua base. Irei identificar três grandes períodos na política externa indiana, nomeadamente: 1947-91, 1991-2014 e 2014 até 2016. No âmbito da política externa do Paquistão é relevante analisar o papel das dinâmicas internas, organizações burocráticas, pequenos grupos e destacar a função das forças armadas na condução da política externa, mesmo quando à frente do país está um governo civil.

As relações bilaterais serão explicadas à luz da teoria realista, no entendimento de que esta é a que melhor traduz a relação de conflitualidade, uma vez que a Índia é percecionada como uma ameaça existencial por parte do Paquistão, o que por seu lado explica a quase ausência de cooperação, devido ao jogo de soma nula. Nesta equação de poder terá um papel fundamental o *hard power* e o *soft power* de cada Estado, uma vez que vão proporcionar as ferramentas necessárias para ambos os países na implementação da política externa. Neste contexto, irei igualmente abordar a instrumentalização da dissuasão nuclear e a estratégia de conflito assimétrico por parte do Paquistão. Para além da equação de poder proporcionada pelo conceito de balança de poder, no quadro da teoria neo-realista, irei recorrer à teoria realista neoclássica para verificar de que modo os *inputs* do sistema internacional são «filtrados» pelos Estados e quais são os *outputs*, traduzidos na política externa.

No segundo capítulo ao retratar a parte histórica terei dois grandes enfoques: a análise da evolução das relações bilaterais e o sistema internacional. No quadro das relações bilaterais irei abordar a questão de Caxemira, as guerras travadas pelos dois Estados (1947-1948, 1965, 1971 e 1999), dando destaque ao conflito de 1971, uma vez que a vitória esmagadora da Índia não levou à resolução da disputa de Caxemira. Ao invés, esse desfecho militar fortificou o sentimento de desconfiança em relação às intenções de Nova Deli devido ao desmembramento do Paquistão. No âmbito internacional são importantes dois momentos: a vigência do sistema bipolar até 1991 e a sua influência na política externa da Índia e do Paquistão, nomeadamente os constrangimentos e as oportunidades proporcionadas pelo mesmo. O segundo momento é o pós-Guerra Fria, com um sistema internacional unipolar liderado pelos EUA. É importante identificar os efeitos do colapso da URSS, principalmente na política interna e externa da Índia, devido aos laços de estreita cooperação que existiam entre ambos os Estados. A abertura económica e política são apenas alguns dos resultados da implosão da URSS.

No quadro do terceiro capítulo será aprofundado o estudo das relações bilaterais no período pós-Guerra Fria. Em primeiro lugar, será efetuada uma análise das capacidades que cada Estado possui em termos de *hard power* e *soft power*, e também um estudo comparativo das mesmas. Irei igualmente refletir acerca das relações bilaterais através da análise dos acordos firmados entre os dois países e as áreas de cooperação. Darei destaque, no quadro do estudo das relações bilaterais, às lideranças políticas – Narendra Modi e Nawaz Sharif –, estudando as mudanças introduzidas no âmbito da política bilateral, nomeadamente o uso de novos meios para a execução da política externa. É importante verificar se a postura mais assertiva de Narendra Modi teve efeitos nas relações indo-paquistanesas, e de que modo são evidenciadas estas alterações. Irei verificar se houve uma mudança de paradigma com a adoção por parte da Índia do mesmo *modus operandi* que o Paquistão, designadamente a internacionalização da questão de Baluchistão e o apoio ao movimento separatista desta província, que se assemelha à estratégia empreendida pelo Paquistão em Caxemira. No âmbito deste capítulo, irei também apresentar várias recomendações e iniciativas concretas que poderão ajudar na construção de uma ponte de diálogo entre ambos os Estados.

Por fim, no quarto capítulo focar-me-ei na análise da política externa da Índia e do Paquistão no plano sub-regional, regional e internacional. Irei observar o impacto das

relações antagónicas indo-paquistanesas a cada um dos níveis. É importante verificar se a emergência da Índia na arena internacional e o seu crescimento económico conferiu-lhe uma maior importância geopolítica, e qual é o impacto da ascensão de Nova Deli no plano sub-regional. No quadro das alianças da Índia e do Paquistão com outros Estados é relevante averiguar se foram registadas alterações e a que fatores se devem as mesmas. Neste âmbito, é importante salientar a forte dependência do Paquistão face ao investimento estrangeiro.

No contexto sub-regional irei assinalar a tentativa da Índia de ultrapassar os entraves colocados pelo Paquistão para poder prosseguir a integração com os restantes países da Ásia do Sul. Como exemplo serve a iniciativa de integração SAARC a «duas velocidades» e a cooperação no quadro de subgrupos como Bangladesh, Butão, Índia e Nepal (BBIN). Caso esta ação tenha sucesso e será repercutida em outros âmbitos, o Paquistão irá ficar cada vez mais isolado em termos geoeconómicos. Será também alvo de análise o *modus operandi* da Índia em relação aos restantes Estados do subcontinente, nomeadamente a aposta no *soft power* em detrimento do *hard power*, uma estratégia que visa a promoção de uma imagem de potência benigna de Nova Deli.

A realização dos objetivos propostos no trabalho será possibilitada através do recurso a fontes documentais, que podem ser classificadas em duas categorias: primárias – tratados, acordos bilaterais, memorandos, comunicados oficiais; e secundárias – dados socioeconómicos do Banco Mundial, obras e artigos científicos, bem como artigos de jornais. As fontes documentais primárias serão fundamentais para se fazer uma análise das áreas de cooperação a nível bilateral e multilateral, identificando os domínios em que a mesma ocorre e qual é a sua profundidade. Por seu lado, as fontes secundárias são importantes para o desenvolvimento de uma perspectiva mais interpretativa e não meramente descritiva sobre as relações entre a Índia e o Paquistão. A informação recolhida através de fontes documentais será analisada através da descrição da evolução das relações bilaterais e os fatores que têm impacto direto e indireto nas mesmas.



## **I.ENQUADRAMENTO TEÓRICO**

O primeiro capítulo tem como objetivo apresentar as teorias utilizadas na sustentação da presente investigação. Será explicado o conceito de política externa, uma vez que este estudo tem por base a análise da política externa da Índia e do Paquistão, numa ótica bilateral. Em seguida, será abordado no quadro da teoria realista o enunciado neo-realista, com o objetivo de demonstrar o impacto dos fatores sistémicos nas escolhas políticas de ambos os Estados. Irei, igualmente, recorrer ao realismo neoclássico dado que esta é uma teoria que abrange, na sua análise, o comportamento dos Estados atendendo, simultaneamente, aos fatores sistémicos e internos. Serão, também, esclarecidos os conceitos teóricos de *soft power* e *hard power*, dissuasão nuclear, contenção e terrorismo. As teorias e os conceitos são fundamentais para o entendimento das relações bilaterais, caracterizadas pela enorme complexidade e multiplicidade de variáveis.

### **1.Neo-realismo/Realismo Estrutural**

A figura proeminente do neo-realismo, também designado de realismo estrutural, é Kenneth Waltz. Na sua obra «Teoria das Relações Internacionais» o autor apresenta uma explicação científica do sistema internacional, centrada na estrutura do sistema e na distribuição relativa do poder entre Estados (Waltz, 2002). Para Waltz, a estrutura do sistema internacional diferencia-se da estrutura dos sistemas políticos internos em três aspetos: primeiro, o princípio que rege o sistema; segundo, as características das unidades que o compõem; e terceiro, a distribuição das capacidades. A estrutura política interna é ordenada hierarquicamente, enquanto que no sistema internacional o princípio orientador é a anarquia, ou seja, a ausência de uma entidade centralizada. Por seu lado, no plano interno existe uma especialização e divisão de trabalho, enquanto que na estrutura do sistema internacional não existe esta diferenciação, ou seja, os Estados são funcionalmente iguais. A terceira distinção é a distribuição das capacidades dessas unidades. Deste modo, as variações entre dois sistemas internacionais dependem então da distribuição dessas capacidades entre os Estados (*Ibidem*).

O autor enfatiza a importância da estrutura do sistema internacional e o seu papel como determinante principal do comportamento dos Estados. As partes integrantes do



sistema (os Estados) têm menor relevância na medida em que são compelidas pela estrutura a agir de determinada maneira. Deste modo, num sistema internacional anárquico a segurança dos Estados não é garantida, sendo da responsabilidade dos Estados assegurar a sua própria sobrevivência (*Ibidem*, p. 130). Na anarquia, a segurança é o fim mais importante, apenas no caso em que a sobrevivência é assegurada os Estados podem preocupar-se com outros objetivos, tais como o lucro e o poder, uma vez que o poder é um meio e não um fim (*Ibidem*, p. 175). Na perspetiva de Waltz, o Estado que acumula grande poder em relação a outros Estados deve fazer a sua distribuição entre aliados, para poder manter a sua posição de liderança por mais tempo, porque a principal preocupação dos Estados não é maximizar o poder, mas manter a sua posição no sistema (*Ibidem*, p. 176).

Os Estados são parecidos nas tarefas que enfrentam – são funcionalmente iguais – apesar de não o serem nas suas capacidades para as desempenharem (*Ibidem*, p. 136). Para atingirem os seus objetivos e manterem a segurança num sistema de auto-ajuda – assente no interesse próprio – os Estados confiam nos meios que podem gerar e nos acordos que podem estabelecer com outros Estados. Waltz afirma que num sistema anárquico «[...] aqueles que não se ajudam a si mesmos, ou os que o fazem menos eficazmente do que os outros, não conseguirão prosperar, expor-se-ão ao perigo, sofrerão» (*Ibidem*, p. 165). O medo destas consequências condiciona o comportamento dos Estados, que interagem num ambiente competitivo do sistema internacional. O resultado das ações e interações entre os Estados cria uma predisposição para o estabelecimento de uma balança de poder, sendo uma tendência sistémica que ocorre independente do facto se os Estados procuram ou não estabelecê-la. Neste contexto, as alianças geralmente têm a finalidade de aumentar o poder relativo dos seus membros através da agregação de capacidades. Para os Estados menores, as alianças podem ser o elemento mais importante de poder, enquanto que, para as grandes potências, a estrutura de alianças molda a configuração do poder a nível sistémico.

Ao efetuar a análise da política externa da Índia e do Paquistão é essencial olhar para a estrutura do sistema internacional que, durante a Guerra Fria, era bipolar e, após o desmembramento da URSS em 1991, passou a ser unipolar, consagrando os EUA como única potencia hegemónica (Cohen, 2001, p. 55). Durante a Guerra Fria o sistema bipolar não só estendeu a área geográfica de interesse de ambas as potências – EUA e URSS –, como também alargou a amplitude dos fatores incluídos nesta competição (Waltz, 2002,

p. 236). Apesar da tentativa inicial da Índia em manter uma política independente através do Movimento dos Não-Alinhados<sup>5</sup>, o país acabou por estabelecer o tratado indo-soviético em 1971 – como resposta ao apoio dado ao Paquistão e à China por parte de Washington. No que respeita ao Paquistão, o país sempre procurou apoio a nível internacional<sup>6</sup>. Devido à sua posição geoestratégica, o Paquistão teve um papel importante para os EUA, inicialmente com o fim de conter a expansão do comunismo. Posteriormente, teve uma função essencial durante a invasão do Afeganistão pelas tropas soviéticas e voltou a ganhar importância após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001. Foi, nomeadamente, através do apoio dos EUA e, mais tarde, da China que o Paquistão conseguiu contrabalançar o poder da Índia (Paul, 2006, pp. 622-623).

Segundo Waltz, a estrutura do sistema internacional limita a cooperação dos Estados de duas maneiras: primeiro, através da insegurança e incerteza que existe em relação às futuras intenções e ações do outro Estado e, em segundo lugar, devido à preocupação de não se tornar dependente de outro Estado, através da cooperação e troca de bens e serviços (Waltz, 2002, pp. 147-149). Num sistema dominado pela competição e pela luta pela sobrevivência, cada Estado procura investir parte dos seus recursos não só para ganho/benefício próprio, mas também como forma de encontrar um mecanismo de se proteger dos demais. Os Estados que se sentem inseguros interessam-se pela forma como serão divididos os ganhos, ou seja, existe uma maior preocupação com os ganhos relativos do que com os ganhos absolutos – «quem ganhará mais?» em vez de «iremos ambos ganhar?» (Ibidem, p. 147). Confere-se uma especial atenção à distribuição dos ganhos possíveis, que poderão beneficiar mais o outro. Esta preocupação traduz-se na possibilidade de um dos Estados usar o seu ganho de modo desproporcional para praticar uma política que poderá prejudicar ou até mesmo destruir o outro (Ibidem, p.148). Deste modo, as condições de insegurança e incerteza que existem em relação às intenções e ações futuras do outro Estado limitam a cooperação. Em suma, a cooperação é limitada pelas características endémicas do sistema de auto-ajuda, sendo que as considerações de segurança se sobrepõem aos ganhos económicos e/ou aos interesses políticos. Esta lógica

---

<sup>5</sup> O Movimento dos Não-Alinhados foi estabelecido durante a Guerra Fria para assinalar a sua independência em relação aos dois principais blocos – a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e o Pacto de Varsóvia, e era liderado pela Índia e antiga Jugoslávia. Atualmente o Movimento dos Não-Alinhados conta com 120 Estados-membros (NAM, 2017).

<sup>6</sup> O Paquistão aderiu em 1954 ao Pacto de Manila, que mais tarde passou a ser designado de Organização do Tratado do Sudeste Asiático (SEATO, na sigla inglesa), e em 1955 ao Pacto de Bagdade, que em 1959, com a saída do Iraque do mesmo, passou a ser designado de Organização do Tratado Central (CENTO, na sigla inglesa). Ambas as organizações eram financiadas pelos EUA.

é especialmente relevante na análise das relações bilaterais entre a Índia e o Paquistão devido ao facto de a cooperação entre ambos os países ser muito limitada.

## 2. Realismo Neoclássico

O realismo neoclássico surgiu com a finalidade de colmatar as lacunas da teoria neo-realista, nomeadamente a separação entre a política interna e a política externa<sup>7</sup>. O termo realismo neoclássico foi forjado por Gideon Rose (1998) no seu artigo «Neoclassical Realism and Theories of Foreign Policy». Neste trabalho o autor afirma que o realismo neoclássico<sup>8</sup>:

[...] incorpora explicitamente ambas as variáveis, internas e externas, atualizando e sistematizando certos discernimentos retirados do pensamento realista clássico. Os seus proponentes afirmam que a esfera de ação e a ambição da política externa de um país são impulsionadas principalmente pelo seu lugar no sistema internacional, e, especificamente, pelas suas capacidades relativas de poder material. É por isso que são realistas. Eles argumentam ainda que o impacto de tais capacidades de poder é indireto e complexo, porque as pressões sistémicas devem ser traduzidas através de variáveis intervenientes a nível da unidade. É por isso que eles são neoclássicos<sup>9</sup> (*Ibidem*, p. 146).

Os autores do realismo neoclássico usam na sua análise uma única variável independente ou explicativa (poder relativo) e um conjunto comum de variáveis intervenientes (a estrutura do Estado, as perceções dos líderes e os cálculos de poder relativo) (Rose, 1998; Taliaferro, et al., 2009). Assim, os teóricos do realismo neoclássico baseiam-se no rigor e nos princípios do neo-realismo de Kenneth Waltz, Robert Gilpin e outros, – nomeadamente a importância do sistema internacional anárquico, a distribuição

---

<sup>7</sup> Ao contrário de Gideon Rose, que define o neo-realismo como um escola teórica distinta, Brian Rathbun afirma que o realismo neoclássico tem de ser visto não como uma outra corrente do realismo, mas antes como a geração seguinte do realismo estrutural, que reflete uma lógica comum e coerente (Rathbun, 2008, p. 296).

<sup>8</sup> Para uma leitura mais aprofundada sobre o realismo neoclássico recomendam-se as seguintes obras: «Neoclassical Realism, The State, And Foreign Policy» (Taliaferro, et al., 2009), «Useful Adversaries: Grand Strategy, Domestic Mobilization, and Sino-American Conflict, 1947-1958» (Christensen, 1996), «Reluctant Crusaders: Power, Culture, and Change in American Grand Strategy» (Dueck, 2006), «The Peace of Illusions: American Grand Strategy from 1940 to the Present» (Layne, 2006), «From Wealth to Power: The Unusual Origins of America's World Role» (Zakaria, 1988).

<sup>9</sup> Tradução livre da autora do texto original: «[...] explicitly incorporates both external and internal variables, updating and systematizing certain insights drawn from classical realist thought. Its adherents argue that the scope and ambition of a country's foreign policy is driven first and foremost by its place in the international system and specifically by its relative material power capabilities. This is why they are realist. They argue further, however, that the impact of such power capabilities on foreign policy is indirect and complex, because systemic pressures must be translated through intervening variables at the unit level. This is why they are neoclassical» (Rose, 1998, p. 146).

relativa de poder e a incerteza generalizada – conjugando-os com os elementos do realismo clássico, particularmente a relação complexa entre a sociedade e o Estado – encontrada nas obras de Hans J. Morgenthau, Henry Kissinger e Arnold Wolfers (Taliaferro, et al., 2009, p. 4). Os neo-realistas afirmam que a distribuição relativa de poder estabelece os parâmetros básicos da política externa de um Estado (Rose, 1998; Taliaferro, et al., 2009). Assim, a observação de Tucídides acerca do comportamento dos Estados permanece atual «[...] o forte faz o que quer e o fraco sofre o que deve» (Tucídides, 2008, p. 484).

No realismo neoclássico, ao contrário do neo-realismo, a anarquia não é percebida como uma força causal independente, mas como uma condição permissiva. O sistema anárquico permite uma margem de manobra considerável na definição dos interesses de segurança do Estado, e a distribuição relativa de poder estabelece os critérios para a grande estratégia<sup>10</sup> (Rose, 1998, p. 147; Taliaferro, et al., 2009, p. 7). Os Estados avaliam e adaptam-se às mudanças no ambiente externo, em parte como resultado das suas próprias estruturas domésticas e situações políticas, nomeadamente «[...] processos políticos internos complexos atuam como fios de transmissão que canalizam, medeiam, e (re)direcionam os *outputs* da política em resposta às forças externas (principalmente mudanças no poder relativo)»<sup>11</sup> (Schweller, 2004, p. 164). Por isso, os Estados, muitas vezes, reagem de forma diferente a pressões e oportunidades sistêmicas similares. As suas respostas podem ser motivadas em menor grau por fatores sistêmicos e em maior medida por fatores domésticos (Rose, 1998; Schweller, 2004).

As escolhas no quadro da política externa são feitas por líderes políticos e elites, o que torna importante as suas perceções de poder relativo, e não apenas a distribuição relativa de poder. A tarefa de avaliar o poder e as intenções de outros Estados é difícil (Rose, 1998, p. 152). A análise do poder tem de examinar, igualmente, a força e a estrutura do Estado em relação à sua sociedade, uma vez que este fator influencia a proporção de recursos nacionais que podem ser alocados para a política externa (Zakaria, 1988; Rose, 1998; Schweller, 2004). Os líderes definem a política externa e os «interesses nacionais» com base na sua avaliação de poder relativo e as intenções de outros Estados,

---

<sup>10</sup> Nicholas Kitchen caracteriza a grande estratégia como um conjunto de políticas nacionais que em tempo de paz e de guerra definem os objetivos do Estado na política internacional e prescrevem de que modo os recursos nacionais devem ser utilizados na busca desses objetivos (Kitchen, 2010, p. 121).

<sup>11</sup> Tradução livre da autora do texto original: «[...] complex domestic political processes act as transmission belts that channel, mediate, and (re)direct policy outputs in response to external forces (primarily changes in relative power)» (Schweller, 2004, p. 164).

sendo que estão sempre sujeitos às restrições/condicionantes internas. O grau de autonomia do Estado *vis-à-vis* a sociedade varia ao longo do tempo e entre diferentes Estados. Esta variação, por sua vez, influencia a resposta dos Estados a pressões internacionais, nomeadamente se a resposta é efetuada a tempo e de forma eficiente (Taliaferro, 2006, p. 467). É importante realçar que os líderes políticos enfrentam constrangimentos na concepção da política externa a dois níveis: no plano internacional, onde têm de responder ao ambiente externo, e no plano interno, onde têm de extrair e mobilizar recursos da sociedade doméstica, trabalhar com as instituições existentes, e manter o apoio da população (Taliaferro, et al., 2009, p. 7).

O realismo neoclássico afirma que o poder do Estado – a capacidade relativa para retirar ou mobilizar recursos da sociedade nacional – depende das instituições do Estado, da sua capacidade extrativa, do nacionalismo e da ideologia (Taliaferro, 2006, p. 467). Os Estados têm de ser capazes de redirecionar recursos para funções de segurança e de guerra. Quanto mais forte<sup>12</sup> for um Estado, maior será a sua habilidade de extrair poder nacional para as suas finalidades. Quando há um aumento do poder do Estado *vis-à-vis* a sociedade, há um incremento do poder do país, mesmo que os seus recursos se mantenham constantes (Zakaria, 1988; Taliaferro, 2006; Rathbun, 2008). Esta mudança altera o seu poder relativo e influencia o comportamento no quadro da política externa (Rathbun, 2008, p. 302). O Estado depende da habilidade de mobilizar a população para uma determinada causa. A mobilização é acompanhada pela formação de uma identidade coletiva, que é irreconciliável com a identidade do Estado adversário (*Ibidem*). No caso do Paquistão e da Índia este facto é extremamente importante para os decisores políticos poderem deslocar recursos para a segurança e a defesa do Estado, investindo no aparato de guerra.

O elemento inovador do realismo neoclássico é o facto de abranger na sua análise as estruturas internas e externas, relacionando-as. Tal permite observar que muitos comportamentos da política externa são determinados ou influenciados pelas dinâmicas internas do Estado. Deste modo, a inclusão das variáveis domésticas permitiu ultrapassar

---

<sup>12</sup> Segundo Zakaria, a força de um Estado tem duas dimensões. A primeira tem a ver com a autonomia e o campo de ação do Estado. A autonomia do Estado determina se a formulação e a busca dos seus objetivos são autónomos ou refletem apenas os interesses da sociedade. Por seu lado, o campo de ação define a amplitude das responsabilidades do Estado, ou seja, as funções exercidas. A segunda dimensão da força de um Estado diz respeito ao aparelho central, responsável pela formulação de políticas, nomeadamente a centralização da tomada de decisões e o acesso aos recursos materiais, sem os quais nenhum Estado pode ser considerado forte (Zakaria, 1988, p. 41).

as limitações do neo-realismo, em que o Estado era percecionado como uma «caixa preta» (Taliaferro, et al., 2009, p. 17).

### **3. Política Externa**

A política externa é o principal instrumento usado pelos atores internacionais para interagirem e se posicionarem no sistema internacional. O seu esboço, formulação e implementação não é um processo simplista e linear, tal como apresentado nos modelos teóricos, criando a necessidade de recurso a múltiplas abordagens para estabelecer um quadro mais completo possível (Freire & da Vinha, 2011, p. 13). Este processo também não ocorre de forma isolada, existe uma interligação entre a dimensão interna (doméstica) e externa (internacional) (*Ibidem*). Importa ressaltar que no quadro dos teóricos de Relações Internacionais não existe um consenso em torno do conceito de política externa. Deste modo, optei pela definição proposta por Maria Raquel Freire e Luís da Vinha por me parecer a mais abrangente possível:

[...] entende-se por política externa o conjunto de objetivos, estratégias e instrumentos que decisores dotados de autoridade escolhem e aplicam a entidades externas à sua jurisdição política, bem como os resultados não intencionais dessas mesmas ações (*Ibidem*, p. 18).

No domínio da política externa a abordagem baseada na análise do processo de decisão pode preencher lacunas e explicar algumas das irregularidades relacionadas às explicações sistémicas de conflitos e guerras. Segundo Joe Hagan, os decisores políticos enfrentam incertezas em responder às ameaças internacionais, são confrontados com *trade-offs* no momento de determinar uma ação, inclusive o de reter o poder, e operam em uma estruturas de decisão onde a autoridade política é bastante dispersa e fragmentada (Hagan, 2001, p. 6). Um dos exemplos de difusão de poder é o governo de coligação, no qual os partidos com filiações políticas diferentes têm de negociar a tomada de decisões. O executivo enfrenta também constrangimentos por parte do legislativo, dos grupos de interesse, da população, bem como restrições jurídicas. Os autores DeRouen e Mintz comparam muitas das decisões de política externa a um jogo de xadrez, isto é, o processo de formulação da decisão ocorre num cenário interativo e é constituído por uma sequência de decisões, em que os jogadores aprendem com as jogadas anteriores (DeRouen & Mintz, 2010, p. 4).

As determinantes-chave das escolhas no quadro da política externa são: os fatores internacionais, domésticos, psicológicos e o ambiente de decisão (*Ibidem*, p. 4). Enquadram-se no âmbito dos fatores internacionais a corrida ao armamento, a dissuasão nuclear, o tipo de regime do Estado adversário, as surpresas estratégicas e as alianças (*Ibidem*, p. 121). Do quadro de fatores domésticos – que podem agir como constrangimentos em caso de certas ações – fazem parte as condições económicas (manobras de diversão), os interesses económicos, a opinião pública, os ciclos eleitorais e os jogos de dois níveis<sup>13</sup> (*two level games*) (*Ibidem*, p. 130). E, por fim, os fatores psicológicos, que explicam o desvio dos decisores políticos de um modelo racional para um modelo de decisão mais cognitivo. Fazem parte das determinantes psicológicas a consistência cognitiva, o cenário evocado (*evoked set*), as emoções, as imagens, o sistema de crenças e esquemas, as analogias e a aprendizagem, a personalidade dos líderes, e o estilo de liderança (*Ibidem*, p. 98). As determinantes psicológicas serão abordadas em menor grau devido à sua subjetividade e dificuldade de quantificação.

Os principais modelos teóricos referentes ao processo de formulação e decisão em política externa são o modelo do ator racional, o modelo de organizações burocráticas, o modelo de pequenos grupos e o modelo de análise do papel dos líderes políticos, o último baseado numa abordagem psicológica (Freire & da Vinha, 2011, p. 20). É importante salientar que estes modelos não são independentes, mas complementares.

### **3.1 Modelo Teórico de Ator Racional**

O enunciado teórico do ator racional apresenta o Estado como o ator principal. Segundo esta abordagem, o Estado é um agente unitário e age de forma racional, maximizando os ganhos e minimizando as perdas associadas às suas escolhas políticas no quadro de um sistema internacional anárquico (Waltz, 2002). Este modelo é útil em situações como a análise estratégica da dissuasão nuclear. A sua aplicação à teoria dos jogos ajuda a demonstrar o processo de formulação de certas decisões<sup>14</sup>. As ideias do

---

<sup>13</sup> O jogo de dois níveis foi desenvolvido por Robert Putnam e realça o processo interativo que ocorre quando um líder negocia acordos internacionais simultaneamente a nível internacional e doméstico (DeRouen & Mintz, 2010, p. 133).

<sup>14</sup> A teoria dos jogos é um ramo do conhecimento que trabalha com decisões estratégicas racionais em casos de conflito e/ou competição, nas quais cada participante procura maximizar os seus ganhos e minimizar as suas perdas. Nestes casos, a utilização de modelos matemáticos ou formais permite quantificar, na medida do possível, as relações entre os Estados. No âmbito da teoria dos jogos as circunstâncias são descritas pelo facto de os decisores possuírem apenas um controlo parcial sobre os fatores estratégicos que os rodeiam.

modelo do actor racional têm laços estreitos com o realismo clássico e o neo-realismo (Freire & da Vinha, 2011, p. 24).

### 3.2 Organizações Burocráticas

As organizações especializadas são importantes no processo de decisão de política externa, nomeadamente no papel que representam na recolha e tratamento da informação. As quatro características inerentes à burocracia são: a hierarquia (da autoridade e do estatuto), a especialização e a rotina de trabalho (Rosati & Scott, 2011, p. 128). A hierarquia envolve uma divisão da autoridade segundo uma lógica *top-down*, isto é, funções que requerem maiores conhecimentos e capacidades detêm uma maior autoridade. À medida que se desce na escala hierárquica há uma maior especialização das funções, as tarefas tornam-se mais rotineiras e os funcionários têm menor autonomia perante os seus superiores.

Graham Allison e Philip Zelikow na obra «Essence of Decision: Explaining the Cuban Missile Crisis» consideram nos modelos II (comportamento organizacional) e III (políticas governamentais) uma pluralidade de atores internos, ou seja, apontam uma fragmentação interna, onde não existe concentração apenas numa questão estratégica; «o processo de decisão política é complexo e multi-participativo»<sup>15</sup> (Allison & Zelikow, 1999, p. 263). Ao analisar as organizações burocráticas é necessário ter em conta que a sua atuação é influenciada tanto por aspetos políticos como fatores «informais» (Holsti, 2006, p. 328). As organizações são compostas por indivíduos e unidades que tem perceções, valores e interesses que podem ser antagónicos. Estes antagonismos têm, muitas vezes, a ver com o próprio interesse e, também, devem-se a diferentes entendimentos dos assuntos. O processo de decisão no aparelho burocrático tem um carácter político, sendo dominado pela negociação por recursos, cargos e missões, e pelo compromisso em vez de análise (Rosati, 1981, p. 237; Holsti, 2006, p. 330). No modelo

---

Desta maneira, as escolhas são interdependentes, isto é, relacionadas com as decisões de outros atores, o que torna necessário avaliar as opções que estão à disposição dos restantes jogadores. A lógica do jogo baseia-se no facto que não é possível efetuar uma escolha isolada, uma vez que o resultado final, independentemente da decisão tomada, irá depender da opção realizada pelos outros. As principais propriedades da teoria são: o envolvimento de dois ou mais jogadores ou decisores cujos interesses colidem, pelo menos parcialmente; cada decisor tem duas ou mais escolhas à sua disposição; uma partida representa uma única decisão estratégica simultânea, em que é desconhecida a intenção do outro; o resultado é determinado quando cada jogador assume a sua estratégia; e cada resultado constitui um custo ou benefício para cada participante (Morrow, 1994).

<sup>15</sup> Tradução livre da autora da expressão original: «Government decision making is a complex multi-participant process» (Allison & Zelikow, 1999, p. 263).



político burocrático não existem indivíduos ou organizações preponderantes. O presidente, no caso de estar envolvido, é meramente um participante, ainda que exerça uma maior influência (Rosati, 1981, pp. 237-238). O autor afirma, ainda, que existe uma diferença considerável entre a decisão que foi formulada e a sua implementação, ou seja, podem ocorrer modificações (*Ibidem*).

As organizações burocráticas possuem um peso maior no processo de decisão de política externa no caso do Paquistão. O exemplo mais emblemático é o dos Serviços de Informações de Segurança (*Inter-Services Intelligence Directorate* (ISI)), que tem um papel importante nas decisões de segurança nacional<sup>16</sup>. O ISI é o serviço responsável pela monitorização dos assuntos internacionais, e tem sob sua alçada Estados como a Índia, Afeganistão e Irão (Cohen, 2004, p. 100).

### 3.3 Pequenos Grupos

O modelo de pequenos grupos, usado na análise de formulação de decisões políticas, complementa o modelo das organizações burocráticas através da redução do campo de análise de política externa a um contexto de um pequeno grupo. No estudo das decisões de grupo é importante ter em conta que este não é meramente a soma dos seus membros e que as suas dinâmicas têm um impacto significativo na natureza e qualidade das decisões (Holsti, 2006, p. 331). Apesar das diferenças que caracterizam vários grupos, tais como o tamanho, a importância, as funções e a composição, eles apresentam algumas características comuns: partilham uma série de valores, atitudes e crenças; a maioria dos membros do grupo compartilha uma ligação efetiva; e dividem os papéis formais e informais entre si (Vertzberger, 2002 *Apud* Freire & da Vinha, 2011, p.28).

---

<sup>16</sup> O Paquistão detém dois serviços de informações de segurança civis e dois militares, sendo o ISI, que é militar, o mais importante. O ISI ganhou importância durante a ocupação soviética do Afeganistão, e manteve-se desde então como uma importante força política. O ano de 1971 foi fundamental para o ISI, nomeadamente no alargamento das suas funções. Devido ao facto de os oficiais do serviço de informações de segurança civil bengali não eram de confiança no Paquistão de Leste, foi o ISI que efetuou o recrutamento de grupos islamistas, inclusivamente estudantes para os grupos de contra-insurgência. No período de Zulfikar Bhutto foi aumentado substancialmente o seu orçamento. Bhutto utilizava o ISI tanto no quadro externo (Afeganistão), como no âmbito doméstico, para espiar os seus oponentes. Durante a insurgência afegã, o ISI aumentou substancialmente a sua importância, facto que se deve às verbas oferecidas diretamente pela Arábia Saudita e pelos EUA. Este facto levou à expansão dos seus recursos, da sua influência e dos seus contactos a nível internacional. Ocorreu, igualmente, um alargamento da sua autoridade no plano interno, passando a abranger assuntos domésticos. Atualmente, este serviço tenta manipular os partidos políticos, os grupos extremistas e islamitas. No plano externo, o ISI é responsável pela monitorização da Índia e, em menor grau, do Afeganistão, do Irão e de outros países da região (Cohen, 2004, p. 100).

Os grupos atuam melhor do que as pessoas singulares no desempenho das funções devido à variedade de perspectivas, à perícia e à divisão efetiva do trabalho. Contudo, existem aspetos negativos. Os grupos podem exercer pressão para a conformidade com as normas do grupo, sendo o *group-think* uma das dinâmicas identificadas por Irving Janis, que é caracterizada pela diminuição do desempenho do grupo no processo de decisão (Janis, 1971 *Apud* Holsti, 2006, p. 331). O contato intenso entre os membros do grupo resulta numa maior identificação com este e uma menor competição dentro do mesmo. Como resultado, o grupo pode ser afetado por um sentimento de otimismo e vulnerabilidade muitas vezes não fundamentados, bem como pelas imagens estereotipadas dos adversários e a negligência das advertências (Holsti, 2006, p. 332).

A maioria das decisões são formuladas por pequenos grupos de elite, como por exemplo os militares, os diplomatas, entre outros. Nos processos de decisão que levam a opções políticas, os participantes tendem a dar preferência aos assuntos e às alternativas que refletem o seu grupo (Freire & da Vinha, 2011, p. 29). Neste caso, se as decisões forem formuladas por militares irá existir uma tendência para favorecer soluções de âmbito militar. Este exemplo é particularmente importante no caso de Paquistão, uma vez que as forças armadas gozam de uma posição privilegiada e possuem um enorme impacto na política externa do Estado. Ao contrário do Paquistão, na Índia as forças armadas não intervêm diretamente na política.

### 3.4 Líderes

No quadro das teorias cognitivas, o enfoque nas percepções permite entender como o processamento da informação molda as decisões. As teorias afetivas, por sua vez, exploram de que modo a personalidade e as emoções, tais como a insegurança e o medo, podem afetar as decisões dos líderes (Mandel, 1986 *Apud* DeRouen & Mintz, 2010, p.114). David Winter define a personalidade como «[...] a integração padronizada individual dos processos de percepção, memória, julgamento, busca de objetivos, e a regulação e expressão de emoções»<sup>17</sup> (Winter, 2003 *Apud* DeRouen & Mintz, 2010, p.114). O estudo da personalidade e o seu estilo de liderança pode ajudar na compreensão dos motivos que levam alguns líderes a optar por certas decisões em detrimento de outras,

---

<sup>17</sup> Tradução livre da autora do texto original: «[...] individually patterned integration of processes of perception, memory, judgment, goal-seeking, and emotional expression and regulation» (Winter, 2003 *Apud* DeRouen & Mintz, 2010, p.114).

e como outros líderes realizam escolhas políticas completamente diferentes quando confrontados com um cenário semelhante. Realça-se novamente a dificuldade de medir as emoções e o seu carácter subjetivo.

Na análise do desempenho de líderes individuais é igualmente relevante ter em conta a limitação das capacidades humanas no que respeita a formulação de decisões racionais. De acordo com Ole Holsti, as restrições cognitivas no âmbito da racionalidade prendem-se primeiro com os limites da capacidade individual de receber, processar e assimilar a informação. Segundo, devem-se à incapacidade de identificar todo o conjunto de políticas alternativas, uma vez que os líderes procuram decisões satisfatórias que não são necessariamente as melhores devido aos custos de procura de informação e também por causa da simplificação de problemas complexos. Em terceiro lugar, o conhecimento fragmentado sobre as consequências de cada opção. E, por último, a incapacidade de ordenar as preferências numa única escala de utilidade (Holsti, 2006, p. 332).

Um outro elemento que é necessário incluir na análise é o contexto em que ocorrem as decisões, uma vez que em determinadas conjunturas o papel desempenhado pelo líder assume uma maior relevância, nomeadamente nos momentos de crise (Freire & da Vinha, 2011, p. 33). No contexto da crise no Paquistão Oriental é importante realçar o papel de Indira Gandhi. A intervenção da Índia foi provocada pelo enorme fluxo de refugiados bengalis, que o país tinha dificuldade em absorver. Este facto permitiu a sua intervenção militar em 1971 e resultou na criação do atual Bangladesh. No caso do Paquistão é relevante destacar o marco deixado por Zulfikar Ali Bhutto, nomeadamente o seu papel no desenvolvimento das armas nucleares. Bhutto assumiu o poder após o desmembramento do Paquistão (1971), momento em que as forças armadas estavam muito débeis, o que lhe conferiu uma grande liberdade em termos de escolhas políticas.

#### **4. *Soft Power e Hard Power***

O conceito de *soft power* foi cunhado pelo académico neoliberal Joseph Nye no seu livro «Bound to Lead: The Changing Nature of American Power». O autor define o poder como a habilidade de influenciar o comportamento dos outros para obter os resultados desejados (Nye, 2004b, p. 1). Contudo, existem diversas maneiras de exercer o poder. É possível recorrer ao *hard power* – composto pelo poder militar e económico, baseado em incentivos (*carrots*) ou ameaças (*sticks*) –, ou ao *soft power* – que consiste

em fazer com que os outros desejem os resultados que o outro pretende, ou seja, usar a co-optação em vez da coação<sup>18</sup> (*Ibidem*, p. 5).

O *soft power* é baseado na habilidade de moldar as preferências dos outros, é o poder de atração. De acordo com Nye, o *soft power* de um Estado provém de três fontes: a sua cultura (nos locais onde é considerada atrativa); os valores políticos (quando vive de acordo com eles em território nacional e fora dele); e a política externa (quando é dotada de legitimidade e possui autoridade moral) (*Ibidem*, p. 11). O conceito de *soft power* tal como foi apresentado por Nye, sofreu alterações. Joshua Kurlantzick ao analisar o caso da China anunciou uma ideia mais ampla deste conceito:

[...] o *soft power* significa qualquer matéria fora do domínio militar e de segurança, incluindo não apenas a cultura popular e a diplomacia pública, mas também meios económicos e diplomáticos mais coercivos como o poder de influência, tal como a ajuda e o investimento, e a participação em organizações multilaterais – os incentivos (*carrots*) e as ameaças (*sticks*) de Nye<sup>19</sup> (Kurlantzick, 2007, p. 6).

Na perspectiva deste autor, o *soft power* pode ser «alto» (*high*), quando é dirigido às elites de um Estado, ou «baixo» (*low*), quando é voltado ao público em geral (*Ibidem*). Através deste alargamento do conceito de *soft power* é possível englobar a cooperação para o desenvolvimento através de ajuda externa, usada frequentemente como um mecanismo para a criação de boas relações com outros Estados. Podemos afirmar que quanto maior é o *soft power* de um Estado, maior a propensão de as suas ações serem consideradas legítimas.

Apesar da sua aceitação no meio académico, o conceito de *soft power* é altamente contestado devido às lacunas teóricas e práticas, nomeadamente por ser um conceito elusivo e difícil de medir, bem como a sua natureza subjetiva (Kugiel, 2012, p. 354). Ao contrário do *hard power*, o *soft power* não pertence exclusivamente ao governo (Nye, 2004b, p. 14). No caso dos EUA, uma vez que a grande fonte do *soft power* é proveniente do sector não estatal, torna-se difícil de se construir e de ser objecto de controlo pelo Estado. Importa salientar que a eficiência do *soft power* está intimamente ligada ao

---

<sup>18</sup> A coação é tipicamente um instrumento de *hard power*. O poder de comando - a capacidade de mudar o que os outros fazem - pode ser baseado em coerção ou indução (Nye, 2004a, p. 65).

<sup>19</sup> Tradução livre da autora do texto original: [...] *soft power* means anything outside of the military and security realm, including not only popular culture and public diplomacy but also more coercive economic and diplomatic levers like aid and investment and participation in multilateral organizations - Nye's carrots and sticks (Kurlantzick, 2007, p. 6).

contexto onde é exercida (*Ibidem*, p. 12). Os filmes de Bollywood, que são mais atrativos para o público da Ásia do Sul do que para a população ocidental, são um dos exemplos.

Um outro aspecto importante é a conjugação das duas vertentes de poder. Nye designou a habilidade de combinar o *soft power* e o *hard power* como uma estratégia efetiva de *smart power* (Nye, 2008, p. 43). Um país para exercer de modo eficaz a sua influência não pode recorrer apenas a um destes poderes, mas à sua conjugação. O *soft power* é menos significativo que o *hard power* na prevenção de ataques, no controlo de fronteiras; mas é particularmente relevante na promoção dos direitos humanos, dos mercados abertos, entre outros. O *soft* e o *hard power* apresentam as duas faces do poder que têm o mesmo objetivo – condicionar o comportamento dos outros. A Índia tem apostado muito nas duas vertentes do poder, enquanto o Paquistão tem investido quase exclusivamente no *hard power*, sendo o seu *soft power* praticamente inexistente.

Neste momento, a Índia dispõe da terceira maior força armada do mundo, em termos de contingente, e continua a investir substancialmente na modernização das suas capacidades militares (IISS, 2016, p. 250). O que a Índia e o Paquistão têm em comum é o facto de o *hard power* ser muito importante para ambos. A Ásia do Sul é uma das regiões mais dinâmicas do mundo, mas paradoxalmente é também uma das menos integradas a nível económico. Para promover a cooperação e integração económica, a nível sub-regional, a Índia podia empregar o seu vasto capital de *soft power* para atingir este fim.

Nas relações indo-paquistanesas a assimetria de poder tem um impacto relevante. Irei utilizar os quatro elementos de poder propostos por Michael Handel para medir as suas capacidades (Handel, 1990). Primeiro, os recursos geográficos (localização, terreno, fronteiras, espaço); segundo, as capacidades materiais (recursos naturais, desenvolvimento industrial, capital); terceiro, os recursos humanos (tamanho da população, carácter nacional, homogeneidade étnica e política – coesão e unidade); e, por fim, as capacidades de organização (instituições políticas, capacidade de adaptação, preparação militar) (*Ibidem*, p. 68).

Os quatro elementos constituem as fontes internas de poder que estão à disposição do Estado. No entanto, e conforme foi referido no quadro da teoria neo-realista, os Estados interagem no sistema internacional com o intuito de procurar recursos externos de poder. A nível externo, as fontes dividem-se em duas categorias: formal e informal (*Ibidem*, p. 69). A força formal é constituída pela participação em organizações

internacionais e em alianças formais<sup>20</sup>. Por sua vez, a força informal advém da relação «patrão-cliente» e bem coletivo<sup>21</sup>. Handel chama a atenção para o facto de os Estados «fracos» terem menos recursos e serem incapazes de articular as suas forças armadas para resolverem problemas de defesa do país. Assim, a busca de recursos externos torna-se fundamental para a sua sobrevivência (*Ibidem*). No caso do Paquistão a participação em alianças teve sempre como principal objetivo angariar o apoio de outros atores. Ao contrário do Paquistão, a Índia sempre tentou preservar a sua autonomia estratégica tendo-se recusado a participar nos jogos de poder da Guerra Fria, contudo mais tarde acabou por se «alinhar» com a URSS<sup>22</sup>. Ao efetuar a análise do poder que um Estado dispõe, é importante combinar as fontes externas e internas de poder.

## 5.Armas Nucleares

A aplicação das armas nucleares à guerra introduziu uma grande mudança na prática bélica. Os novos elementos prendem-se com a capacidade de agir diretamente sobre populações indefesas e não apenas a destruição do exército inimigo, a redução ou a eliminação da importância de fatores geográficos, morais, materiais e também a habilidade militar (Maxwell, 1968, p. 61). As armas nucleares vieram mudar a velocidade dos acontecimentos, a lógica de vencedor e vencido, e introduziram a ameaça da extinção e não da derrota. T.V. Paul designou as armas nucleares como uma «arma incontestável» devido ao seu poder destrutivo ímpar tanto no campo de batalha, como no seu uso contra cidades. Trata-se de armas de coerção estratégica (Paul, 2009, p. 2).

As armas nucleares têm três dimensões de poder, a saber: a dimensão estrutural, dissuasora e de *compellence*<sup>23</sup>. Elas baseiam-se no pressuposto de que as armas nucleares são as principais fontes de coerção no sistema internacional (Paul, 1998). O poder

---

<sup>20</sup> As alianças formais podem ser celebradas com grandes potências, alianças com outros Estados «fracos», ou alianças mistas.

<sup>21</sup> Handel entende que no quadro das Relações Internacionais, os Estados «fracos» beneficiam do «bem coletivo» através das alianças bilaterais e multilaterais. Enquanto um Estado tiver um acordo de defesa seguro/confiável com uma grande potência, uma aliança formal não é necessária para poder beneficiar do «bem coletivo» providenciado pela proteção de uma grande potência. O autor refere o exemplo da OTAN em que, Estados como a Noruega, a Dinamarca e a Bélgica, podem diminuir os seus esforços defensivos sem correr o risco de perder a credibilidade da sua defesa (Handel, 1990).

<sup>22</sup> Conforme mencionado por Xavier, a prioridade da Índia em preservar a sua autonomia estratégica deve-se a fatores históricos, em particular ao domínio externo do subcontinente durante o último milénio, com a Índia a ser sucessivamente dominada, primeiro pelas dinastias islâmicas e depois pelas potências coloniais europeias (Xavier, 2011, p. 233).

<sup>23</sup> O conceito *compellence* foi cunhado por Thomas Schelling no seu livro «Arms and Influence» (Schelling, 2008).

estrutural, conforme definido por Susan Strange, tem quatro vertentes: a) está à disposição dos Estados que têm a capacidade de ameaçar ou defender, contestar ou aumentar a segurança de outros Estados contra a violência; b) são capazes de controlar o sistema de produção de bens e serviços; c) determinam a estrutura de financiamento e crédito; d) exercem influência sobre a aquisição e disseminação de conhecimento (Strange, 1987, p. 565). O poder estrutural, no sentido militar e económico, seria o poder de escolher e moldar as estruturas de segurança global e economia política, dentro dos quais outros Estados têm de operar. A relevância do poder estrutural diminuiu com o fim da Guerra Fria e com a entrada de novos Estados no clube nuclear, tais como a Índia e o Paquistão. Deste modo, a posse de armas nucleares deixou de ser um fator indicativo do seu «grau na hierarquia de prestígio internacional»<sup>24</sup> (Gilpin, 1981 *Apud* Paul, 1998, p.21) e também não representa mais um indicador de excelência tecnológica, tal como no período da Guerra Fria<sup>25</sup>.

A segunda dimensão do poder das armas nucleares é a dissuasão, que consiste na capacidade de retaliação incondicional. A dissuasão é por definição a própria capacidade de retaliar e o reconhecimento por terceiros desta capacidade. Os custos de um ataque são tão altos que existem poucos incentivos por parte do outro Estado em iniciar a ofensiva. A possibilidade de um segundo ataque e a capacidade de infligir danos mútuos, criou o chamado «equilíbrio de terror» entre a URSS e os EUA, provocando o medo de aniquilação mútua e dando origem à doutrina MAD – *Mutual Assured Destruction* (Paul, 1998, p. 22). A dissuasão é um aspeto negativo do poder político porque é o poder de dissuadir em contraponto do poder de agir. É o processo de influenciar as decisões do inimigo, indiferentemente das circunstâncias. A eficácia da dissuasão baseia-se na comunicação da ameaça, na capacidade de realizar o ataque e no grau de reconhecimento desta ameaça pelo adversário (Paul, 2009, p. 2). A dissuasão é uma função de custo-benefício total da parte dissuadida, ou seja, os custos esperados superam os ganhos previstos (*Ibidem*, p. 5). Caso a dissuasão falhar não haverá outra alternativa, será uma

---

<sup>24</sup> Tradução livre da autora da expressão original: «rank the hierarchy of international prestige» (Gilpin, 1981 *Apud* Paul, 1998, p.21).

<sup>25</sup> Os cinco Estados nucleares, especialmente os EUA e a URSS, tentaram tornar o clube nuclear exclusivo através do regime de não-proliferação nuclear, especialmente por intermédio do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), que visava deter a disseminação de armas nucleares para além das cinco potências nucleares estabelecidas. O TNP marcava um estatuto de desigualdade, que determinava uma hierarquia entre as potências nucleares reconhecidas e os outros Estados signatários, proibidos de desenvolver armas nucleares. Em 1996 o regime de não-proliferação tinha quase um carácter universal, apenas cinco dos Estados-membros da ONU permaneciam fora do TNP, incluindo a Índia, o Paquistão e o Israel (Gaspar, 2012).

destruição total, não irá existir nem vencedor nem vencido – todos perderão (Ghoshal, 2016, p. 169).

A terceira face do poder nuclear designa-se por *compellence* – que ao contrário da dissuasão, cujo objetivo consiste em impedir o Estado adversário de agir – baseia-se numa ameaça feita a outro Estado para que este realize algo ou deixe de praticar uma determinada ação ou política (Schelling, 2008, pp. 69-78). Deste modo, *compellence* pressupõe o início de uma ação ou um compromisso irrevogável com uma ação que cessará somente quando o adversário cumprir as exigências impostas pelo outro Estado<sup>26</sup>.

O principal constrangimento no uso de armas nucleares é o facto de os custos esperados superarem os ganhos. As perdas traduzem-se em sofrimento humano, na emissão de radioatividade no meio ambiente, no impacto negativo na reputação do Estado, e a sua reprovação interna e internacional<sup>27</sup>. As questões normativas e morais estão ligadas ao uso de armas nucleares, nomeadamente a não-discriminação entre combatentes e não-combatentes, e a violação de dois princípios da guerra justa que é a proporcionalidade e os mínimos danos civis (Paul, 1998, pp. 28-29). No âmbito normativo, os entraves em usar as armas nucleares para a obtenção de objetivos limitados são baseados em duas normas – o «tabu nuclear» e o compromisso de *no first use* (*Ibidem*, p. 30). O «tabu nuclear», ou a tradição de *no use* de armas nucleares, foi consolidada no quadro da política internacional e é baseada na peculiaridade das armas nucleares e no facto de que as mesmas não podem ser usadas apesar da declaração de prontidão militar dos Estados, ou mesmo no caso em que a sua aplicação poderá trazer vantagens táticas (*Ibidem*, pp. 30-31). Existe o medo de que uma vez introduzidas no combate, não possam ser contidas.

A garantia de *no first use* de armas nucleares é um dos principais gestos políticos feito pelos Estados que possuem este tipo de armamento, indicando que não serão os primeiros a iniciar um ataque nuclear<sup>28</sup>. A Índia adotou uma doutrina defensiva de *no first*

---

<sup>26</sup> Um exemplo clássico de *compellence* é a crise dos Mísseis de Cuba de outubro de 1962, no contexto da qual os EUA forçaram a URSS a retirar os mísseis nucleares desta ilha.

<sup>27</sup> A Resolução da Assembleia Geral da ONU 1653 (XVI) de 1961 proibiu o uso de armas nucleares e termonucleares, afirmando que a sua utilização irá causar sofrimento humano e constitui uma violação do Direito Internacional e das leis da humanidade (ONU, 1961). A Declaração da Assembleia Geral da ONU 36/100 de 1981 proclamou também que os Estados e os líderes políticos que farão o primeiro ataque estarão a cometer o mais grave crime contra a humanidade e nunca haverá qualquer justificação ou perdão para os líderes que tomarão a decisão de serem os primeiros a usar as armas nucleares (ONU, 1981).

<sup>28</sup> A garantia de *no first use* foi dada pela primeira vez pela China e foi adotada posteriormente pela URSS e EUA.



use de armas nucleares contra adversários com armas atômicas, enquanto o Paquistão possui uma doutrina ofensiva de *first use*. As armas nucleares são armas políticas e devem ser exclusivamente destinadas para fins de dissuasão (Ghoshal, 2016, p. 161). Este tipo de armas não tem uso racional por causa do seu poder destrutivo indiscriminado. Em teoria, o uso das armas nucleares não seria possível, mas pode acontecer por meio de *bluff*, dissuasão, e até através de um erro de cálculo.

A dissuasão nuclear diz mais respeito aos casos de rivalidade duradoura (*enduring rivalries*), em que os Estados têm uma relação de conflito prolongado sobre questões ou valores fundamentais (Paul, 1998, p. 23). Este tipo de conflito é caracterizado por crises endêmicas e pela elevada probabilidade de guerra devido à alta prontidão militar<sup>29</sup>. Ao analisar o contexto da Ásia do Sul, podemos afirmar que a dissuasão nuclear não foi totalmente efetiva, uma vez que não conseguiu prevenir os conflitos de baixa intensidade. A dissuasão criou o paradoxo «estabilidade-instabilidade»<sup>30</sup>, que se traduz na dissuasão do envolvimento da Índia e do Paquistão numa guerra de grande escala mas, ao mesmo tempo, incentiva o recurso a guerras de baixa intensidade (Mistry, 2009, p. 187). A superioridade militar da Índia permitiu-lhe ir além da dissuasão e adotar uma estratégia de *compellence*, demonstrada através da mobilização militar em 2001-2002 (*Ibidem*, p.189).

## 6.Conflito de Baixa Intensidade e Terrorismo

Ao efetuar a análise do conflito entre a Índia e o Paquistão, é importante examinar a sua tipologia<sup>31</sup>. Os conflitos atuais não seguem os padrões das guerras convencionais

---

<sup>29</sup> Para informações adicionais sobre a rivalidade duradoura entre a Índia e o Paquistão aconselha-se a leitura das seguintes obras: «The India-Pakistan Conflict: an Enduring Rivalry» (Paul, 2005), «Why has the India-Pakistan Rivalry Been so Enduring? Power Asymmetry and an Intractable Conflict» (Paul, 2006).

<sup>30</sup> «O paradoxo original «estabilidade-instabilidade» consistiu na premissa que a estabilidade estratégica a nível nuclear (a convicção de que uma guerra convencional não irá escalar para um nível nuclear, uma vez que um conflito nuclear terá efeitos devastadores) permite a instabilidade a nível convencional, facilitando a agressão convencional (por parte do ator mais forte, confiante que irá prevalecer no conflito convencional)» (Mistry, 2009, p. 201). É importante salientar que no caso da Índia e do Paquistão a agressão é iniciada pelo Estado mais «fraco» da relação. Tradução livre da autora do texto original: «The original stability- instability paradox was that strategic stability at the nuclear level (the belief that conventional war will not escalate to the nuclear level because a nuclear war would be devastating) allows for instability at the conventional level, since it facilitates conventional aggression (by the conventionally stronger side, which is confident of prevailing in a conventional conflict)» (*Ibidem*).

<sup>31</sup> «Agora, o primeiro, o maior, o mais decisivo acto de julgamento que o estadista e o general exerce é justamente compreender sob este aspeto a guerra em que se empenha, e não tomá-la por algo, ou desejar torná-la em algo que, pela natureza das suas relações, lhe é impossível ser. Este é, pois, o primeiro, o mais compreensivo de todos os problemas estratégicos» (Clausewitz, s.d., p. 48).

travadas entre os Estados. Existe a tendência de terem como base as diferenças étnicas, religiosas, nacionalistas e culturais (Sarkesian & Connor Jr., 2006, p. 136). Os conflitos não-convencionais englobam a revolução, a contra-revolução e o terrorismo. Pode envolver uma variedade de meios para atingir fins políticos, económicos, psicológicos, sociais e militares, explorando frequentemente os conflitos étnicos e religiosos, bem como as hostilidades entre Estados (*Ibidem*).

No estudo do padrão dos conflitos entre a Índia e o Paquistão, este trabalho irá focar a atenção no terrorismo, devido à sua importância no contexto atual. Sendo o terrorismo um conceito altamente contestado, serão tidos em conta os elementos característicos deste fenómeno apresentados por Bruce Hoffman, fazendo a sua distinção relativamente a outras formas de crime e de guerra irregular (Hoffman, 2006, p. 40). O terrorismo opera segundo uma lógica de poder, nomeadamente pela sua busca, aquisição, e uso para atingir mudanças políticas. Deste modo, o terrorismo é a violência, ou a ameaça de violência, usada e dirigida para a busca de/ou a serviço de um objetivo político. Os ataques terroristas são concebidos para terem repercussões psicológicas de longo alcance, ou seja, além da vítima ou do alvo imediato. Os atos terroristas são coordenados através de uma organização com uma cadeia identificável de comando; uma estrutura de células (cujos membros não usam uniforme ou insígnias); ou um indivíduo/grupo pequeno de indivíduos diretamente influenciados, motivados ou inspirados por objetivos ideológicos, ou um movimento e/ou líder terrorista já existente. E, por fim, é perpetrado por um grupo sub-nacional ou entidade não estatal (*Ibidem*).

Este tipo de violência informal – como a designou Robert O. Keohane – tem um carácter indireto, difuso e transnacional e, por isso, é difícil de ser combatido pelos Estados (Keohane, 2002). Estas características são visíveis nos ataques terroristas cometidos em território indiano, sendo a sua execução possível devido o recurso às novas tecnologias que permitem coordenar os ataques à distância, o caso dos atentados de 2008, em Mumbai. Em termos conceptuais, o terrorismo situa-se no extremo da escala de conflitos de baixa intensidade. Caracteriza-se pela deslocação do foco vertical das batalhas clássicas travadas entre Estados, para um plano horizontal, envolvendo a procura de efeitos profundamente desestabilizadores nos planos civis, psicológico, social, económico, e ideológico, cujo pano de fundo é o efeito-surpresa do assassinato de populações indefesas (Lobo-Fernandes, 2005, p. 38).

Os ataques terroristas de 2001 à Assembleia de Srinagar – capital, durante o período de verão, do território de Caxemira administrado pela Índia – e ao edifício do Parlamento indiano foram altamente simbólicos. A Assembleia de Srinagar é o marco da integração do estado com a União Indiana e o Parlamento indiano representa a democracia indiana (Guha, 2008, p. 679). O apoio do Paquistão a grupos terroristas não-estatais, que efetuam ataques em território indiano, é incentivado pelo «guarda-chuva nuclear». A dissuasão, proporcionada pelas armas nucleares, possibilitou ao Paquistão prosseguir o seu objetivo de revisionismo territorial em Caxemira, através de meios assimétricos, tais como as ofensivas militares limitadas (o caso de Kargil) e a fomentação de terrorismo em solo indiano. Se os conflitos anteriores entre a Índia e o Paquistão eram de grande escala, com a introdução de armas nucleares, os Estados passaram para um conflito de baixa intensidade.

## **7.Considerações Finais**

Devido à complexidade que caracteriza as relações indo-paquistanesas, é necessário o recurso a vários enunciados teóricos. A preponderância de relações antagónicas e o baixo nível de cooperação é explicado à luz da teoria neo-realista com base na estrutura anárquica do sistema internacional, onde os Estados têm como principal função garantir a sua sobrevivência. Uma vez que o comportamento dos Estados não pode ser explicado exclusivamente com base em fatores sistémicos, o realismo neoclássico incorpora também variáveis internas, permitindo verificar que muitos dos comportamentos no quadro da política externa advêm da conjugação de fatores sistémicos e internos. O realismo neoclássico examina, igualmente, a força e a estrutura do Estado em relação à sua população, o que permite compreender a importância da mobilização da população para uma causa específica, nomeadamente o apoio da população de ambos os Estados na defesa da causa de Caxemira.

A análise da política externa através do recurso aos modelos de ator racional, organizações burocráticas, pequenos grupos e o papel dos líderes enriquece o estudo das relações bilaterais. Os conceitos de *soft* e *hard power* são essenciais para entender os vários tipos de poder que estão à disposição de ambos os Estados. Por seu lado, o enfoque na análise do papel das armas nucleares, dos conflitos de baixa intensidade e o conceito de terrorismo – ligados ao âmbito militar/segurança – revela as relações antagónicas entre

ambos os Estados. Sem estes conceitos, o estudo das relações bilaterais estaria incompleto.



## **II.UMA PERSPETIVA HISTÓRICA DA EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES INDO-PAQUISTANESAS (1947-2001)**

Após terem sido governados como uma só unidade durante quase um século, a Índia e o Paquistão seguiram caminhos diferentes na sua consolidação enquanto Estados, após a independência de 1947. A Índia abraçou um processo de governação democrático e tornou-se um Estado secular. O Paquistão, por seu lado, assistiu à alternância entre governos civis e regimes militares e, ao contrário da Índia, adotou uma identidade islâmica. Este capítulo aborda os principais acontecimentos que marcaram as relações bilaterais entre os dois países até ao final da Guerra-Fria, permitindo compreender a complexidade do relacionamento entre os dois Estados. São referidas as duas divisões territoriais (1947 e 1971),<sup>32</sup> bem como os quatro conflitos que foram travados entre os dois Estados. É destacado na análise o momento em que ambos os países oficializaram o seu estatuto nuclear (1998), uma vez que as armas nucleares introduziram uma mudança na natureza do conflito, que passou a ser de baixa intensidade. Em seguida, são analisados os desafios de segurança que a nova estratégia acarreta. A pesquisa é dividida em dois momentos, o período da Guerra Fria e o período do pós-Guerra Fria. São estudadas as mudanças que ocorreram nas relações entre os dois Estados devido a alterações sistémicas. E, por fim, é efetuada uma breve análise da política externa de ambos os países no período pós-Guerra Fria, que será aprofundada com mais detalhe nos capítulos três e quarto.

### **1.A partição do *Raj* britânico**

Os fatores históricos desempenham um papel fundamental nas relações bilaterais entre a Índia e o Paquistão, uma vez que o passado deixou marcas profundas, que ainda se repercutem na atualidade. O período glorioso de domínio muçulmano e o seu legado cultural na Ásia do Sul fomentaram uma postura de não-aceitação por parte deste grupo de uma posição subordinada, no que estes percecionavam como uma futura Índia

---

<sup>32</sup>A primeira divisão do subcontinente aconteceu em 1947 com a independência do Paquistão e da Índia. A segunda divisão ocorreu com a guerra de 1971, entre a Índia e o Paquistão, e resultou na separação do Paquistão Oriental (o atual Bangladesh) do resto do território paquistanês.

dominada pelos hindus<sup>33</sup> (Lieven, 2012, p. 42). Ramachandra Guha aponta três fatores que contribuíram para a divisão do antigo *Raj* britânico, sendo o primeiro a subestimação das capacidades de Mohamed Ali Jinnah<sup>34</sup> e dos muçulmanos em construírem um movimento com base na fé, pela liderança do Congresso Nacional Indiano. O segundo motivo é a realização do objetivo pessoal de Jinnah de criar um Estado independente. A terceira determinante são os efeitos da política britânica de «dividir e governar», que promoveu a separação entre hindus e muçulmanos (Guha, 2008, p. 26). De facto, cada um dos elementos teve um contributo relevante para a divisão do território e a criação de dois Estados independentes.

A ideia de criar uma entidade política indiana muçulmana separada foi proposta pela primeira vez em 1930 por Choundhary Rahmat Ali (Cohen, 2004, p. 26). Choundhary, juntamente com um grupo de estudantes indianos, delinearam um plano para uma federação de dez estados muçulmanos, à qual foi atribuído o nome de Paquistão<sup>35</sup>. Contudo, este nome não entrou em uso comum até 1945 (*Ibidem*). A ideia de «duas nações» - que sustentava que os hindus e os muçulmanos indianos eram duas nações etnoculturais diferentes, cada uma devendo ter o seu próprio Estado - foi transformada num movimento político por Jinnah (Lieven, 2012, p. 55). Os momentos determinantes para a reivindicação do Paquistão foram o *Government of India Act* de 1935 e as eleições que se sucederam em 1937. Anteriormente às eleições, o Congresso Nacional Indiano havia prometido à Liga Muçulmana, de forma informal, que ambos os partidos iriam formar governos de coligação nas províncias que possuíam uma minoria muçulmana significativa. Devido à vitória esmagadora do Congresso, a sua liderança decidiu que não precisava de partilhar o governo com a Liga Muçulmana, não cumprindo, deste modo, o acordo. Tal acontecimento convenceu Jinnah e os restantes líderes, que

---

<sup>33</sup> O apogeu do poder muçulmano na sub-região foi atingido no século XVII, tendo-se registado um declínio acentuado logo a seguir. O passado glorioso do período muçulmano tornou impossível para este grupo a aceitação de uma posição de subordinação naquilo que eles viam, antes de 1947, como uma futura Índia governada pelos hindus. Na mesma lógica, após a independência, e em certa medida no período atual, o Paquistão entende que deve competir com a Índia em pé de igualdade (Lieven, 2012, p. 42).

<sup>34</sup> Mohamed Ali Jinnah é considerado o pai fundador do Paquistão, sendo referido pelos paquistaneses como Quaid-i-Azam, ou o «Grande Líder». Jinnah organizou a campanha que exerceu pressão sobre a Grã-Bretanha e o Congresso Nacional Indiano para a criação do Paquistão, e foi o primeiro líder a chefiar o Estado, tendo sido o seu Governador-geral até a sua morte, em 1948 (Cohen, 2004, p. 28).

<sup>35</sup> Choudhary Rahmat foi um indiano muçulmano que morava em Cambridge, Reino Unido, e que conjuntamente com um grupo de estudantes indianos esboçaram um plano para uma federação de dez estados muçulmanos, que designaram de Paquistão. O nome foi baseado nas letras das províncias que tinham uma maioria muçulmana, ou chegava perto de ter uma maioria: Punjab, Afeganistão (*Afghanistan*), Caxemira (*Kashmir*), e Balochistão (*Baluchistan*). Em persa Paquistão significa «terra de puro», uma alusão aos hindus ritualmente «puros» das altas castas, que dominavam o Congresso Nacional Indiano (Cohen, 2004, p. 26).

faziam parte da Liga, de que os partidos muçulmanos seriam excluídos do poder numa Índia governada pelo Congresso Nacional Indiano, bem como seriam uma comunidade totalmente subordinada (*Ibidem*).

Este episódio, e sob a invocação do Jinnah, levou a que a Liga Muçulmana reivindicasse a criação de um Estado muçulmano independente, na Resolução de Lahore de 1940. Contudo, Jinnah não se referia a uma separação total, mas a uma divisão da Índia em estados nacionais autónomos (*Ibidem*), ideia que não viria a ser concretizada. O plano britânico de divisão do subcontinente em dois Estados independentes foi anunciado a 3 de junho de 1947. Os líderes indianos estavam divididos a respeito desta questão. Gandhi opôs-se à partição, mas Jawaharlal Nehru e outros líderes, como Sardar Patel, aceitaram o plano com medo que a Grã-Bretanha pudesse dar a opção de independência aos principados<sup>36</sup>, o que poderia inviabilizar a ideia de um Estado coerente. Estes líderes também acreditavam que o novo país (Paquistão) iria fracassar e desintegrar-se rapidamente (Cohen, 2004, p. 39). O Paquistão foi o primeiro Estado a ser criado após a Segunda Guerra Mundial, a 14 de agosto de 1947<sup>37</sup>. A Índia tornou-se independente um dia mais tarde, a 15 de agosto (*Ibidem*).

A independência dos dois Estados foi alcançada, em grande parte através de meios pacíficos. Porém, o mesmo não ocorreu com a partição do subcontinente. Esta foi violenta e levou à transferência em massa das populações. No final do processo de divisão existiam entre 200 mil e um milhão de mortos, e cerca de quinze milhões de pessoas deslocadas<sup>38</sup> (Kapur, 2011, p. 61). Estes episódios sangrentos geraram sentimentos de

---

<sup>36</sup> Estima-se que existiam mais de 500 principados, designados de «princely states», que variavam muito em termos de tamanho e estatuto (Guha, 2008, p. 36). Aquando da independência do *Raj* britânico, os principados tiveram a escolha de se juntarem à Índia ou ao Paquistão, não existindo a hipótese de independência (Ganguly, et al., 2003).

<sup>37</sup> O Paquistão foi formado a partir de cinco províncias da Índia britânica e de alguns principados. Sob as novas fronteiras, as províncias de Bengala e Punjab foram divididas e milhões de pessoas tiveram que deslocar-se. A parte oriental de Bengala, que tinha uma população maioritariamente muçulmana (e englobava 15% de hindus), tornou-se no Paquistão Oriental. A parte ocidental de Punjab, incluindo o importante principado de *Bahawalpur*, constituem atualmente província paquistanesa de Punjab. No que respeita à Índia, a parte oriental e vários principados etnicamente punjabi tornaram-se no estado indiano de Punjab. No Paquistão Ocidental também foram incluídos o Baluchistão, a Província da Fronteira Noroeste (*Northwest Frontier Province-NWFP*) e o Sindh (Cohen, 2004, p. 6). A criação do Paquistão implicou a sua separação de quase todos os grandes centros históricos muçulmanos que ficaram no território indiano e deixou também de fora as áreas do norte da Índia, onde o apoio à Liga Muçulmana e a demanda para a criação do Paquistão tinha sido maior (Lieven, 2012, pp. 55-56). Cabe esclarecer que por razões demográficas e geográficas não seria possível um Paquistão independente incluir estas áreas.

<sup>38</sup> A violência começou no dia 16 de agosto de 1946 em Calcutá e alastrou-se para a zona rural de Bengala. Em seguida, expandiu-se para Bihar e, posteriormente, para as Províncias Unidas, atingindo por fim a província de Punjab, onde se registaram os episódios mais sangrentos. A violência no período entre agosto e setembro de 1946 foi, em primeira instância, incitada pela Liga Muçulmana (Guha, 2008, pp. 8-9).



hostilidade entre os dois Estados e as suas populações, comprometendo as suas relações desde o início (Paul, 2014, p. 177). As marcas deixadas por estes acontecimentos foram muito profundas, na medida em que continuam a alimentar a desconfiança e a hostilidade entre os dois Estados.

Ao analisar as relações entre a Índia e o Paquistão apercebemo-nos de que estes países possuíam todas as condições para terem uma relação de amizade, e até quase de fraternidade. Ambos partilham todo o tipo de ligações: laços raciais, linguísticos, geográficos, económicos e culturais (Times of India, 1952 *Apud* Guha, 2008, p.174); e também fazem parte do *Commonwealth*. Apesar dos pontos em comum que deveriam funcionar como pontes de ligação, existem várias diferenças entre os dois países, sendo o regime político uma delas. A Índia é a «maior democracia» do mundo, enquanto o Paquistão teve, ao longo do seu período curto de existência, três regimes militares<sup>39</sup>, registando-se uma alternância entre períodos de governos civis e regimes militares. Deste modo, ao contrário da Índia onde não existe a interferência por parte das forças armadas na política, no Paquistão é notável o papel preponderante das mesmas<sup>40</sup>. Um outro ponto de divergência é a identidade islâmica do Paquistão, que contrasta com a ideia de Estado secular - 38dos princípios basilares da União Indiana<sup>41</sup>.

## **2.A questão de Caxemira e os conflitos armados entre a Índia e o Paquistão (1947-1971)**

No mesmo ano em que obtiveram a independência, a Índia e o Paquistão travaram uma guerra de curta duração em Caxemira (1947- 48), que viria a ser o primeiro de vários

---

<sup>39</sup> Ao longo da história do Paquistão foram três os períodos em que o país esteve governado por um regime militar: 1) General Ayub Khan (1958 -1969) e Yahya Khan (1969-1971); 2) General Zia-ul-Haq (1977-1988); e 3) Pervez Musharraf (1999 - 2008) – que se alternaram com períodos de democracia. No total, foram quatro os momentos de democracia: 1) 1947-1957; 2) 1971-1977; 3) 1988-1999, e o último e vigente período, que se iniciou em 2008 com o Yousuf Raza Gilani na qualidade de Primeiro-Ministro, e perdura até o período atual, com a transição de poder para o Nawaz Sharif em 2013. Em julho de 2017, o Supremo Tribunal do Paquistão decretou o afastamento de Nawaz Sharif por causa de suspeitas de corrupção. O cargo de Primeiro-Ministro será exercido por Shahid Khaqan Abbasi até às próximas eleições legislativas.

<sup>40</sup> Ainda que se trate de um governo civil, no Paquistão a política continua a ser dirigida a partir dos bastidores militares, especialmente no que respeita às questões de defesa e segurança.

<sup>41</sup> A retórica divisória de Jinnah, que contribuiu para a partição do antigo *Raj* britânico, deu lugar a uma visão de um Paquistão democrático, tolerante para com as minorias religiosas e progressivo a nível social (Cohen, 2004, p. 42). Por causa destes motivos, afirma-se que o pai fundador do Estado paquistanês idealizou um país secular e não um Estado baseado numa identidade islâmica, no qual o atual Paquistão se tornou. O país passou a ter formalmente um carácter islâmico com a adoção da Constituição de 1973. Anatol Lieven realça o importante facto de a religião islâmica ter diferentes vertentes, ao contrário da Arábia Saudita ou do Irão, onde existe uma versão monolítica do Islão (Lieven, 2012, p. 125).

conflitos entre ambos os Estados por causa deste território. Caxemira era um principado constituído maioritariamente por uma população muçulmana e governado por um marajá hindu – Hari Singh – que queria manter a sua independência, excluindo a hipótese da integração do mesmo na União Indiana ou no Paquistão<sup>42</sup>. O último reivindicava o território devido à preponderância de população muçulmana<sup>43</sup>. Após a partição, Hari Singh foi confrontado com uma incursão de grupos tribais apoiados pelo exército paquistanês, o que o levou a convidar o exército indiano a repelir os invasores. O marajá concordou em assinar um documento que previa a adesão do território à União Indiana em troca da sua intervenção.

A guerra entre o exército paquistanês e indiano foi inconclusiva, tendo deixado cerca de um terço do território sob controlo do Paquistão e os restantes dois terços sob a jurisdição da União Indiana (Kapur, 2011, p. 62). Os dois territórios estão divididos por uma fronteira *de facto* – a Linha de Controlo –, mas ambos os Estados reclamam o território na sua íntegra<sup>44</sup>. Contudo, é importante referir que, conforme mencionado por Kapur, o Paquistão é o Estado revisionista da relação, procurando o reajuste territorial. A Índia, por seu lado, tenta apenas manter a sua parte do território (*Ibidem*). Importa ainda salientar que as relações de conflitualidade não existem apenas em torno de Caxemira, que é o expoente máximo desta rivalidade, mas também abrangem a partilha das águas

---

<sup>42</sup> O território de Caxemira, o antigo principado de Jammu e Caxemira, consiste de uma maioria hindu no Jammu, a sul da cadeia montanhosa de Pir Panjal, que separa o Vale de Caxemira do resto da Índia. Os distritos de maioria budista, que constituem Ladakh, são objeto de uma disputa separada entre a Índia e a China. Pequim detém algumas partes deste território, que são reivindicadas pelo Governo indiano. Os distritos de Mirpur e Muzzafarabad fazem parte de aquilo que o Paquistão designa de «Azad», ou a Caxemira livre, e os indianos denominam de Caxemira ocupada pelo Paquistão. Os territórios nórdicos são formados pelo Balistan, Hunza e Agência Gilgit. Uma parte desta região, a norte do pico K-2 foi cedida a China por Islamabad, através de um acordo que foi estabelecido a 2 de março de 1963. Existe ainda o Vale de Caxemira centrado em Srinagar, que é designado pelo Governo de Paquistão de Caxemira ocupada pela Índia (Cohen, 2001, p. 212).

<sup>43</sup> A dificuldade da divisão da Caxemira advém da sua localização na fronteira entre ambos os Estados, bem como devido ao facto de a sua população ser maioritariamente muçulmana e o seu marajá ter sido hindu, o que permitia a ambos os Estados reclamarem este território. Caxemira tornou-se o único Estado de maioria muçulmana a integrar a União Indiana (Cohen, 2004, p. 47).

<sup>44</sup> A Índia levou a questão de Caxemira à ONU a 1 de janeiro de 1948. A ONU procurou negociar uma solução da disputa e aprovou uma resolução a 13 de agosto de 1948, em que apelou ao Paquistão a abandonar a sua agressão em Caxemira e à Índia de reduzir o número de tropas na região a um número proporcional à manutenção de um plebiscito imparcial, a fim de determinar a vontade da população de Caxemira. Nenhum dos lados aderiu aos termos da resolução, o Paquistão manteve o exército no território de Caxemira e a Índia renegou em efetuar o plebiscito (Ganguly, et al., 2003, p. 2).

dos rios, o Glaciar de Siachen, o estatuto regional e a manutenção da balança de poder<sup>45</sup>, entre outros.

A disputa de Caxemira por parte de ambos os países não se deve meramente a uma questão territorial, mas também ao seu significado altamente simbólico. Para o Paquistão, este território representa o projeto que esteve na base da sua criação, uma pátria para os muçulmanos da Ásia do Sul, que não podiam viver numa Índia dominada por hindus<sup>46</sup>. Assim, a identidade nacional do Paquistão ficará incompleta sem a incorporação de todo o território de Caxemira no seu quadro nacional (Mukherjee, 2014, p. 46). Por outro lado, a inclusão deste território na União Indiana representa o Estado secular<sup>47</sup> e a democracia poliglota, pátria de diferentes grupos étnicos e religiosos da Ásia do Sul (Kapur, 2011, pp. 62-63). Para a Índia - a «maior democracia» do mundo - a separação de um estado composto por um grupo minoritário, seria um sinal de incapacidade de proteção dos direitos das minorias - um dos pilares da democracia (*Ibidem*, p. 63). Assim, caso um dos governos ceda na reivindicação do território, irá colocar em questão os princípios que estiveram na base da sua criação.

Tanto a Índia como o Paquistão almejam controlar o território de Caxemira pelos motivos acima referidos. Contudo, ambos convergem no que concerne à autodeterminação do território. A independência de Caxemira seria nociva para ambos os Estados, pois poderia criar uma onda de reivindicações de independência por parte de outros estados/províncias ao longo da Índia e do Paquistão. É de salientar que existem vários movimentos separatistas, tanto na Índia (Caxemira<sup>48</sup>, Punjab, entre outros) como

---

<sup>45</sup> Para maiores informações sobre as razões dos conflitos recomenda-se a leitura da obra «Shooting for a Century: the India-Pakistan Conundrum» (Cohen, 2013).

<sup>46</sup> A noção de uma pátria para os muçulmanos da Ásia do Sul é altamente contestada. O primeiro fator que questiona esta ideia é a minoria muçulmana que continua a residir na Índia e que representa, em termos numéricos, quase a totalidade da população do Paquistão, ou seja, cerca de 172 milhões, segundo o censo de 2011 (Office of the Registrar General & Census Commissioner, 2011). A população total do Paquistão é de aproximadamente 201 milhões (Central Intelligence Agency, 2016). Este facto invalida o argumento que foi apresentado para a criação de um Estado muçulmano e, ao mesmo tempo, contradiz a ideia da impossibilidade de coexistência entre os hindus e os muçulmanos num único Estado. O segundo fator é a partição do Paquistão em 1971, o que demonstra que a religião é insuficiente para manter a coesão do país. O terceiro fator é a proibição dos *ahmadis* em se considerarem muçulmanos no Paquistão, ou seja, a discriminação dos muçulmanos num país que foi criado para os proteger.

<sup>47</sup> A Índia, apesar de ser um Estado secular, não está isenta de tensões religiosas, nomeadamente entre os hindus e os muçulmanos. Os episódios mais emblemáticos são a demolição, em 1992, da mesquita Babri Masjid, que foi construída no século XVI, e os *pogroms* de 2002 no estado de Gujarat, então governado pelo atual Primeiro-Ministro da Índia, Narendra Modi. Os tumultos de 2002 levaram a vida de mais de 2 mil muçulmanos, e contribuíram para um número ainda maior de pessoas desabrigadas (Guha, 2008, p. 657).

<sup>48</sup> Importa salientar que antes de 1989 os habitantes de Caxemira recusaram-se a aproveitar as oportunidades que foram surgindo para se rebelarem contra a Índia. Um dos exemplos é a guerra de 1965,

no Paquistão (Baluchistão, Sindh, entre outros). A obsessão de Islamabad com a questão de Caxemira durante quase sete décadas afetou o desenvolvimento do Estado, devido aos recursos que foram empregues nas guerras, as perdas humanas e a impossibilidade de cooperação com a Índia. Não obstante, conforme Cohen menciona, este é um preço que várias gerações de líderes paquistaneses estiveram dispostos a pagar, o mesmo pode ser referido acerca dos seus homólogos indianos (Cohen, 2004, p. 54).

As relações conturbadas entre a Índia e o Paquistão foram, até ao momento, pautadas por quatro confrontos militares (1947-1948, 1965, 1971 e 1999). O conflito de 1971 foi aquele que teve um impacto mais significativo na deterioração das relações bilaterais entre os dois países, e foi o único que não esteve relacionado com a questão de Caxemira. A guerra de 1971 começou como um conflito civil<sup>49</sup> e evoluiu para uma guerra internacional entre a Índia e o Paquistão. O envolvimento de Nova Deli teve como objetivo a libertação do Paquistão Oriental e resultou na criação do atual Bangladesh<sup>50</sup>. A divisão do Paquistão traduziu-se na consolidação da ideia de que a Índia ambicionava

---

em que os caxemiris optaram por não se juntar aos invasores paquistaneses no fomento de uma rebelião contra o Governo indiano. Em vez disso, a população denunciou às autoridades indianas os invasores paquistaneses. Contudo, no final dos anos 80 a população de Caxemira, mais instruída e mais ativa politicamente, estava muito insatisfeita com o Governo indiano. O descontentamento deve-se à erosão das instituições políticas regionais, que os deixou sem um meio legítimo para a sua expressão política. Após a conspiração do Governo indiano com o Congresso Nacional de Caxemira, nas eleições de 1987, uma oposição violenta tornou-se a única opção viável. Em 1988 começaram as greves, as demonstrações e a violência contra o Governo, que se intensificou no ano seguinte. Em 1990 eclodiu uma insurreção geral, que levou à dissolução da Assembleia do estado de Caxemira e colocou o território sob o *Governor's Rule* (*Ibidem*, p. 73), acionando o artigo 92 da Constituição de Caxemira. O *Governor's Rule* foi substituído pelo *President's rule*, após o período de seis meses, colocando assim o estado sob o governo direto de Nova Deli. Deste modo, importa salientar que a revolta em Caxemira não foi provocada pelo Paquistão, mas pela incompetência e má gestão do Governo indiano neste estado. Islamabad apoiou ativamente a insurgência desde o início. Foi uma série de fatores que contribuiu para o êxito da estratégia do Paquistão em Caxemira, nomeadamente o fim da guerra contra URSS no Afeganistão, que proporcionou um modelo de uma estratégia de insurgência bem-sucedida que Islamabad poderia replicar em Caxemira; um grupo de militares experientes e oficiais de inteligência disponíveis para apoiarem esta estratégia; e, por fim, um número alargado de *mujahideen* prontos para se envolverem na guerra em Caxemira (*Ibidem*, pp. 74-75).

<sup>49</sup> Apesar do facto de o Paquistão Ocidental e o Paquistão Oriental terem sido um só país, não havia contiguidade territorial entre eles, os dois territórios estavam separados um do outro por um terreno indiano de 1600 km. Ainda que a sua população era maioritariamente muçulmana, existiam diferenças a nível étnico e cultural entre as mesmas. (Lieven, 2012, p. 10). Apesar de a Liga Awami (do Paquistão Oriental) ter ganho a maioria absoluta no parlamento nacional, nas eleições de outubro de 1970, não lhe foi permitido formar governo. Este episódio contribuiu para a eclosão de tumultos de grande escala no Paquistão Oriental. As tropas do Paquistão Ocidental foram destacadas para reprimir as revoltas, massacrando os seus concidadãos bengalis e dando origem a um fluxo maciço de refugiados para o território indiano (*Ibidem*, pp. 58-60). A Índia não tinha a capacidade para acolher todos os refugiados e decidiu dividir o país para pôr termo à crise. A separação do Paquistão Oriental do resto do território paquistanês deu origem ao atual Estado do Bangladesh.

<sup>50</sup> O Paquistão começou o conflito em dezembro de 1971 com os ataques aéreos preemptivos contra um aeródromo indiano, acontecimento que marcou a entrada formal da Índia no conflito (Fair & Ganguly, 2016, p. 74).

a desintegração do Estado, ou seja, a sua extinção, contribuindo para o aumento dos sentimentos de desconfiança por parte dos líderes paquistaneses em relação às intenções de Nova Deli (Cohen, 2001, p. 204). Tanto para as forças armadas como para os seus apoiantes civis, o episódio de 1971 deveria ser respondido na mesma moeda (Cohen, 2004, p. 77). No início da década de 80, Islamabad teve finalmente a capacidade para concretizar este objetivo. Numa primeira fase, forneceu apoio ao movimento separatista que visava a criação de *Khalistan* (movimento síque) e, a partir de 1989, apoiou os grupos separatistas de Caxemira (*Ibidem*).

A segunda partição teve enormes consequências no conceito de Estado paquistanês. Com a guerra de 1971 e, consequentemente, a independência do Bangladesh, o Paquistão perdeu cerca de 54% da sua população, aproximadamente cinco mil quilómetros quadrados do seu território foram capturados pela Índia, juntamente com 90 mil militares que se tornaram prisioneiros de guerra<sup>51</sup> (*Ibidem*, p. 75). Este momento marcou profundamente as forças armadas, que são a base do *Establishment* do país, colocando fim ao mito da superioridade marcial dos paquistaneses (Kapur, 2011, p. 71), bem como representando uma humilhação para o ramo militar. Os efeitos da guerra de 1971 contribuíram também para uma mudança no ambiente estratégico na Ásia do Sul. A supremacia militar da Índia tornou-se evidente e uma futura aventura militar por parte de Islamabad teria efeitos devastadores. A superioridade indiana teve, de facto, grandes repercussões no comportamento de política externa do Paquistão. Após a guerra de 1971, seguiu-se um período pautado pela ausência de crises indo-paquistanesas de relevo (pelo menos até ao final da década de 80) e de guerra entre ambos os Estados (até ao final da década de 90) (*Ibidem*, p. 72).

A vitória esmagadora da Índia colocou-a numa posição privilegiada, permitindo-lhe realizar um acordo político duradouro, nomeadamente em relação à questão de Caxemira. Contudo, Nova Deli foi incapaz de tirar partido desta «janela de oportunidade» (Paul, 2006, p. 615). Na Conferência de Simla de 1972, o Primeiro-Ministro do Paquistão, Zulficar Ali Bhuto, extraiu habilmente concessões da Índia através da promessa de não

---

<sup>51</sup> Cohen identifica ainda uma outra dimensão que foi afetada pela partição, nomeadamente a nível da identidade do próprio Estado paquistanês, que se refletiu em três aspetos: político; sociocultural; e religioso. Primeiro, houve uma mudança na balança política no Paquistão. Com a independência do Paquistão Oriental, Punjab tornou-se a província dominante. Em segundo lugar, houve uma redução da diversidade sociocultural do Paquistão com a separação dos bengalis. E, por fim, ocorreu uma mudança de uma postura convencional mais secular para uma posição mais islamita no seio da sociedade, uma vez que a população bengali era mais moderada do que os habitantes do Baluchistão e da NWFP (Cohen, 2004, pp. 76-77).

suscitar a questão de Caxemira em fóruns internacionais, um compromisso que não foi cumprido (*Ibidem*). Idêntica oportunidade surgiu durante a crise de Brasstacks de 1986-1987, quando a Índia possuía uma clara superioridade militar e o Paquistão ainda não havia desenvolvido as armas nucleares<sup>52</sup> (Cohen, 2013, p. 129).

### 3.Os testes nucleares de 1998 e as mudanças no ambiente estratégico

O ano de 1998 representa um momento importante nas relações bilaterais. Marca uma nova etapa a nível estratégico e militar, principalmente para o Paquistão, após a derrota esmagadora de 1971. Neste ano, ambos os Estados testaram as armas nucleares, pondo fim à ambiguidade que existia em relação ao seu estatuto nuclear. A Índia, sob a liderança de Atal Bihari Vajpayee, efetuou cinco testes nucleares a 11 e 13 de maio de 1998, tornando-se oficialmente um Estado com capacidade nuclear<sup>53</sup>. A resposta do Paquistão não tardou. O país efetuou testes nucleares a 28 e 30 de maio, do mesmo ano (Mahmood, 1999). O arsenal nuclear que Islamabad passou a ter foi designado de «bomba islâmica», uma vez que nenhuma outra nação muçulmana possui armamento nuclear<sup>54</sup> (Kapur, 2011, p. 74). Sumit Ganguly e Devin Hagerty realçaram o facto que «[...] o objetivo central do programa de armas nucleares do Paquistão é evitar uma repetição do 1971 [...] para deter um ataque indiano que poderia reduzir ainda mais o tamanho do Paquistão, ou talvez até mesmo extinguir o país»<sup>55</sup> (Ganguly & Hagerty, 2005 *Apud*

---

<sup>52</sup> A crise de Brasstacks (1986 -1987), que ocorreu entre a Índia e o Paquistão, consistiu num dos maiores exercícios militares do subcontinente, levado a cabo pela Índia. O exercício teve lugar não no extremo norte da Índia, onde está localizado o problemático estado de Caxemira, mas no deserto de Rajastan, a cerca 100 milhas da fronteira com o Paquistão (Cohen, 2013, p. 129).

<sup>53</sup> A Índia efetuou o primeiro teste nuclear em 1974, sob a liderança de Indira Ghandi, ato que foi designado pela então administração de explosão nuclear pacífica. O Governo indiano demorou 24 anos para efetuar o segundo teste nuclear. Existem várias explicações para a realização dos testes de 1998, tais como as questões de segurança que foram agravadas com a implosão da URSS, que deixou o país sem o seu principal «aliado», enfrentando agora uma potência unipolar ainda mais forte. Outros fatores, também no âmbito da segurança, são as preocupações com os rivais regionais, a China e o Paquistão. Segundo Cohen e Dasgupta, a verdadeira razão para a realização dos testes nucleares de 1998 foi a necessidade de uma resposta defensiva e reacionária à pressão de não-proliferação exercida pelos EUA. Sob a perspectiva de se ver privada de exercer a sua opção nuclear, a Índia procurou ainda em 1995 realizar novos testes nucleares, mas esta tentativa falhou devido à deteção da preparação dos testes nucleares pelos satélites dos EUA e a pressão realizada por Washington para o recuo de Nova Deli (Dasgupta & Cohen, 2011, p. 170).

<sup>54</sup> O objetivo do Paquistão de adquirir capacidade nuclear começou antes do teste nuclear de 1974, realizado pela Índia (Fair & Ganguly, 2016, p. 81). Após se ter tornado Primeiro-Ministro, Zulfikar Ali Bhutto priorizou a aquisição de armas nucleares pelo Estado paquistanês. Na sequência da derrota esmagadora do exército paquistanês, no conflito de 1971 com a Índia, e a consequente fragilidade das forças armadas, Bhutto obteve uma grande autonomia em termos de escolhas políticas. O seu programa nuclear secreto também tinha como objetivo contrabalançar o poder do exército paquistanês, através de um novo meio bélico, para compensar a superioridade militar da Índia. O programa nuclear foi administrado por civis até à destituição de Bhutto, em 1977 (Cohen, 2004, pp. 107-108).

<sup>55</sup> Tradução livre da autora do texto original: « [...] core aim of Pakistan's nuclear weapons program is to prevent a repetition of 1971 [...] to deter an Indian attack that might reduce Pakistan's size even further,

Narang, 2009/10, pp.47-48). Deste modo, as armas nucleares têm como principal objetivo assegurar a sobrevivência do país num sistema internacional anárquico.

O propósito da aquisição das armas nucleares, por parte da Índia, foi esclarecido pelo Primeiro-Ministro indiano, Atal Bihari Vajpayee, através da carta que encaminhou ao Presidente norte-americano, Bill Clinton, onde justificava a realização dos testes de 1998 com base na ameaça chinesa. Vajpayee assinalou que a China, um Estado oficialmente nuclear, não só havia cometido uma agressão contra o seu país em 1962, como também havia fornecido apoio material ao Paquistão para que este se tornasse num Estado nuclear (Thakur, 2014, p. 1107).

É importante analisar a doutrina e a postura nuclear<sup>56</sup> de ambos os Estados. A Índia possui uma doutrina nuclear «quase declarada»<sup>57</sup>, porém não tão detalhada como a dos EUA, enquanto que a do Paquistão é «não declarada» (Shankar & Paul, 2016, p. 4). Nova Deli adotou o princípio de *no first use*, que reforça o compromisso do país com o *status quo*, bem como a sua contenção em matéria nuclear, criando a imagem de um país responsável. A doutrina nuclear indiana vincula o país ao compromisso de não-proliferação e ao desarmamento ao longo dos anos. Salienta-se o facto que os ataques terroristas de 2001 tiveram efeitos na redefinição da estratégia nuclear do país, nomeadamente a introdução da cláusula de possibilidade de uso de armas nucleares em caso de ataque com armas biológicas ou químicas, o que questiona a sua política de *no*

---

or perhaps even put the country out of existence entirely» (Ganguly & Hagerty, 2005 *Apud* Narang, 2009/10, pp.47-48).

<sup>56</sup> Narang define a postura militar como uma doutrina nuclear operacional do Estado, que gera poder de dissuasão contra um oponente (Narang, 2009/10, p. 41).

<sup>57</sup> A doutrina nuclear da Índia foi explicada pela primeira vez em agosto de 1999, pelo Conselho Consultivo de Segurança Nacional indiano, através do projeto de doutrina nuclear, e, posteriormente, numa declaração emitida pelo Governo indiano, em janeiro de 2003. Os princípios-chave da doutrina nuclear indiana são: «i. Construir e manter uma dissuasão mínima credível; ii. Uma postura de «No First Use», as armas nucleares serão apenas usadas em retaliação contra um ataque nuclear no território indiano, ou contra as forças indianas em qualquer lugar; iii. A retaliação nuclear contra um primeiro ataque será massiva e designada a infligir danos inaceitáveis; [...] v. Não utilizar armas nucleares contra Estados que não possuem armas nucleares; vi. Contudo, em caso de ataque com armas biológicas ou químicas contra a Índia ou as forças indianas, o país retém a opção de retaliar com armas nucleares; [...] viii. Compromisso contínuo com o objetivo de um mundo livre de armas nucleares, através de um desarmamento nuclear global verificável e não discriminatório». Tradução livre da autora do texto original « i. Building and maintaining a credible minimum deterrent; ii. A posture of «No First Use» nuclear weapons will only be used in retaliation against a nuclear attack on Indian territory or on Indian forces anywhere; iii. Nuclear retaliation to a first strike will be massive and designed to inflict unacceptable damage. [...] v. Non-use of nuclear weapons against non-nuclear weapon states; vi. However, in the event of a major attack against India, or Indian forces anywhere, by biological or chemical weapons, India will retain the option of retaliating with nuclear weapons; [...] viii. Continued commitment to the goal of a nuclear weapon free world, through global, verifiable and non-discriminatory nuclear disarmament» (Cabinet Committee on Security, 2003).

*first use*. De facto, com estas mudanças a Índia passou de uma estratégia de dissuasão «mínima» para uma estratégia «credível», que foi reforçada pela introdução de submarinos, que aumentaram o poder de dissuasão (Khan & Khan, 2016). Conforme especificado no capítulo teórico, a dissuasão é por definição a própria capacidade de retaliar e o reconhecimento por terceiros desta capacidade. A eficácia da dissuasão baseia-se na comunicação da ameaça, na capacidade de realizar o ataque e no grau de reconhecimento desta ameaça pelo adversário (Paul, 2009, p. 2).

Em relação à postura nuclear, existe uma grande discrepância entre os dois Estados. A Índia adotou uma postura de «retaliação assegurada»<sup>58</sup> enquanto o Paquistão optou por uma de «escalada assimétrica». Narang afirma que a postura de retaliação assegurada é orientada para um segundo ataque nuclear e consiste em «[...] contar com uma força nuclear pequena mas segura, que irá sobreviver a um ataque nuclear, garantindo um ataque de retaliação [...]». Por seu lado, «[...] a postura de escalada assimétrica é orientada para o rápido (e assimétrico) *first use* de armas nucleares contra ataques convencionais para dissuadir a sua eclosão »<sup>59</sup> (Narang, 2009/10, p. 44). É a diferença de posturas que cria a discrepância nos efeitos de dissuasão, ou seja, a postura nuclear de retaliação assegurada, de Nova Deli, gera um menor efeito de dissuasão que a postura de escalada assimétrica de Islamabad.

O Paquistão possui uma política de *first use* de armas nucleares e a sua doutrina nuclear não é declarada, o que cria uma ambiguidade em torno das suas intenções (Shankar & Paul, 2016, p. 4). Ao efetuar o estudo sobre a «utilização»<sup>60</sup> de armamento nuclear por parte do Paquistão é importante ter em conta o potencial das armas nucleares enquanto «equalizador estratégico» (Paul, 2006, p. 621; Shankar & Paul, 2016, p. 12),

---

<sup>58</sup> A postura nuclear de retaliação assegurada de Nova Deli produz um menor efeito de dissuasão que a postura de escalada assimétrica de Islamabad. Este efeito é evidente na guerra de Kargil de 1999 em que, apesar de ter havido uma resposta militar por parte de Nova Deli, a mesma restringiu-se a uma guerra limitada e não evoluiu para uma guerra de grande escala, devido à posse de armas nucleares por parte do Paquistão. Por outro lado, a capacidade nuclear da Índia não impediu que o Paquistão apoiasse os movimentos secessionistas em território indiano, nem que conferisse apoio aos grupos terroristas que efetuam ataques em solo indiano.

<sup>59</sup> Tradução livre da autora do texto original: «[...] relying on a small but secure and survivable nuclear force arrayed for an assured retaliatory strike [...]». «[...] asymmetric escalation posture is geared for the rapid (and asymmetric) first use of nuclear weapons against conventional attacks to deter their outbreak » (Narang, 2009/10, p. 44).

<sup>60</sup> Conforme referido no capítulo teórico, as armas nucleares são armas políticas e devem ser exclusivamente destinadas para fins de dissuasão (Ghoshal, 2016, p. 161). Este tipo de armas não tem uso racional por causa do seu poder destrutivo indiscriminável. Em teoria o uso das armas nucleares não seria possível, mas pode acontecer por *bluff*, dissuasão ou erro de cálculo.



isto é, as armas nucleares vieram contrabalançar a desproporcionalidade paquistanesa face à Índia, que detém uma maior capacidade militar. De acordo com o Relatório Landau (2002), baseado em entrevistas extensivas aos membros da elite militar do Paquistão, um ataque nuclear por parte de Islamabad pode ser esperado se as seguintes «linhas vermelhas» forem ultrapassadas: (a) perante um ataque da Índia no qual esta conquiste uma parte significativa do território do Paquistão; (b) se a Índia destruir grande parte do território/força aérea do Paquistão; (c) se a Índia proceder ao estrangulamento económico do Paquistão; e (d) perante a desestabilização política ou a criação de uma subversão em grande escala patrocinada pela Índia <sup>61</sup> (Cotta-Ramusino & Martellini, 2002 *Apud* Shankar & Paul, 2016, p.13). Os últimos dois pontos são especialmente problemáticos devido à sua ambiguidade e ao amplo leque de ações que pode ser enquadrado nestas características.

Ao examinar as ações que são consideradas pelo Paquistão como situações limites para o emprego de armas nucleares, percebemos que Islamabad recorre ao armamento nuclear para fazer face a um vasto leque de possíveis ameaças à segurança nacional, que podem emanar da Índia. Este facto contribui para uma agenda demasiado ambiciosa para as armas nucleares. Importa salientar que o Paquistão não explora a sua capacidade nuclear apenas para implementar uma estratégia defensiva, mas também como uma tática ofensiva, nomeadamente a política de revisão territorial, o caso de Caxemira (Shankar & Paul, 2016, p. 18). Simultaneamente à aquisição de armas nucleares por parte de ambos os Estados, ocorreu também uma mudança na balança de poder entre eles, nomeadamente através da diminuição da relevância da superioridade militar convencional da Índia em relação ao Paquistão <sup>62</sup>. Esta mudança aconteceu devido à natureza das armas nucleares, que T.V. Paul designou de «arma incontestável» por causa do seu poder destrutivo ímpar (Paul, 2009, p. 2). A possibilidade de um segundo ataque e a capacidade de infligir danos mútuos, criou o chamado «equilíbrio de terror», provocando o medo de aniquilação mútua.

---

<sup>61</sup> Tradução livre da autora do texto original: «a. India attacks Pakistan and conquers a large part of its territory...b. India destroys a large part of its land or air forces...c. India proceeds to the economic strangling of Pakistan...d. India pushes Pakistan into political destabilization or creates a large scale internal subversion in Pakistan» (Cotta-Ramusino & Martellini, 2002 *Apud* Shankar & Paul, 2016, p.13).

<sup>62</sup> Em meados dos anos 80 as capacidades militares da Índia eram muito superiores às capacidades do Paquistão. As despesas militares totais da Índia, em 1985, constituíam 8.921 milhões USD, contra os 2.957 milhões USD do Paquistão. Islamabad estava a fazer um esforço muito maior que Nova Deli em termos militares, uma vez que as despesas da Índia com a defesa constituíam 3% do seu Produto Interno Bruto (PIB) e no caso do Paquistão 6,9% (Basrur, 2010, p. 13). Deste modo, as armas nucleares contribuíram para a redução de assimetria de poder entre os dois Estados.

A introdução das armas nucleares teve efeitos importantes no conflito indo-paquistanês, provocando mudanças a nível estratégico e contribuindo para a inserção de novos elementos no quadro da disputa. Dinshaw Mistry aponta quatro aspetos da mudança: a postura mais agressiva do Paquistão; a passagem de uma estratégia de dissuasão para uma estratégia de *compellence* por parte da Índia; o prolongamento do conflito; e, por fim, a atração de atores externos na disputa (Mistry, 2009, pp. 183-184). O paradoxo «estabilidade-instabilidade» preveniu que os dois Estados se envolvessem numa guerra de grande escala, mas simultaneamente aumentou a probabilidade de ocorrência de conflitos menores. Mistry refere que a dissuasão nuclear combinada com o paradoxo «estabilidade-instabilidade» incentivou o Paquistão a prosseguir um conflito de baixa intensidade, nomeadamente através de operações militares limitadas e o apoio a grupos separatistas em território indiano, o que, por sua vez, provocou crises militares graves na região (*Ibidem*, p. 183). Podemos constatar que Islamabad teria mais cautela em desafiar a Índia se não estivesse protegido pelo «guarda-chuva nuclear». Os dois países chegaram perto de travar uma guerra em 2001-2002, após os ataques terroristas ao Parlamento indiano. O Governo indiano, e, em particular, as suas forças armadas, enfrentam o desafio de impedir o apoio do Paquistão a grupos terroristas instalados em território paquistanês, que levam a cabo ataques terroristas na Índia, sem provocar uma guerra nuclear.

O segundo aspecto é a passagem da Índia de uma estratégia de dissuasão para uma de *compellence*, que se deve à conjugação da sua superioridade militar com a capacidade nuclear. O exemplo desta mudança é a mobilização militar de 2001-2002, que foi um exercício de diplomacia coerciva e *compellence*, que consistiu na solicitação do fim do apoio a grupos terroristas<sup>63</sup> (*Ibidem*, pp. 189 -190). O terceiro efeito é o contributo das armas nucleares para a sustentação do conflito, nomeadamente através da capacidade de ambas as partes realizarem operações militares que consequentemente geraram crises. A dissuasão nuclear não falhou apenas em deter os desafios militares à manutenção do *status quo* na Ásia do Sul. Combinada com a disputa territorial, a assimetria de forças e o paradoxo «estabilidade-instabilidade», ajudou a que os mesmos se transformassem em crises militares e conflitos (*Ibidem*, p. 189). A posse de armas nucleares por parte do

---

<sup>63</sup>A crise militar de 2001-2002 surgiu após os ataques terroristas à Assembleia do Srinagar e ao Parlamento indiano, realizados em dezembro de 2001. A Índia mobilizou 600.000 soldados e poderia ter empreendido operações militares contra o Paquistão se a crise não tivesse sido aliviada (Mistry, 2009, p. 186).

Paquistão não permitiu à Índia empreender uma guerra de grande escala e pôr termo à disputa.

Por fim, Mistry afirma que as armas nucleares atraíram atores externos para as crises militares da Ásia do Sul. Com a aquisição de armas nucleares, a Índia e o Paquistão tornaram-se nos únicos países nucleares do mundo, que são vizinhos, e que possuem relações antagónicas, caracterizadas por crises militares frequentes (*Ibidem*). A disputa territorial acrescenta uma maior complexidade a esta relação. Os fatores enumerados tornam a Ásia do Sul uma das zonas mais instáveis do mundo e atraem a atenção da sociedade internacional. Se por um lado este facto é positivo, devido à mitigação das crises pelos atores externos, principalmente pelos EUA; por outro, existem efeitos negativos, nomeadamente o comportamento propositado da Índia e do Paquistão para atraírem atores externos nos seus conflitos (*Ibidem*, pp. 183-184). Por exemplo, a guerra de Kargil<sup>64</sup> tinha para o Paquistão o objetivo de atrair os EUA e outros atores internacionais para a disputa de Caxemira. Um outro exemplo é o episódio de 2001-2002, no qual a Índia resistiu a pôr fim à mobilização militar, uma vez que desta forma conseguia manter os EUA empenhados na crise, e, consequentemente, Washington continuaria a exercer pressão sobre o Paquistão (*Ibidem*).

Podemos constatar que entre o Paquistão e a Índia existe um equilíbrio a nível nuclear, baseado na capacidade de um segundo ataque, e um desequilíbrio no quadro das forças militares convencionais. A discrepância de capacidades militares convencionais tem aumentado, uma vez que a Índia procedeu a partir de 2002 a um importante programa de modernização da defesa, com o intuito de neutralizar as capacidades de ataque do Paquistão (Khan & Khan, 2016, p. 142). Nos cálculos de Islamabad, as armas nucleares e o sistema de entrega baseado nos mísseis de pequeno e médio alcance, tais como Ghauri, Hatf e Shaheen, e aeronaves (como F16), conferem-lhe a capacidade de deter uma grande

---

<sup>64</sup> A guerra de Kargil (1999) ocorreu após a Índia e o Paquistão terem oficializado o seu estatuto nuclear, tratando-se da primeira guerra limitada entre os dois Estados. A intrusão das tropas paquistanesas em Kargil foi o motivo que desencadeou o conflito. O objetivo do Paquistão consistiu em levar a Índia para a mesa de negociações para a discussão da questão de Caxemira, antes da retirada das forças paquistanesas, bem como atrair atores internacionais para estas negociações. A crise de Kargil acabou em julho de 1999. A Índia tinha conseguido naquele momento recuperar a maior parte do território ocupado pelas forças paquistanesas, mas sofreu muitas casualidades. É importante destacar o papel dos EUA na resolução desta crise. Após o encontro entre o Presidente norte-americano, Bill Clinton, e o Primeiro-Ministro paquistanês, Nawaz Sharif, o Paquistão concordou em retirar as tropas paquistanesas que ainda se encontravam em Kargil (*Ibidem*, p. 185).

ofensiva que poderá ser empreendida por Nova Deli em resposta às suas provocações (Paul, 2006, p. 618).

#### **4.Os novos desafios a nível de segurança**

O Paquistão criou um ambiente estratégico complexo para a Índia através da conjugação da estratégia de dissuasão e dos meios assimétricos, nomeadamente o apoio aos movimentos de insurgência em Caxemira, o recurso a ofensivas militares limitadas (como a guerra de Kargil) e a promoção do terrorismo como parte da estratégia de «sangramento da Índia por mil cortes» (Ganguly, 2010 *Apud* Shankar & Paul, 2016, p.7). Foram precisamente as mudanças a nível de ambiente estratégico – a emergência de um movimento de insurgência contra o Governo indiano em Caxemira e a aquisição por parte do Paquistão de armas nucleares –, que permitiram ao país desafiar novamente Nova Deli em Caxemira (Kapur, 2011, p. 73). O arsenal nuclear indiano falhou em deter os ataques terroristas de 13 dezembro de 2001, ao Parlamento indiano, e de 28 de novembro de 2008, a Mumbai – o centro financeiro do país –, que foram levados a cabo por grupos terroristas apoiados pelo Paquistão (Narang, 2009/10, p. 38). Através dos exemplos acima mencionados, torna-se evidente que o Paquistão obteve maiores ganhos estratégicos com a aquisição de armas nucleares que a Índia.

No quadro deste ambiente estratégico, o principal desafio de segurança colocado à Índia continua a ser o combate à insurgência e ao terrorismo (Dasgupta & Stephen, 2011, p. 170). Para ser capaz de responder às provocações do Paquistão, a Índia teve de efetuar mudanças na sua estratégia militar<sup>65</sup>. Em abril de 2004 foi anunciada por Nova Deli uma nova doutrina de guerra limitada – *Cold Start* – que iria permitir a mobilização rápida do exército, bem como levar a cabo ataques de retaliação em resposta aos desafios colocados por Islamabad. Ladwing considera que a *Cold Start* representa uma ruptura com a orientação fundamentalmente defensiva, utilizada pelo exército indiano desde a sua independência (Ladwing III, 2007/8, p. 158).

---

<sup>65</sup> Após os ataques terroristas de 2001, a Índia tentou organizar uma represália contra o Paquistão, lançando a operação *Parakram* – a maior mobilização das forças indianas desde 1971. A doutrina *Sundarji*, estabelecida em meados dos anos 80, tornou a mobilização das forças armadas e o seu destacamento junto à fronteira com o Paquistão demasiado lenta e sem poder ofensivo suficiente, tendo permitindo ao Paquistão mobilizar as suas forças armadas, oferecendo também tempo suficiente para a intervenção da sociedade internacional. Este fracasso levou os decisores políticos indianos a reverem a estratégia militar e nuclear (Khan & Khan, 2016).

A estratégia *Cold Start* tem como objetivo a rápida mobilização e o destacamento<sup>66</sup> de oito divisões – *Integrated Battle Groups* (IBGs) – contra o Paquistão (Khan & Khan, 2016, p. 142). O objetivo desta doutrina de guerra limitada consiste em estabelecer a capacidade de lançar um ataque convencional de retaliação contra o Paquistão, capaz de infligir danos significativos ao seu exército, antes que a sociedade internacional possa interferir, e, ao mesmo tempo, prosseguir objetivos limitados para impedir que o Paquistão tenha uma justificação para escalar o confronto militar para um nível nuclear (Ladwing III, 2007/8, p. 164). A estratégia prevê fazer ganhos territoriais de 50-80 quilómetros de profundidade, que poderiam ser usados em negociações pós-conflito para extrair concessões de Islamabad<sup>67</sup>. Uma outra característica da estratégia é a sua rapidez de destacamento das forças armadas e das operações, que irá tornar as decisões mais rápidas do que as do adversário (*Ibidem*, p.165-166).

Importa referir que a estratégia *Cold Start* tem falhas que se prendem com a falta «[...] de logística, material e estrutura de comando e controle, necessários para implementar [...]» a estratégia<sup>68</sup> (Narang, 2009/10, p. 74). Outros aspetos problemáticos prendem-se com o tamanho do Paquistão e, consequentemente, com a falta de profundidade estratégica, isto é, um ataque, mesmo que limitado, pode ser percepcionado por parte das forças armadas paquistanesas como uma ameaça existencial (*Ibidem*, p.75). Por outro lado, não existem garantias de que uma guerra limitada não irá escalar para uma guerra nuclear. Tal como apontado por Ladwing, uma doutrina *Cold Start* operacional poderá causar uma descida das «linhas vermelhas» e, consequentemente, colocar as armas nucleares do Paquistão num estado de prontidão mais elevado, bem como poderá levar o país a desenvolver armas nucleares táticas, ou empreender uma ação igualmente desestabilizadora (Ladwing III, 2007/8, p. 169). Assim, é essencial ter em conta que esta estratégia tem igualmente impactos na perceção de segurança do Paquistão, aumentando a sua insegurança através da «erosão» da sua doutrina de *first use* de armas nucleares, e, consequentemente, o seu poder de dissuasão, que, por seu turno, faz com que o país aposte numa maior quantidade e melhor qualidade de armamento, o que cria uma espiral armamentista e contribui para a desestabilização da sub-região.

---

<sup>66</sup> Estima-se que a mobilização e o destacamento dos batalhões ocorram entre 72 e 96 horas após o pedido (Khan & Khan, 2016, p. 142).

<sup>67</sup> Salienta-se que os detalhes operacionais da estratégia *Cold Start* permanecem classificados.

<sup>68</sup> Tradução livre da autora do texto original: «[...] necessary logistics, material, and command and control architecture to implement [...]» (Narang, 2009/10, p. 74).

## 5.O sistema bipolar no período da Guerra Fria: oportunidades e constrangimentos

A explicação das relações entre a Índia e o Paquistão estaria incompleta sem a inclusão, à luz da teoria neo-realista, dos fatores sistémicos, nomeadamente o sistema bipolar, que já vigorava aquando da independência dos dois Estados, e as rivalidades entre as duas grandes potências - a URSS e os EUA - no contexto da Guerra Fria. A Índia sempre se percepcionou como uma potência regional que não necessitava do Paquistão, e herdeira de um legado de dominação do subcontinente pelo *Raj* britânico (Cohen, 2013, p. 5). Por seu lado, o Paquistão, muito mais reduzido em termos territoriais e com menores capacidades a nível militar e económico, tentou compensar esta dimensão através da busca de fontes externas de poder, procurando assistência e apoio de Estados com a China, os EUA, a França, e alguns Estados árabes do Médio Oriente (Thomas, 2004, p. 311). O apoio de outros países permitiu ao Paquistão obter paridade estratégica através da hábil exploração da sua posição geoestratégica, nomeadamente nas relações com os EUA e a China.

O Paquistão aderiu à SEATO e à CENTO<sup>69</sup>, alianças patrocinadas pelos EUA, e que lhe permitiram obter armamento militar. A Índia, inicialmente, procurou autonomia política, ou seja, escapar aos alinhamentos da Guerra Fria, através do Movimento dos Não-Alinhados. Apesar disso, a sua política externa foi penetrada pelas dinâmicas da Guerra Fria. Em 1971 a Índia acabou por estabelecer uma quase aliança com a URSS através do tratado indo-soviético. Esta decisão representou uma resposta ao apoio dado ao Paquistão e à China por parte dos EUA<sup>70</sup>, bem como serviu para garantir a não intervenção de Pequim e Washington na guerra de 1971<sup>71</sup> (*Ibidem*, p. 313). A União Soviética representava para a Índia o seu maior aliado, que fornecia ao país apoio diplomático – através da salvaguardava dos interesses de Nova Deli no Conselho de Segurança – e militar – era o seu principal fornecedor de armamento. Apesar deste facto, é importante referir que o apoio da URSS não era dirigido tanto contra o Paquistão como

---

<sup>69</sup> Estas alianças não ofereceram as garantias de segurança ao Paquistão em relação à Índia, nomeadamente durante a guerra de 1971.

<sup>70</sup> Em julho de 1971 houve uma visita secreta do Secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger, a Pequim, acontecimento que marcou uma aproximação entre os EUA e a China. O Paquistão teve um papel importante na aproximação entre Washington e Pequim, tendo servido como interlocutor neste processo.

<sup>71</sup> Outros exemplos que ilustram o afastamento da política de não-alinhamento por parte da Índia são a ausência de críticas no episódio da invasão de Budapeste pelas tropas soviéticas em 1956 e a entrada de Cuba no Movimento dos Não-Alinhados.

contra a China. Quando o Governo de Gorbachev começou a normalizar as relações com Pequim, o apoio dado à Índia foi diminuindo gradualmente (Cohen, 2013, p. 128).

A cooperação entre a China e o Paquistão foi estabelecida após a guerra sino-hindu (1962) e indo-paquistanesa (1965). Houve uma convergência de interesses dos dois Estados em torno de um inimigo comum, com o qual ambos os países faziam fronteira. À luz do enunciado neo-realista e da lógica de balança de poder, nos cálculos da China um Paquistão mais forte podia desempenhar um duplo papel – conter a URSS e resistir à pressão da Índia<sup>72</sup> (*Ibidem*). Na ótica do Paquistão, a China representava um aliado com o qual tinha um inimigo em comum. Apesar de não haver conhecimento acerca da existência de um tratado entre Islamabad e Pequim, o Paquistão recebeu assistência militar e apoio diplomático por parte da China. A Índia viu uma oportunidade em 1988<sup>73</sup> para se aproximar da China, enfraquecendo, deste modo, a ligação Islamabad-Pequim (*Ibidem*). Tal facto levou a China a moderar o seu apoio às reivindicações do Paquistão em relação a Caxemira, mas Pequim continuou a manter uma relação de forte cooperação com o Paquistão.

A colaboração entre os EUA e o Paquistão começou nos anos 50, num momento em que a Índia enveredou por uma política de não-alinhamento e Islamabad tornou-se um Estado essencial para conter a expansão do comunismo. No entanto, a relação de Islamabad-Washington é caracterizada por variações entre períodos de grande cooperação e períodos de afastamento. Em 1971 os EUA não deram apoio direto ao Paquistão no conflito com a Índia, que levou à divisão do país, facto que contribuiu para uma deterioração das relações entre Washington e Islamabad<sup>74</sup>. O Paquistão voltou a assumir um papel de destaque na política externa dos EUA após a invasão do Afeganistão pela URSS, em 1979, mas perdeu importância com a saída das tropas soviéticas em 1989.

---

<sup>72</sup> A Índia e a China, para além de terem travado uma guerra breve em 1962, que resultou na derrota de Nova Deli, possuem fronteiras não demarcadas.

<sup>73</sup> Li Li afirma que está a ter lugar desde 1988 um «processo gradual de amadurecimento» das relações sino-indianas, a maior evidência deste facto é a ausência de conflitos militares entre os dois Estados desde a guerra de 1962. O autor identifica três fases nas relações sino-indianas: o período de amizade até 1962; o período de distanciamento, entre 1962-1988; e a melhoria das relações desde a visita do Primeiro-Ministro indiano, Rajiv Gandhi, à China, em 1988 (Li Li, *Apud* Bassan, 2014, p. 5).

<sup>74</sup> Com a perda do território leste e posterior desenvolvimento de um programa nuclear por parte do Governo do Paquistão, a administração Carter introduziu sanções. Dois anos após o golpe de 1977 do General Zia-ul-Haq, as relações atingiram o seu ponto mais baixo quando uma multidão queimou a Embaixada dos EUA e vários centros de informação deste país (Cohen, 2004, p. 302).

O país viria a ganhar novamente relevância apenas em 2001, após os atentados terroristas do 11 de setembro.

Segundo Raju Thomas, durante o sistema bipolar a balança militar entre a Índia e o Paquistão foi mantida pelas duas superpotências através do *hard* e *soft balancing*<sup>75</sup> (Thomas, 2004, p. 305). A URSS e os EUA estenderam a sua disputa ao continente asiático, inclusivamente à Ásia do Sul. O maior beneficiário das dinâmicas da Guerra Fria foi o Paquistão, uma vez que recebeu apoio por parte dos EUA e da China. Este facto permitiu-lhe manter a disputa com um rival muito maior em termos territoriais e, consequentemente, com maiores capacidades. Deste modo, as dinâmicas da Guerra Fria constituíram um entrave à resolução do conflito indo-paquistanês, alimentando a sua continuação.

## **6.A redefinição da política externa no sistema unipolar**

A Índia, logo após a sua independência, começou a exercer um papel relevante na arena internacional, e até desproporcional, tendo em conta o seu peso económico e os problemas sociais. Esta importância foi propiciada pela liderança do Movimento dos Não-Alinhados, em que Nova Deli era o representante/porta-voz do terceiro mundo. Contudo, o seu destaque na cena internacional foi-se desvanecendo com o avanço da Guerra Fria, em que o país acabou por se «alinhar» com a URSS. Neste contexto, é possível concluir que a Índia, apesar do enorme potencial, propiciado pela dimensão do seu mercado interno, tamanho territorial e populacional, não o conseguiu desenvolver plenamente até aos anos 90. O autor Raja Mohan aponta três principais fatores que estiveram na base deste impedimento, nomeadamente: a divisão sub-regional, o sistema socialista indiano e a Guerra Fria (Mohan, 2006). A partição da Ásia do Sul de acordo com as linhas religiosas (a primeira partição em 1947 e a segunda em 1971) deixou a Índia numa situação de conflitualidade com o seu vizinho - o Paquistão - e criou disputas internas entre os hindus e os muçulmanos. As duas separações dividiram também fisicamente a Índia dos Estados com os quais tinha ligações históricas, tais como o Afeganistão, o Irão, e as nações do sudoeste asiático (*Ibidem*). Este fator deixou Nova Deli desconectada dos seus mercados naturais e das áreas culturalmente semelhantes da sua vizinhança estendida. Por seu lado, o conflito com o Paquistão dificultou a

---

<sup>75</sup> O *hard balancing* refere-se às alianças militares e o *soft balancing* ao apoio económico e diplomático conferido pelas grandes potências (Thomas, 2004, p. 305).



cooperação com os países do Médio Oriente (*Ibidem*). O segundo obstáculo apontado por Mohan é o sistema socialista indiano, que provocou um relativo declínio económico do país e uma consequente perda de influência nos anos que se seguiram à independência. E, por fim, o último fator é a Guerra Fria, que colocou o país do lado perdedor da grande disputa do século XX. Apesar de a Índia ser a «maior democracia» do mundo, acabou por se alinhar ao lado oposto na maior parte das questões globais (*Ibidem*).

Em 1991, Nova Deli confrontava-se a nível interno com o problema de lidar com o colapso económico, e a nível externo com o desaparecimento do seu principal aliado – a URSS –, o que criou a necessidade de se adaptar à nova estrutura do sistema internacional. Apesar dos efeitos negativos a curto prazo do fim da parceria indo-soviética, a longo prazo este «choque» abriu uma série de oportunidades para Nova Deli, entre as quais a criação de parcerias e a cooperação com os EUA, a China, o Japão e a União Europeia (UE). Para além disso, também permitiu ao país voltar a sua atenção para uma área mais alargada da sua vizinhança, que foi negligenciada durante o período da Guerra Fria, nomeadamente através da política *Look East*<sup>76</sup>. A dimensão e o peso que estas mudanças tiveram tanto na política interna como na política externa da Índia foram de tal modo significativas que marcaram uma rutura com o período anterior. Este facto levou Raja Mohan a designar o período compreendido entre 1947 e 1989 de Primeira República e o período que se seguiu a 1989 de Segunda República (Mohan, 2015a, pp. 2-12).

Apesar de o Paquistão ter beneficiado das dinâmicas do sistema bipolar e se ter juntado ao grupo vencedor da Guerra Fria, não podemos afirmar que o país tenha sabido aproveitar estes fatores. Para além dos sucessivos golpes militares de que Islamabad foi alvo, os diversos governos falharam em implementar reformas económicas e desenvolver a economia do país. O governo civil no Paquistão foi restaurado apenas com as eleições parlamentares de 2008, nas quais Yousuf Raza Gilani tornou-se Primeiro-Ministro. Para explicar o insucesso económico do Paquistão, T. V. Paul usa o conceito de «maldição

---

<sup>76</sup>A política *Look East* foi iniciada em 1991 pelo governo do Primeiro-Ministro Narasimha Rao. O seu objetivo consistia em melhorar substancialmente os laços económicos, estratégicos e culturais da Índia com os países do Sudeste Asiático, Estados que o país negligenciou durante o período da Guerra Fria (Paul, 2014, p. 181). O governo de Narendra Modi alterou a designação desta política, que passou de *Look East* para *Act East*, sugerindo deste modo uma abordagem mais ativa em relação à região, fazendo um contraste com o trabalho dos seus predecessores. Para mais informações acerca da política *Act East* ver o artigo de Raja Mohan «Not so easy to Act East» (Mohan, 2014b).

geoestratégica»<sup>77</sup>, ou seja, o país no quadro da partição do subcontinente obteve uma localização geoestratégica privilegiada, que foi cedida pelo Paquistão como moeda de troca para apoio militar e financeiro por parte de grandes potências, e não foi usado para o desenvolvimento do próprio Estado (Paul, 2014 *Apud* Mohan, 2015a, p. 72). A economia do país foi ainda afetada pelas sanções impostas pelos EUA após os testes nucleares de 1998, bem como pelos desastres naturais, nomeadamente os terremotos de 2005 e as cheias de 2011.

Após os testes nucleares, ao contrário do que se esperava, houve uma reaproximação gradual entre a Índia e os EUA, o que se deve à mudança na distribuição do poder no palco internacional com a ascensão da China (Paul, 2014, p. 191). Ocorreu um gradual alinhamento de interesses entre as duas democracias, que se demonstrou primeiramente com a visita de Bill Clinton à Índia em 2000 e, posteriormente, no quadro da administração de George W. Bush. Em 2005, o Presidente George W. Bush e o Primeiro-Ministro indiano, Manmohan Singh, anunciaram o lançamento da Iniciativa de Cooperação Nuclear Civil. Em 2008 o acordo foi ratificado pelo Congresso norte-americano, sendo também aprovado pelo Governo indiano, pelo Grupo de Fornecedores Nucleares e pela Agência Internacional de Energia Atômica (Kapur, 2010, p. 264). O Acordo de Energia Nuclear elevou o estatuto da Índia a um Estado nuclear *de facto*, permitindo-lhe envolver-se no comércio nuclear internacional. Ocorreu deste modo, no quadro do sistema unipolar, um realinhamento das «alianças». Os EUA, que historicamente apoiaram o Paquistão, estão neste momento a cooperar com a Índia, enquanto que a China se mantém como o principal aliado do Paquistão.

Os ataques terroristas do 11 de setembro de 2001 contribuíram para uma mudança no ambiente estratégico, levando os EUA e os restantes países a reunirem-se em torno de uma causa comum, a luta contra o terrorismo. A Índia – também vítima de ataques terroristas por parte de al-Qaeda em Caxemira – foi um dos primeiros Estados a oferecer bases militares e apoio logístico para combater grupos terroristas no Afeganistão. Não obstante, devido à melhor localização geoestratégica do Paquistão, Washington escolheu estabelecer as suas bases militares nesse território. Assim, Islamabad voltou a ganhar importância para os EUA devido à sua localização, tornando-se novamente um aliado importante, desta vez no combate ao terrorismo. Importa referir que o Paquistão está

---

<sup>77</sup> Tradução livre da autora da expressão original: «geostrategic curse» (Paul, 2014 *Apud* Mohan, 2015, p. 72).

situado numa encruzilhada de muitas preocupações americanas, nomeadamente: terrorismo, proliferação nuclear, democratização e relações com o mundo islâmico e outros Estados asiáticos importantes (Cohen, 2004, p. 301).

## **7.Considerações finais**

As relações entre a Índia e o Paquistão desde o período de independência são pautadas por conflitos e disputas em vários domínios: territorial, gestão dos recursos hídricos partilhados, o estatuto sub-regional, entre outros. O prolongamento do conflito entre os dois Estados deve-se nomeadamente ao passado recente, ou seja, à partição sangrenta do antigo *Raj* britânico, bem como às quatro guerras que foram travadas entre os dois países (1947-1948, 1965, 1971 e 1999). O conflito que teve maior impacto nas relações bilaterais foi o de 1971, que começou como uma guerra civil e que evoluiu para um conflito internacional com a ingerência da Índia na crise do Paquistão Oriental. O segundo fator que alimentou a disputa entre os dois Estados foi as dinâmicas do sistema bipolar, em que as duas superpotências conferiram apoio direto a uma das partes, por um lado o alinhamento entre EUA-Paquistão, China-Paquistão e por outro lado URSS-Índia. O apoio externo dado ao Paquistão foi fundamental para este país poder desafiar a Índia em termos militares. É importante referir que as quatro guerras foram iniciadas pelo Estado mais «fraco» em termos relativos – o Paquistão.

O ano de 1991 marcou um momento de rutura no quadro do sistema internacional com o colapso da URSS, que teve repercussões diretas na política externa de ambos os Estados, sobretudo para a Índia. O país teve a necessidade de reorientar a sua política externa e, a nível interno, teve de empreender importantes reformas económicas. Nova Deli, apesar de ter ficado sem o seu principal «aliado» (URSS), beneficiou muito mais da nova ordem internacional. O país alargou o espetro da sua política externa, principalmente no que respeita à cooperação com Estados em relação aos quais, durante a Guerra Fria, manteve um posicionamento distante.

O Paquistão, por seu lado, falhou em implementar reformas económicas e sociais. Com os testes nucleares de 1998, Islamabad obteve um «equalizador» para as diferenças de capacidades militares que se verificam entre ambos os Estados (Paul, 2006, p. 621, Shankar & Paul, 2016, p. 12). Não obstante, as discrepâncias em termos económicos e a nível de armamento convencional entre a Índia e o Paquistão continuam a aumentar.

Islamabad, protegido pelo «guarda-chuva nuclear», tem optado por uma guerra não-convencional, apoiando os grupos terroristas e os movimentos separatistas que operam em solo indiano, para prosseguir o objetivo de revisionismo territorial em Caxemira. Se antigamente os conflitos entre os dois Estados eram de grande escala, passaram a ser de baixa intensidade e assimétricos, tendo ocorrido deste modo uma mudança na natureza do próprio conflito.



### III. AS RELAÇÕES BILATERAIS NO PERÍODO PÓS-GUERRA FRIA

Neste estudo, a análise das capacidades dos Estados é essencial, uma vez que delas depende a forma como os respetivos países se posicionam e interagem na arena internacional. Ao contrário do que acontecia no período da Guerra Fria, em que a Índia era caracterizada como um gigante territorial, mas com uma economia pouco desenvolvida, atualmente o país é considerado uma das economias emergentes no palco internacional. A mudança de perfil do país é traduzida pela sua participação no G20, nos BRICS<sup>78</sup> (formado pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), no IBSA (composto pela Índia, Brasil e África do Sul), bem como pela sua pretensão à cadeira de membro permanente no Conselho de Segurança da ONU. O Paquistão, por sua vez, falhou em implementar as reformas económicas necessárias para impulsionar o desenvolvimento do país e se tornar num ator de peso a nível sub-regional.

No período pós-Guerra Fria, a Índia apostou numa política com vista a melhorar as relações com o seu vizinho mais problemático – o Paquistão –, apesar do mesmo se manter relutante em normalizar as relações com Nova Deli. Este capítulo terá como enfoque a cooperação em matéria económica e política entre estes dois Estados, nomeadamente, os avanços e recuos nas suas relações. O papel dos Primeiros-Ministros – Narendra Modi (Índia) e Nawaz Sharif (Paquistão) – irá constituir um ponto de análise relevante para a matéria, uma vez que são os líderes políticos que estabelecem as linhas diretoras da política externa. Será estudado o papel de Narendra Modi e de Nawaz Sharif no que diz respeito à continuidade das políticas anteriores e as mudanças que foram introduzidas nas relações bilaterais. Também será abordada, no quadro das relações bilaterais, a mudança da relação de poder entre a Índia e Paquistão, e o seu impacto na política externa de ambos os Estados.

---

<sup>78</sup> O acrónimo «BRICS» foi cunhado em 2001, pelo economista Jim O'Neill, num estudo sobre o crescimento das economias do Brasil, da China, da Índia e da Rússia – por representarem, no seu conjunto, uma parte significativa do PIB e da população mundial (Itamaraty, 2016).

## 1.O perfil da Índia e do Paquistão na atualidade

Figura 1. Índia e Paquistão: principais indicadores de natureza económica, militar, social e geográfica

Indicadores	Área	População (2016 est.)	Despesas militares (2015)	Despesas militares (2015)	Forças armadas (ativas)	PIB (2015)
<b>Índia</b>	3,287 km <sup>2</sup>	1,267 mil milhões	47,956 milhões USD	2.20 % do PIB	1,346,000	2,095 triliões USD
<b>Paquistão</b>	796 km <sup>2</sup>	202 milhões	7,456 milhões USD	2.75 % do PIB	634,800	271 mil milhões USD

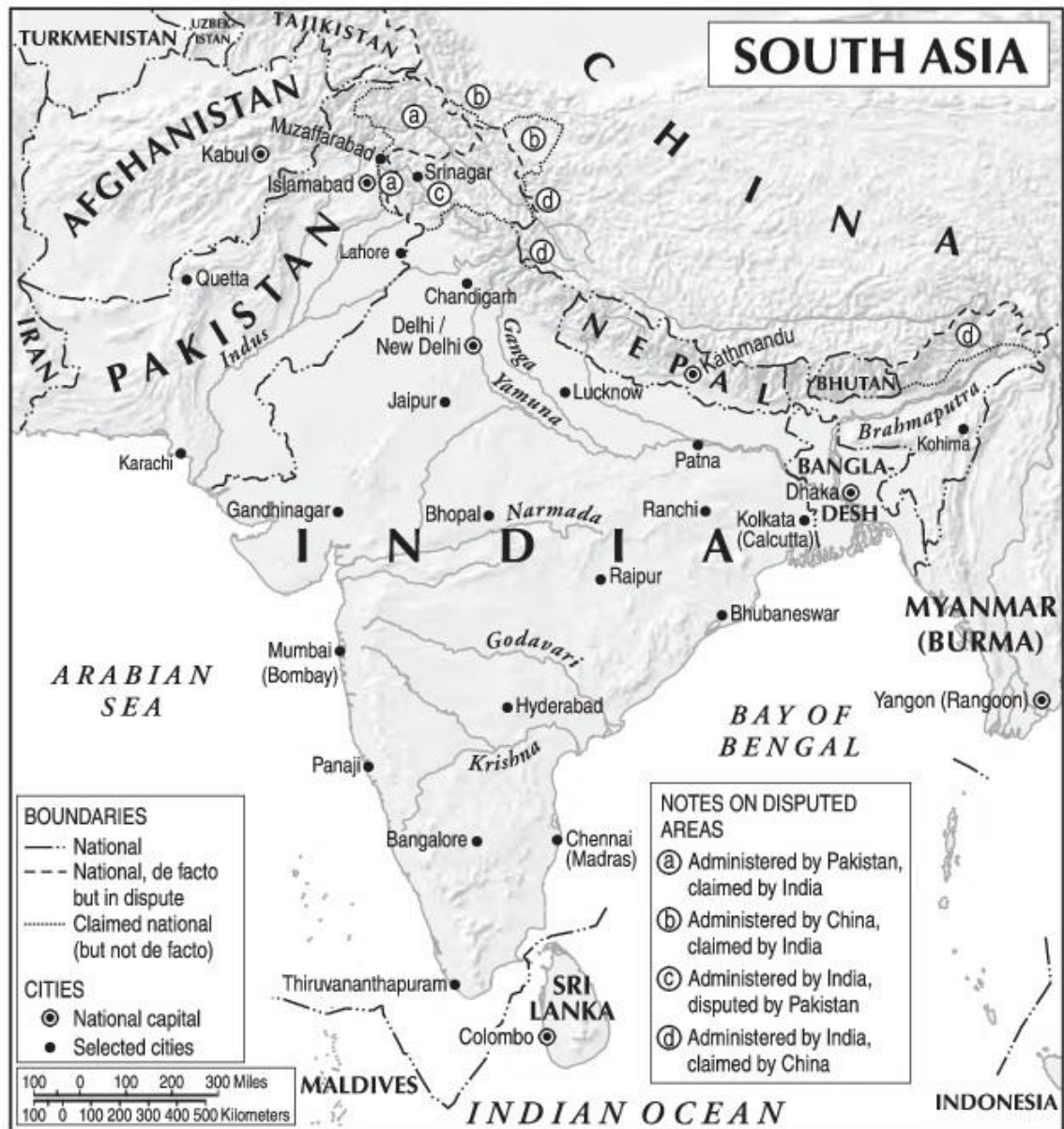
Indicadores	Taxa de Crescimen to do PIB (2015)	Taxa de inflação (2015)	Taxa de desemprego (2014)	Transparên cia (2016)	Competitiva de (GCI 2016-2017)	Ambiente de Negócios (2016)
<b>Índia</b>	7,6%	5.9%	4,9	79	39	130
<b>Paquistão</b>	4,7%	2,5%	4,1	116	122	144

Fontes: Banco Mundial, 2017a; Banco Mundial, 2017b; Banco Mundial, 2017c; Central Intelligence Agency, 2016; IISS, 2016; Organização Internacional do Trabalho, 2016; Transparency International, 2016; Schwab, 2016.

A análise destes indicadores é importante para a caracterização dos países alvo de estudo. Estes dados permitem constatar que a Índia e o Paquistão são atores desiguais, e esta diferenciação é evidenciada pelos recursos que estão à disposição de cada Estado. Para medir esta diferença irei analisar, conforme especificado no capítulo teórico, os

elementos propostos por Michael Handel: os recursos geográficos, as capacidades materiais, os recursos humanos e a capacidade de organização (Handel, 1990, p. 68).

Figura 2. Mapa da Ásia do Sul



Fonte: Cohen, 2013, p. 34

A primeira grande discrepância entre os dois atores consiste na realidade geográfica de cada país. Conforme pode ser observado na Figura 2, a Índia detém uma área territorial quatro vezes superior à do Paquistão. Em relação aos países com os quais fazem fronteira, tanto a Índia como o Paquistão possuem vizinhos problemáticos. A Índia para além do Paquistão, com o qual mantém um conflito latente, tem uma relação complexa com o seu maior vizinho – a China –, com o qual teve de travar uma guerra em



1962<sup>79</sup> e ainda hoje possui fronteiras não delimitadas. A oeste, o Estado indiano faz fronteira com o Bangladesh, país com o qual tem um relacionamento caracterizado por uma grande volatilidade, devido à alternância de períodos de cooperação com momentos de maior tensão. A sul, a Índia é separada do seu vizinho – o Sri Lanka – pelo estreito de Palk, sendo a sua interação igualmente difícil por causa do conflito entre a minoria étnica – os tâmile – e a maioria étnica – os cingaleses –, que existe neste país. Apesar de ser um conflito interno, o mesmo tem repercussões diretas nas relações bilaterais entre Nova Deli e Colombo, devido à relação próxima entre a minoria tâmil do Sri Lanka e população do estado indiano de Tâmil Nadu<sup>80</sup>. A intervenção militar da Índia no Sri Lanka, no final da década de 80, resultou numa derrota militar com elevados custos humanos, numa retirada precipitada e no assassinato de Rajiv Gandhi durante a campanha eleitoral de reeleição para o cargo de Primeiro-Ministro (Xavier, 2011, p. 232).

O Paquistão, por seu lado, para além da relação de hostilidade com a Índia e da disputa territorial de Caxemira com este Estado, faz fronteira com o Afeganistão, um país problemático. A relação complexa que existe entre Islamabad e Cabul tem as suas raízes nos anos 70, em que os *mujahideen* afegãos foram treinados em território paquistanês pelos norte-americanos, com o apoio financeiro da Arábia Saudita, para combaterem a invasão soviética do Afeganistão. O uso do território afegão pelos grupos terroristas para o planeamento de ataques em outros Estados, como o caso dos atentados de 11 de setembro de 2001, levados a cabo em solo americano, tornou o país extremamente instável, e, por sua vez, afetou a estabilidade do próprio Paquistão<sup>81</sup>. Uma outra variável que contribui para a complexidade do relacionamento entre Islamabad e Cabul é o grupo étnico – os *pashtuns* –, que está separado pela fronteira internacional entre ambos os

---

<sup>79</sup> A derrota esmagadora da Índia na guerra de 1962 com a China foi resultado do parco investimento no ramo militar por parte do Governo indiano. O desfecho do conflito teve enormes repercussões na sua política externa e de segurança. Nova Deli ficou ciente de que não é possível aspirar a um papel importante no quadro do sistema internacional sem o apoio do *hard power*. Este episódio também colocou em causa a eficácia da política de não-alinhamento, diminuiu a posição/estatuto da Índia no quadro internacional, bem como levou ao aumento dos seus gastos militares (Ogden, 2011, p. 6).

<sup>80</sup> O conflito étnico no Sri Lanka entre a maioria cingalesa e a minoria tâmil levou à ingerência da Índia nos assuntos internos deste país nos anos 80, bem como contribuiu para a participação de Nova Deli num dos conflitos mais prolongados. As forças indianas de Manutenção da Paz lutaram contra os Tigres Tâmil (*Liberation Tigers of Tamil Ealem* (LTTE)), que combatiam para a criação de um Estado tâmil independente. O facto de a população do estado indiano de Tâmil Nadu ser de etnia tâmil contribui para um sentimento de solidariedade com a população tâmil do Sri Lanka, constituindo um fator importante nas relações bilaterais entre Nova Deli e Colombo. Segundo Neil Devota, o Sri Lanka ainda hoje influencia os assuntos políticos no estado de Tâmil Nadu, chegando às vezes até mesmo a desestabilizar governos de coligação em Nova Deli (DeVotta, 2010, p. 32).

<sup>81</sup> Osama bin Laden, o antigo líder do grupo terrorista *al-Qaeda*, responsável pelos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 nos EUA, foi capturado em 2011 no Paquistão, território que usava como refúgio.

Estados. Islamabad possui também uma relação complexa com Daca, que se deve a fatores históricos, nomeadamente à guerra civil de 1971, que levou à criação do Bangladesh.

Em relação à posição geoestratégica, tanto a Índia como o Paquistão estão bem localizados. Contudo, é importante realçar que o Paquistão detém uma localização privilegiada, estando situado no cruzamento com a Ásia do Sul, a Ásia Central, a Ásia Oriental (China) e o Médio Oriente. O seu posicionamento geográfico potencia, em grande medida, a capacidade comercial do país, estando este na interseção de importantes mercados regionais (Banco Mundial, 2017c), contudo este potencial é desaproveitado. Conforme foi referido no capítulo anterior, Islamabad não faz pleno uso desta localização para o desenvolvimento do país; em vez disso, utiliza-a para a extração de benefícios através da concessão do uso de bases militares, como é o caso das forças armadas dos EUA, que operavam no Afeganistão após os ataques terroristas de 11 de setembro (Cohen, 2004, p. 91).

As discrepâncias entre ambos os Estados são evidenciadas igualmente pelas suas capacidades materiais. Em termos de matérias-primas, o Paquistão detém: reservas extensivas de gás natural, jazidas limitadas de petróleo, carvão de baixa qualidade, minério de ferro e cobre, sal e calcário (Central Intelligence Agency, 2016). Pelo contrário, a Índia é um país muito mais rico em recursos naturais e dispõe de uma grande variedade de matérias-primas: carvão (detém a quarta maior reserva do mundo), minério de ferro, magnésio, bauxite, minério de titânio, petróleo, diamantes, entre outros (*Ibidem*).

As diferenças persistem também no plano económico. Após a liberalização da economia, através de importantes reformas estruturais, levadas a cabo em 1991, a Índia deu passos largos na integração na economia global, o que lhe permitiu ultrapassar a taxa de crescimento de apenas 3%, que vigorou durante a Guerra Fria, também conhecida como a «taxa de crescimento hindu»<sup>82</sup> (Ganguly, 2003/04, p. 42).

O PIB indiano representa aproximadamente oito vezes o PIB paquistanês, e o seu crescimento em 2015 foi cerca de 3% maior que o PIB do Paquistão. Neste momento a Índia possui a quarta maior economia a nível mundial, com um PIB de 2,095 triliões USD, tendo registado, em 2015, o maior crescimento do PIB a nível internacional (7,6%),

---

<sup>82</sup> Tradução livre da autora da expressão original: «hindu rate of growth», da autoria do economista indiano Raj Krishna, utilizada para descrever o crescimento anémico da economia indiana durante o período da Guerra Fria (Ganguly, 2003/04, p. 42).

ultrapassando, em termos de crescimento, a segunda maior economia mundial – a China –, que apresentou no mesmo ano um crescimento de 6,9% do PIB (Banco Mundial, 2017b).

A Índia melhorou, também, o seu desempenho em outras áreas, tal como no indicador de competitividade. Segundo o relatório «The Global Competitiveness Report 2016-2017», o país subiu, em relação ao ano passado, 16 posições no *ranking*, ocupando atualmente a 39ª posição de um total de 138. Este facto foi possível devido à melhoria da atuação do país em vários setores, particularmente na eficiência do mercado de bens, na sofisticação empresarial e inovação (Schwab, 2016, p. 202). Devido ao progresso no âmbito das políticas monetárias e fiscais, bem como em razão do baixo preço do petróleo, a economia indiana teve o maior crescimento no quadro dos países do G20.

Apesar do bom desempenho do país na área económica, que é traduzido através dos indicadores acima referidos, a Índia ocupa atualmente a 130ª posição no ambiente de negócios, o que demonstra a necessidade de implementar reformas estruturais para melhorar este índice (Banco Mundial, 2017a, p. 7)

Por seu lado, o Paquistão representa a segunda maior economia da sub-região, a seguir à Índia. O país possui um PIB de 271 mil milhões USD, tendo registado, em 2015, um crescimento de 4,7% – o maior aumento nos últimos oito anos –, que constitui uma melhora significativa face aos 4% obtidos nos anos anteriores (Banco Mundial, 2016a). Não obstante, o país teve um crescimento menor que a média sub-regional (6,8%) no segundo trimestre de 2016. É importante referir que o crescimento económico do país foi alimentado pelo consumo interno, e beneficiou também, à semelhança da Índia, dos preços baixos do petróleo (*Ibidem*).

No que respeita às exportações, estas registaram um declínio. A baixa procura mundial agravou os efeitos da diminuição da competitividade do país, que se foi registando ao longo dos anos (*Ibidem*). O aumento do investimento estrangeiro chinês, devido à construção do Corredor Económico sino-paquistanês<sup>83</sup>, contribuiu, igualmente, para o crescimento do PIB do país. No *ranking* do Índice de Competitividade 2016-2017,

---

<sup>83</sup> O Corredor Económico China-Paquistão é um projeto que prevê a conexão do Porto de Gwadar, situado no sudoeste do Paquistão, à região autónoma de Xinjiang Uygur, localizada no noroeste da China, através de uma rede de rodovias, ferrovias e oleodutos, para transportar petróleo e gás. O corredor económico de 3000 km é considerado central para as relações sino-paquistanesas. Este projeto faz parte da *Belt and Road Initiative*, que visa contribuir para a integração económica regional (Nazki, 2017). A Índia se opõe a este projeto uma vez que está interessada no porto de Chabahar, no Irão.

o Paquistão ocupa a 122ª posição, representando uma melhoria em relação ao ano anterior em que ficou em 138º lugar (Schwab, 2016). Apesar deste progresso, o Paquistão tem um desempenho muito inferior quando comparado com a Índia. No Índice de Transparência, Islamabad está em 116º lugar, tendo uma performance pior que Nova Deli, que se encontra na 79ª posição (Transparency International, 2016). Nos indicadores relacionados com o ambiente de negócios, a discrepância entre os dois Estados é menor, mas ainda assim o Paquistão apresenta piores resultados, ficando em 144º lugar, enquanto a Índia ocupa a 130ª posição (Banco Mundial, 2017a).

Ao analisar os recursos humanos que estão à disposição de cada país, é importante frisar que a Índia tem uma população de cerca de 1.2 mil milhões de pessoas e, estima-se que terá, em breve, a maior e mais jovem mão-de-obra do mundo (Central Intelligence Agency, 2016). Em termos comparativos, a Índia possui um número maior de habitantes, aproximadamente seis vezes o número da população do Paquistão (202 milhões) (*Ibidem*). Segundo o relatório da ONU «World Population Prospects», a população do Paquistão e da Índia irá crescer significativamente nos próximos anos, o que irá criar novos desafios para ambos os Estados<sup>84</sup> (ONU, 2015, p. xxvi).

Apesar do incremento da economia indiana e os progressos efetuados nesse sentido, ambos os Estados têm de investir no setor social, nomeadamente no combate à desigualdade, na educação, nos cuidados de saúde, nas infraestruturas, bem como em outras áreas. Ainda neste âmbito, é de salientar que no Paquistão o fator de coesão social está ausente, uma vez que o Estado foi criado artificialmente. Conforme referido no capítulo teórico, o realismo neoclássico sustenta que os líderes políticos enfrentam constrangimentos na conceção da política externa a dois níveis: no plano internacional, onde têm de responder ao ambiente externo, e no plano interno, onde têm de extrair e mobilizar recursos da sociedade doméstica, trabalhar com as instituições existentes, e manter o apoio da população (Taliaferro, et al., 2009, p. 7). O Estado depende da habilidade de mobilizar a população para uma determinada causa. A mobilização é acompanhada pela formação de uma identidade coletiva, que é irreconciliável com a identidade do Estado adversário (*Ibidem*). A perceção da Índia como um Estado inimigo

---

<sup>84</sup> Segundo as projeções efetuadas pela ONU, nove países serão responsáveis pela metade do crescimento da população mundial até 2050. Estes países são: a Índia, a Nigéria, o Paquistão, a República Democrática do Congo, a Etiópia, a Tanzânia, os EUA, a Indonésia e o Uganda (ONU, 2015, p. xxvi).

por parte da população paquistanesa, permite aos decisores políticos deslocarem recursos para a segurança e a defesa do Estado, investindo no aparato de guerra<sup>85</sup>.

A respeito das capacidades de organização<sup>86</sup>, as diferenças entre os dois Estados também são significativas. O orçamento de defesa da Índia, em 2015, foi de 47,956 mil milhões USD e o do Paquistão 7,456 mil milhões USD (IISS, 2016). É de referir que a Índia aumentou os gastos de defesa em 7% no ano fiscal de 2015-2016. O Paquistão, por seu lado, anunciou no mesmo ano um incremento de 11% (*Ibidem*).

A Índia tem o terceiro maior contingente militar do mundo, tendo no ativo 1,346,000 militares, e continua a apostar na modernização das suas forças armadas (*Ibidem*). O enfoque do exército indiano está na proteção do Estado contra a China e o Paquistão, os dois países que podem constituir uma ameaça para o país<sup>87</sup> (*Ibidem*, p. 279). Islamabad, por sua vez, tem no ativo 634,800 militares, o que representa aproximadamente metade do contingente das forças armadas indianas. Tradicionalmente, o exército paquistanês foi orientado para o combate de uma potencial ameaça por parte da Índia mas, a partir de 2008, a contra-insurgência e o contra-terrorismo têm ganho importância, constituindo atualmente o seu principal enfoque<sup>88</sup> (*Ibidem*). Salienta-se que Islamabad está a fazer um esforço adicional para manter as suas forças armadas, uma vez que, segundo os dados de 2015, o orçamento da defesa do Paquistão representou 2,75 % do seu PIB (o orçamento de defesa indiano correspondia a apenas 2,20%) (*Ibidem*, p. 483).

Em termos políticos, a Índia tem instituições mais consolidadas do que o Paquistão. Conforme referido nos capítulos anteriores, existe uma grande interferência do ramo militar na esfera política paquistanesa. Em 2013 Nawaz Sharif tomou posse como Primeiro-Ministro do Paquistão. Foi a primeira vez em que um governo eleito

---

<sup>85</sup> Conforme foi mencionado nos capítulos anteriores, o Paquistão foi criado como uma pátria para os muçulmanos indianos oprimidos, que não podiam viver numa Índia dominada pelos hindus (Cohen, 2004, p. 226). A partição sangrenta do *Raj* britânico, em 1947, e a intervenção da Índia no conflito civil em 1971, que levou ao desmembramento do Paquistão, são episódios importantes que contribuíram para a criação de um sentimento de desconfiança em relação à Índia.

<sup>86</sup> Consoante foi referido no capítulo teórico, Michael Handel entende como capacidades de organização de um país: as suas instituições políticas, a sua capacidade de adaptação e a sua preparação militar (Handel, 1990).

<sup>87</sup> As forças armadas indianas também oferecem um apoio significativo à polícia e às forças paramilitares nas matérias de segurança interna.

<sup>88</sup> Após o lançamento da operação *Zarb-e-Azb*, no verão de 2014, para erradicar do Waziristão do Norte os grupos militantes, o grupo talibã paquistanês efetuou um ataque a uma escola militar em Peshawar, o que desencadeou um maior apoio político e popular no combate ao terrorismo pelo exército. O aumento dos incidentes transfronteiriços com as forças armadas indianas no verão de 2015, reincidiram o enfoque do exército paquistanês na fronteira oriental do país (IISS, 2016, p. 279).

democraticamente conseguiu finalizar o seu mandato e entregar o poder para um governo que foi igualmente eleito de forma democrática. Apesar do Paquistão ser um país com menos recursos e menos desenvolvido em termos socio-económicos do que a Índia, o Estado possui um robusto sistema jurídico, um forte aparelho burocrático, legados do antigo império britânico. Conforme Lieven sustenta, o Paquistão não é um Estado «falhado», e o que pode colocar em causa a sua existência não é o extremismo islâmico, mas os fatores climáticos, como as inundações que ocorreram em 2010 (Lieven, 2012, pp. 10-12).

Os fatores acima enumerados representam as fontes de poder de ambos os Estados. Através da análise destes elementos podemos afirmar que a Índia e o Paquistão são atores desiguais, sendo o Paquistão, em termos comparativos, um país mais pequeno e mais «fraco» no que respeita as suas capacidades. Não obstante, conforme foi referido nos capítulos anteriores, Islamabad conseguiu compensar a falta de recursos internos por intermédio das fontes externas de poder, nomeadamente através daquilo que o Handel designa por fontes externas formais de poder, ou seja, a participação em organizações internacionais e alianças formais (Handel, 1990). A aquisição das armas nucleares por parte do Paquistão contribuiu também para contrabalançar as discrepâncias, em termos militares, entre ambos os Estados. Entre a Índia e o Paquistão existe um equilíbrio a nível nuclear, baseado na capacidade de segundo ataque, e um desequilíbrio no quadro das forças militares convencionais.

As capacidades dos Estados não são medidas apenas em função do seu *hard power*, mas também por intermédio do seu *soft power*, o poder de atração. O facto de a Índia ser uma civilização milenar, um Estado secular, possuir uma população multicultural e multiétnica, e também representar a «maior democracia» do mundo, demonstra o sucesso da sua transição pós-colonial, o que contribui para uma grande reserva de *soft power*<sup>89</sup>. A participação da Índia na qualidade de Estado-membro em importantes grupos internacionais, como o G20, os BRICS e o IBSA, endossou o seu estatuto de país emergente na arena internacional. A Índia procura ter um papel maior e

---

<sup>89</sup> A obtenção da independência da Índia, em relação à coroa britânica, através de meios não-violentos, juntamente com os seus ideais pacifistas - o apoio à descolonização, ao desarmamento e à coexistência pacífica das nações -, garantiram um grande prestígio ao país. O seu papel ativo no Movimento dos Não-Alinhados tornou a Índia no porta-voz do mundo em desenvolvimento. Deste modo, o uso do *soft power* no quadro da política externa do país não é um fenómeno novo. Atualmente, as principais fontes de *soft power* do país são a sua cultura, os valores políticos e o poder económico (Kugiel, 2012).

mais ativo a nível internacional. Um dos exemplos deste facto é a sua reivindicação de um assento no Conselho de Segurança da ONU (Xavier, 2011, p. 241).

Nova Deli tenta promover a imagem um Estado responsável, que endossa o *status quo*, e não tem pretensões revisionistas em relação à atual ordem internacional, uma vez que o país apenas quer ocupar o lugar que considera pertencer-lhe por direito no quadro hierárquico da ordem internacional (Kugiel, 2012, p. 360). O estudo da ajuda externa indiana é importante, uma vez que constitui um dos elementos do *soft power* de grande relevância, devido ao seu papel no contexto sub-regional<sup>90</sup>. Uma outra fonte de *soft power* é o crescimento económico do país, alcançado no período pós-Guerra Fria, que tornou a Índia num mercado emergente atrativo (*Ibidem*, p. 362).

No contexto da ascensão da China, os valores democráticos da Índia e o seu sistema político pluralista têm ganho cada vez mais destaque<sup>91</sup> (*Ibidem*). O *soft power* tem-se tornado, cada vez mais, uma ferramenta importante na política externa da Índia. O Paquistão, ao contrário da Índia, quase não dispõe de recursos de *soft power*. Existe uma perceção muito negativa acerca do país, por causa dos grupos terroristas que operam no seu território.

## **2.A cooperação em matéria económica e política**

Apesar das rivalidades que existem entre a Índia e o Paquistão, o facto de ambos os Estados terem uma fronteira comum e partilharem o mesmo passado histórico, implica que interajam em vários domínios, nomeadamente económico e político. No período designado por Raja Mohan de Segunda República (1989-2014), a Índia empenhou-se em criar boas relações com o Paquistão e com a China<sup>92</sup> (Mohan, 2015a, p. 9). No âmbito

---

<sup>90</sup> Apesar de a Índia ter começado a prestar assistência aos países menos desenvolvidos nos anos 50 e o seu programa de assistência técnica ter sido lançado em 1964, foi apenas nos últimos dez anos que o mesmo foi expandido em termos de alcance geográfico, modalidades de apoio, escala financeira e capacidades organizacionais (*Ibidem*, p. 361).

<sup>91</sup> A Índia tem uma postura muito pragmática em relação aos seus valores democráticos, empregando-os na sua relação com os parceiros democráticos (EUA, UE, Japão), mas ao mesmo tempo demonstrando relutância em exportar o seu modelo para outros países (*Ibidem*, p. 358).

<sup>92</sup> É de referir que a necessidade de melhorar as relações com os países vizinhos tornou-se numa prioridade sob a liderança de Inder Kumar Gujral, no período 1996-1998. Os seus sucessores, Atal Bihari Vajpayee e Manmohan Singh, deram continuidade à Doutrina Gujral, que defendia que a Índia tinha de ser mais generosa em relação aos seus vizinhos. Esta Doutrina consiste num conjunto de cinco princípios orientadores da política externa do país em relação aos seus vizinhos imediatos. O primeiro princípio afirma que na sua relação com países vizinhos, como o Bangladesh, as Maldivas, o Nepal e o Sri Lanka, a Índia não solicita reciprocidade, mas dá e acomoda o que pode de boa-fé e confiança. O segundo princípio

das relações políticas, a cooperação entre Nova Deli e Islamabad é dificultada pela ameaça crescente de um fenómeno que se verifica desde 1990 e emana do Paquistão: o terrorismo transfronteiriço. Apesar deste facto, vários Primeiros-Ministros tentaram normalizar as relações com o Paquistão através da resolução de assuntos pendentes, inclusive a questão de Caxemira. Nesse sentido, Inder Kumar Gujral colocou de volta o assunto de Caxemira na mesa de negociações, e o seu sucessor, Atal Bihari Vajpayee, definiu um formato de negociação sustentável<sup>93</sup> (*Ibidem*). Após os testes nucleares de 1998, Atal Bihari Vajpayee viajou para Lahore, na tentativa de reaproximar Nova Deli e Islamabad. Os líderes dos dois países assinaram a Declaração de Lahore, mas a esperança de uma melhoria nas relações bilaterais esfumou-se com a guerra de Kargil (maio-julho 1999).

Em 2001, ambos os Primeiros-Ministros - Atal Bihari Vajpayee e Pervez Musharraf - num esforço comum de chegarem a um acordo, encontraram-se em Agra, contudo este encontro foi infrutífero<sup>94</sup>. As relações com o Paquistão viriam a mostrar sinais de melhoria apenas em novembro de 2003, após várias crises (1990, 1999, 2001). Os dois lados acordaram um cessar-fogo ao longo da Linha de Controlo - a fronteira *de facto* que separa os territórios de Caxemira<sup>95</sup>. Em 2004, a Índia e o Paquistão decidiram iniciar um diálogo múltiplo<sup>96</sup>, que versava sobre uma série de questões, tais como o terrorismo, a redução de riscos nucleares e a Caxemira (Cohen, 2013, p. 26). No que respeita a Caxemira, ambos os Estados deixaram de pensar de forma preestabelecida sobre este assunto, colocando de parte as reivindicações mutualmente exclusivas e concentrando-se em questões como a flexibilização da Linha de Controlo, a expansão das ligações de comunicação entre as partes divididas de Caxemira e a melhoria das relações comerciais (Basrur, 2010, p. 15). Foi igualmente Vajpayee quem deu os primeiros passos na expansão dos contactos interpessoais entre as populações dos dois países e

---

estabelece que nenhum país da Ásia do Sul deve permitir que seu território seja usado contra o interesse de um outro país da região. O terceiro ponto determina que nenhum país deve interferir nos assuntos internos de outro Estado. O quarto ponto define que todos os países da Ásia do Sul devem respeitar a integridade territorial e a soberania de cada um. Por fim, o quinto ponto estipula que os Estados da Ásia do Sul devem resolver todas as suas disputas através de negociações bilaterais pacíficas (Murthy, 1999, pp. 639-640). Esta doutrina introduziu uma mudança significativa na forma como são conduzidas as relações bilaterais da Índia com os vizinhos imediatos, principalmente com os mais pequenos.

<sup>93</sup> Inder Kumar Gujral exerceu o cargo de Primeiro-Ministro de 21 de abril de 1997 até 19 de março de 1998. O seu sucessor, Atal Bihari Vajpayee, desempenhou a função de 19 de março de 1998 até 22 de maio de 2004, tendo sido o seu segundo mandato.

<sup>94</sup> Em 2001 foram alvo de ataques terroristas a Assembleia de Srinagar e o Parlamento indiano.

<sup>95</sup> A Linha de Controlo foi acordada pela Índia e pelo Paquistão em julho de 1972, substituindo a Linha de Cessar-Fogo, estabelecida pela ONU em janeiro de 1949 (Cohen, 2013, p. 76).

<sup>96</sup> Tradução livre da autora do termo original: «composite dialogue» (*Ibidem*, p. 26).



implementou, neste âmbito, uma decisão sobre o início de um serviço de autocarros entre Nova Deli e Lahore (Cohen, 2013, p. 28).

O sucessor de Vajpayee - Manmohan Sindh - apesar de pertencer a um partido diferente - seguiu a mesma linha política em relação ao Paquistão, demonstrando igual flexibilidade. Manmohan Singh e o General Pervez Musharraf, no período 2005-2007, através de um diálogo de bastidores, estiveram perto de assinar um acordo para a resolução da questão de Caxemira. Contudo, o seu afastamento em 2008, juntamente com os ataques terroristas de Mumbai, orquestrados a partir do Paquistão, não permitiram à Índia a continuação da normalização das relações bilaterais (*Ibidem*, p. 63). Nova Deli suspendeu o diálogo e exigiu que o Paquistão tomasse medidas contra os responsáveis. Apesar das ações do Paquistão contra os autores dos atentados terroristas terem sido limitadas, Nova Deli anunciou, em 2010, que não iria insistir que o Paquistão tinha de satisfazer plenamente as exigências indianas em matéria de terrorismo como uma condição prévia para as negociações<sup>97</sup> (*Ibidem*, p. 26). Os dois Primeiros-Ministros concordaram em restabelecer os diálogos sem exigências prévias, bem como retiraram a palavra «múltiplo» do título do diálogo. O processo de restabelecimento das conversações foi implementado de forma lenta. Numa primeira fase houve um encontro dos Secretários dos Negócios Estrangeiros, em março de 2011. Então, seguiu-se uma reunião dos Ministros da Administração Interna e, posteriormente, a visita do Primeiro-Ministro do Paquistão - Yousuf Gilani - à Índia, para assistir à semifinal do Campeonato Mundial de Críquete entre a Índia e o Paquistão.

---

<sup>97</sup>Previamente, o Paquistão tinha contestado a decisão indiana, questionando a responsabilidade de Nova Deli nos ataques terroristas ao comboio *Samjhauta Express*, que faz a ligação entre a Índia e o Paquistão. Os ataques foram levados a cabo em 2007, por extremistas hindus (Cohen, 2013, p. 26).

Figura 3. As trocas comerciais entre a Índia e o Paquistão, período 2003-2016 (em milhões USD)

Ano Fiscal	Exportações provenientes da Índia	Exportações provenientes do Paquistão	Comércio Total
2003-2004	286.94	57.74	344.68
2004-2005	521.05	94.97	616.02
2005-2006	689.23	179.56	868.79
2006-2007	1,350.09	323.62	1,673.71
2007-2008	1,950.53	287.97	2,238.50
2008-2009	1,440	370.17	1,810.17
2009-2010	1,573.32	275.94	1,849.26
2010-2011	2,039.53	332.52	2,372.05
2011-2012	1,541.28	397.66	1,939.21
2012-2013	2,064.79	541.87	2,606.66
2013-2014	2,274.26	426.88	2,701.15
2014-2015	1,857.18	497.31	2,354.49
2015-2016 (Até fevereiro 2016)	1,964.65	407.75	2,372.40

Fonte: Ministério do Comércio e Indústria da República da Índia *Apud* Embaixada da República da Índia na República Islâmica do Paquistão. 2016. «Relações Bilaterais.» Consultado a 05 de dezembro de 2016. <https://www.india.org.pk/pages.php?id=2>.

Em matéria económica, as tensões políticas entre ambos os Estados se repercutem no baixo nível de comércio bilateral. Após ter sido ultrapassado o período de crise de 2001-2002, as transações comerciais entre ambos os países começaram a aumentar. Este incremento foi traduzido através do aumento do volume de comércio entre a Índia e o Paquistão, que passou de 344.68 milhões USD, no período 2003-2004, para 2,23 mil milhões USD, no período 2007-2008, conforme pode ser verificado na Figura 3. Em 2013-2014 o comércio bilateral atingiu o apogeu de 2,7 mil milhões USD, voltando a decrescer no período 2014-2015, em que totalizou apenas 2,35 mil milhões USD. As trocas comerciais voltaram a aumentar em 2015-2016, registando um valor de 2,37 mil milhões USD. É de referir que a balança comercial é desfavorável ao Paquistão, dado que as exportações indianas no período 2014-2015 foram de 1,85 mil milhões USD enquanto as exportações paquistanesas para a Índia, no mesmo período, foram de apenas 497 milhões USD<sup>98</sup>. Através da análise dos dados torna-se evidente que, apesar de a Índia e o Paquistão serem países vizinhos, o comércio bilateral entre os dois Estados é muito modesto. Nova Deli não se encontra na lista dos cinco principais parceiros comerciais de Islamabad, nem vice-versa<sup>99</sup>.

No âmbito das relações comerciais foram efetuados progressos a partir do final dos anos 90. Nova Deli concedeu o estatuto de Nação mais Favorecida ao Paquistão em 1996. Já no início dos anos 2000 houve um incremento do comércio bilateral. O Paquistão decidiu, a 2 de novembro de 2011, responder de forma recíproca, conferindo à Índia o estatuto de Nação mais Favorecida, porém até ao momento atual a decisão não foi

---

<sup>98</sup> A importação de produtos paquistaneses por parte da Índia tem sofrido um declínio desde o período 2012-2013, quando atingiu o valor de 541.87 milhões USD. O mesmo padrão é registado no caso das importações de produtos indianos por parte do Paquistão. Após o período 2013-2014, quando foi atingido o montante de 2,274.26 mil milhões USD, houve uma diminuição das importações. Os principais produtos exportados da Índia para o Paquistão são: algodão, produtos químicos orgânicos, máquinas, produtos alimentares (inclusivamente alimentos preparados para animais), legumes, artigos de plástico, chás, especiarias, entre outros. O Paquistão, por seu lado, exporta para a Índia produtos como: cobre e artigos de cobre, frutas, algodão, sal, produtos químicos orgânicos, entre outros (Embaixada da República da Índia na República Islâmica do Paquistão, 2016).

<sup>99</sup> Segundo os dados de 2015, os principais mercados para as exportações paquistanesas são: os EUA (16,58%), a China (8,76%), o Afeganistão (7,80%), o Reino Unido (7,12%) e a Alemanha (5,19%). Os principais Estados que exportam para o Paquistão são: a China (25,05%), os Emirados Árabes Unidos (13,04%), a Arábia Saudita (6,84%), a Indonésia (4,64%) e os EUA (4,36%) (WITS, 2016b). Por seu lado, os principais mercados para as exportações indianas são: os EUA (15,25%), os Emirados Árabes Unidos (11,34%), o Hong Kong (China) (4,59%), a China (3,62%) e o Reino Unido (3,36%). Os cinco principais países que exportam para a Índia são: a China (15,77%), a Arábia Saudita (5,46%), a Suíça (5,40%), os EUA (5,24%) e os Emirados Árabes Unidos (5,19%) (WITS, 2016a). Salienta-se que, tanto no caso da Índia como no caso do Paquistão, a China é o principal exportador.

implementada pelo Governo paquistanês<sup>100</sup>. Apesar da decisão de concessão do estatuto de Nação mais Favorecida à Índia não ter sido implementada, tiveram lugar pequenos progressos nas relações comerciais bilaterais. A primeira mudança ocorreu em março de 2012, com a substituição da «lista positiva» de cerca de 1950 itens, que podiam ser importados da Índia, por uma «lista negativa» de 1209 itens que não podem ser importados da Índia<sup>101</sup> (Embaixada da República da Índia na República Islâmica do Paquistão, 2016). Esta medida foi seguida pela abertura do comércio através de rotas terrestres a 12 de abril do mesmo ano, criando, assim, melhores oportunidades para o comércio<sup>102</sup> (*Ibidem*). Uma outra decisão importante foi o anúncio por parte da Índia, em agosto de 2012, da redução em 30% da sua lista sensível<sup>103</sup> da Área de Livre Comércio da Ásia do Sul (SAFTA, na sigla inglesa), para países não desenvolvidos ou menos desenvolvidos da SAFTA, inclusivamente o Paquistão. Esta decisão teve como objetivo baixar as tarifas para 5% sobre 264 itens, dentro de um período de três anos (*Ibidem*). As exportações paquistanesas foram beneficiadas por esta medida, uma vez que Islamabad conseguiu exportar produtos de elevado interesse para o país (*Ibidem*).

A melhoria das relações indo-paquistanesas traduziu-se, também, na intensificação das visitas bilaterais de alto nível entre ambos os Estados<sup>104</sup>. Durante a visita do Ministro do Comércio do Paquistão à Índia, em setembro-outubro de 2011, os Secretários de Comércio foram encarregues pelos respetivos ministros a prosseguir a plena normalização das relações comerciais, a dismantelar todas as barreiras não tarifárias, a implementar plenamente as obrigações da SAFTA e a preparar um plano para

---

<sup>100</sup> Uma parte significativa das pequenas e médias empresas paquistanesas tem receio que o mercado interno seja invadido por bens indianos, que têm preços mais competitivos. Muitos dos antigos militares paquistaneses possuem, ou estão a trabalhar, nestas empresas, existindo deste modo um incentivo para proteger este ramo através da pressão exercida sobre o Governo civil para a não ratificação deste documento (Siddiqi, 2007). Para um aprofundamento sobre o papel das forças armadas na política e na economia do Paquistão recomenda-se a leitura do livro «Military Inc.: Inside Pakistan's Military Economy» (*Ibidem*).

<sup>101</sup> Esta medida é positiva uma vez que a Índia anteriormente podia exportar para o Paquistão apenas cerca de 1950 itens, que constavam da «lista positiva», mas com a nova decisão passou a poder importar vários produtos do universo total, exceto os 1209 itens que constam da «lista negativa».

<sup>102</sup> Foi inaugurado a 13 de abril de 2012 em Atari - no distrito indiano de Punjab - um Posto de Verificação Integrado, que representa uma infraestrutura melhorada para a facilitação do comércio e da deslocação de pessoas.

<sup>103</sup> A lista sensível inclui itens que não estão sujeitos à redução tarifária. A finalidade da lista é de proteger os setores da economia que são mais vulneráveis à competição.

<sup>104</sup> Em 2011 o Ministro Federal do Comércio do Paquistão, Muhammad Ameen Fahim, deslocou-se à Índia, tendo sido a primeira visita desta natureza após um intervalo de 35 anos. Por seu lado, o Ministro do Comércio, Indústria e Têxteis da Índia, Shri Anand Sharma, visitou o Paquistão em fevereiro de 2012, tendo sido a primeira visita deste tipo alguma vez efetuada pela Índia. Shri Anand Sharma foi acompanhado por uma delegação de 100 representantes do comércio e da indústria (Embaixada da República da Índia na República Islâmica do Paquistão, 2016).

maiores acordos preferenciais de comércio entre a Índia e o Paquistão (*Ibidem*). Os Ministros do Comércio de ambos os Estados concordaram durante o encontro em Islamabad, em fevereiro de 2012, que os dois países iriam aderir ao plano elaborado pelos Secretários de Comércio, para a plena normalização das relações bilaterais em matéria económica. Entre as medidas apresentadas constavam a eliminação progressiva da lista «negativa», referente às importações provenientes da Índia, antes do final de 2012, e a promoção de acordos comerciais preferenciais através da SAFTA (*Ibidem*).

Durante a reunião de janeiro de 2014, os Ministros do Comércio da Índia e do Paquistão reafirmaram o compromisso de agilizar a normalização das relações comerciais e, neste quadro, providenciar o acesso não-discriminatório ao mercado, com base na reciprocidade. Foi decidida a intensificação e a aceleração do processo de normalização, liberalização e facilitação, bem como a implementação das medidas acordadas antes do final do mês de fevereiro de 2014. Porém, o Governo paquistanês não implementou as decisões acordadas, entre elas a eliminação da lista «negativa» e a supressão de restrições sobre o número de itens possíveis a serem importados através da rota terrestre de Wagah (*Ibidem*). Apesar deste facto, o balanço geral dos progressos em matéria económica entre ambos os Estados foi positivo.

Não obstante, é importante referir que apesar de existir vontade por parte de certos segmentos do Governo paquistanês em melhorar as relações económicas com a Índia, é notório o entrave colocado à esta normalização por parte do *Establishment*, principalmente do ramo militar. Para a Índia, a normalização das relações comerciais com o Paquistão é uma componente fundamental da sua política de normalização e de melhoria das relações bilaterais com este país vizinho (*Ibidem*). A Índia não vê as relações com o Paquistão numa ótica exclusivamente bilateral, mas também num quadro internacional, uma vez que as disputas políticas geram instabilidade e uma atmosfera de incerteza que, por sua vez, repercutem-se em custos económicos significativos e afastam o investimento estrangeiro neste país. É importante ainda referir que o Paquistão entende uma relação comercial formal com a Índia como um meio para atingir outros fins, nomeadamente a discussão de disputas territoriais, especialmente a questão de Caxemira. O Governo indiano, pelo contrário, vê a normalização como um fim em si mesmo (Berland & Kugelman, 2014).

As relações político-económicas entre a Índia e o Paquistão devem ser analisadas através do prisma neo-realista, por ser o mais adequado no caso indo-paquistanês.

Conforme referido no capítulo teórico, Waltz afirma que a estrutura do sistema internacional limita a cooperação dos Estados de duas maneiras: primeiro, através da insegurança e incerteza que existe em relação às futuras intenções e ações do outro Estado, e, em segundo lugar, devido à preocupação de não se tornar dependente do outro Estado, através da cooperação e troca de bens e serviços (Waltz, 2002, pp. 147-149). A insegurança e a incerteza do Paquistão em relação às intenções da Índia - um Estado com maiores capacidades relativas - no quadro da estrutura anárquica das relações internacionais, advêm da necessidade de assegurar a sua sobrevivência. Apesar da disponibilidade da Índia em cooperar com o Paquistão e criar uma relação *win-win*, em que ambos os Estados iriam beneficiar, Islamabad vê este relacionamento como um jogo de soma nula, preocupando-se apenas com os ganhos relativos e não com os ganhos absolutos. O Paquistão coloca em primeiro lugar as considerações de segurança que, por sua vez, subordinam os ganhos económicos aos interesses políticos. O país não se quer tornar dependente da Índia em matéria económica, pelo que, deste modo procura caminhos alternativos à cooperação com a Índia. Com a construção do Corredor Económico China-Paquistão, Islamabad descartou a possibilidade de a Índia receber o estatuto de Nação mais Favorecida num futuro próximo, uma vez que Pequim representa uma alternativa económica que lhe permite distanciar-se da cooperação com Nova Deli (Shah, 2015).

### **3.Era Narendra Modi Nawaz Sharif**

Conforme foi indicado no capítulo teórico, os líderes políticos detêm um papel importante na delineação da política externa e, fatores como as perceções e a própria personalidade dos líderes afetam a condução da política. Contudo, como já havia sido referido, é difícil quantificar de forma objetiva o peso que as mesmas têm na tomada das decisões. Nawaz Sharif foi eleito o 27º Primeiro-Ministro do Paquistão, com uma maioria absoluta, em junho de 2013, sendo este o seu terceiro mandato não consecutivo como Primeiro-Ministro<sup>105</sup>. Em 2014 Narendra Modi - líder do partido nacionalista hindu BJP

---

<sup>105</sup> Nawaz Sharif foi eleito Primeiro-Ministro pela primeira vez em 1990 e pela segunda vez em 1997, nunca tendo finalizado os seus mandatos. Em 1993, o Presidente Ghulam Ishaq Khan dissolveu arbitrariamente a Assembleia Nacional. Apesar da anulação deste ato pelo Suprema Corte, uma vez que foi considerado inconstitucional, e a Assembleia Nacional e o Governo de Nawaz Sharif terem sido reintegrados, o Primeiro-Ministro demitiu-se. No segundo mandato, Nawaz Sharif sofreu um golpe de Estado organizado

- venceu as eleições gerais. Este foi um momento importante para o país, uma vez que foi o primeiro governo de maioria a ser eleito em três décadas<sup>106</sup>.

Sob a liderança de Modi, a Índia passou a ter um Governo forte e isento do passado ideológico<sup>107</sup> (Mohan, 2015a, p. 13). As eleições de Nawaz Sharif e de Narendra Modi trouxeram uma nova esperança de normalização das relações entre a Índia e o Paquistão. Ambos os líderes têm experiência de governação e são homens de negócios. Este facto abriu a possibilidade de os atuais governantes tornarem prioritárias as relações económicas<sup>108</sup>, dado que as mesmas poderiam exercer uma influência positiva nos restantes domínios bilaterais, nomeadamente na cooperação em áreas como a energia, questões humanitárias e ambientais (Olmstead, 2014).

Narendra Modi começou o seu mandato com uma tentativa de normalizar as relações indo-paquistanesas, convidando Nawaz Sharif para a sua tomada de posse. Apesar dos esforços de Narendra Modi e de Nawaz Sharif, as relações Islamabad-Nova Deli pioraram rapidamente. As conversas entre os Secretários dos Negócios Estrangeiros dos dois Estados, agendadas para agosto de 2014, foram canceladas no último momento. O motivo do cancelamento foi o encontro entre os líderes separatistas de Caxemira - Conferência Hurriyat de Todos os Partidos<sup>109</sup> - e o Embaixador do Paquistão, Abdul Basit. Este encontro foi realizado apesar da oposição manifestada pelo Governo indiano.

Em meados de 2015, no decorrer da Cimeira da Organização de Cooperação de Xangai, em Ufa, Rússia, houve uma reunião entre Modi e Sharif. O encontro foi positivo:

---

pelo General Pervez Musharraf, e após ter estado em prisão por um período de 14 meses foi forçado ao exílio (República Islâmica do Paquistão. Prime Minister's Office, 2016).

<sup>106</sup> Após o assassinato de Indira Gandhi, a 31 de outubro de 1984, o seu filho, Rajiv Gandhi, conseguiu uma maioria nas eleições de 1984. Posteriormente, a Índia foi administrada durante 25 anos por governos de coligação, ou seja, a partir das eleições gerais de 1989 até 2014, ano em que Narendra Modi conseguiu uma maioria no *Lok Sabha*, a câmara baixa do Parlamento bicameral indiano. O período prolongado de administração do país por governos de coligação enfraqueceu o poder do Primeiro-Ministro; o executivo cedeu poder ao judiciário, a reguladores e à média (Mohan, 2015a).

<sup>107</sup> Raja Mohan descreve a eleição do Narendra Modi como um «feixe de energia e um sopro de ar fresco para a diplomacia indiana». Tradução livre da autora da expressão: «a bundle of energy and a breath of fresh air for Indian diplomacy» (Mohan, 2015a, p. 14).

<sup>108</sup> Uma outra razão para a priorização das relações económicas com Nova Deli, no mandato de Nawaz Sharif, é o interesse do seu partido *Muslim-League (Nawaz)* - PML (N) em impulsionar as relações com a Índia. A base do partido é composta por muitos empresários de Punjab, incluindo a própria família de Sharif, que está envolvida na indústria do açúcar, entre outros setores. Estes empresários beneficiam do estatuto comercial de Nação mais Favorecida no comércio com a Índia (Berland & Kugelman, 2014).

<sup>109</sup> A Conferência Hurriyat de Todos os Partidos foi estabelecida a 31 de julho de 1993, como uma plataforma política dos movimentos separatistas em Caxemira (Jaleel, 2015).

para além da intenção de Modi de se deslocar ao Paquistão por ocasião da 19ª Cimeira da SAARC<sup>110</sup>, os dois líderes emitiram uma declaração conjunta<sup>111</sup>.

Uma breve interação entre Modi e Sharif em Paris contribuiu para um encontro de curta duração entre os Assessores de Segurança Nacional e os Secretários dos Negócios Estrangeiros de ambos os países em Bangucoque, Tailândia, a 6 de dezembro de 2015. Este encontro criou a oportunidade para a visita da Ministra dos Negócios Estrangeiros da Índia, Sushma Swaraj, a Islamabad, para participar da conferência *Heart of Asia-Istanbul Process*<sup>112</sup>, sobre o Afeganistão. No encontro entre Sharif, Sushma e o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Paquistão, Sartaj Aziz, foi decidido o lançamento do «diálogo bilateral abrangente»<sup>113</sup> entre a Índia e o Paquistão (Sajjanhar, 2016b).

No final de 2015, o Primeiro-Ministro indiano, para demonstrar um sinal de boa vontade, efetuou uma visita surpresa a Lahore, na sua viagem de regresso de Cabul, que resultou num encontro de duas horas com Nawaz Sharif. Nesta breve reunião foi decidido que os dois Secretários dos Negócios Estrangeiros voltariam a encontrar-se em Islamabad, no dia 15 de janeiro. Contudo, os esforços dos dois países para reatar relações foram frustrados quando seis terroristas do grupo Jaish-e-Mohammad<sup>114</sup> atacaram a base da Força Aérea de Pathankot, localizada em Punjab, Índia<sup>115</sup>. Este ataque demonstra que o

---

<sup>110</sup> Esta seria a primeira deslocação de um Primeiro-Ministro indiano para o Paquistão desde 2004, ano em que o predecessor de Modi, Atal Behari Vajpayee, efetuou a última visita (Panda, 2015).

<sup>111</sup> A declaração conjunta consistiu nos seguintes cinco pontos: 1. Uma reunião dos conselheiros de segurança nacional, a ter lugar em Nova Deli, para a discussão das questões de terrorismo; 2. A realização de uma reunião entre o Diretor-Geral da Força de Segurança Fronteiriça da Índia e o Diretor-Geral dos *Rangers* paquistaneses, que será seguida pela reunião dos Diretores-Gerais das Operações Militares de ambos os países; 3. A libertação dos pescadores sob a custódia de cada Estado, juntamente com as suas embarcações, num período de 15 dias; 4. Ambos os Estados irão trabalhar para encontrarem mecanismos para a facilitação do turismo religioso; 5. Os dois lados concordaram em discutir formas e meios para acelerar o julgamento de Mumbai (*Ibidem*).

<sup>112</sup> A plataforma para cooperação regional - *Heart of Asia-Istanbul Process* - foi fundada em novembro de 2011, em Istambul, Turquia. Esta iniciativa providencia uma plataforma para a cooperação a nível regional, colocando o Afeganistão no seu centro, reconhecendo deste modo a importância que a segurança e a estabilidade deste país detêm para a prosperidade da região do Coração da Ásia (*Heart of Asia*). Deste modo, a plataforma tem como objetivo principal abordar os desafios comuns e os interesses do Afeganistão, dos seus vizinhos e dos parceiros regionais (*Heart of Asia-Istanbul Process*, 2017).

<sup>113</sup> Tradução livre da autora da expressão original: «comprehensive bilateral dialogue».

<sup>114</sup> Jaish-e-Mohammad é um grupo terrorista com uma ideologia islâmica, baseado no Paquistão. A sua liderança e os seus membros são paquistaneses (Swami, 2003, p. 46).

<sup>115</sup> Segundo os dados do Índice de Terrorismo Global 2016 (ITG), os países mais afetados pelo terrorismo em 2015 foram: o Paquistão, o Iraque, o Afeganistão, a Nigéria e a Síria. Estes cinco países representam 72 % de todas as mortes por terrorismo em 2015. É de referir que o terrorismo no Paquistão atingiu, em 2015 o nível mais baixo desde 2006, tendo sido registados 1008 ataques. Apesar deste facto, com 1086 mortes por terrorismo, o Paquistão é o sexto país mais letal do mundo. O terrorismo no Paquistão está a alastrar-se, deixando de estar localizado apenas nas partes fronteiriças do país, alargando-se a outras áreas. A Índia, por seu lado, regista um padrão diferente. Existe uma grande discrepância entre o número de ataques (797) e o número de mortes (289), o que, segundo o ITG, demonstra a diferença da natureza do



diálogo bilateral é muito vulnerável à interferência de forças externas, como os grupos extremistas de ambos os lados, ou seja, tanto hindus como muçulmanos<sup>116</sup> (Cohen, 2013, p. 26). A organização de ataques terroristas é uma prática recorrente usada por estes grupos para paralisar a cooperação entre a Índia e o Paquistão. Apesar da tentativa de reaproximação efetuada pelos Primeiros-Ministros, é necessário sempre ter em conta que, no Paquistão, as forças armadas continuam a ser o ramo com maior influência no quadro da política externa, principalmente nas relações com a Índia, uma vez que consideram o país uma ameaça para a segurança do país (Cohen, 2004, p. 121).

Conforme referido no capítulo teórico, «o processo de decisão política é complexo e multi-participativo» (Allison & Zelikow, 1999, p. 263). A importância das organizações burocráticas em Islamabad é significativa, principalmente o papel do ISI, devido à sua relação com os grupos terroristas, nomeadamente o seu uso no Afeganistão e em Caxemira. Nos processos de decisão que levam a opções políticas, os participantes tendem a dar preferência aos assuntos e às alternativas que refletem o seu grupo (Freire & da Vinha, 2011, p. 29). No caso das forças armadas, opta-se por respostas militares em detrimento de soluções diplomáticas, o que explica, também, os quatro conflitos militares travados entre a Índia e o Paquistão. É importante salientar a falta de interesse por parte deste grupo na reaproximação de ambos os Estados, uma vez que a questão de Caxemira pode ser colocada em segundo plano. Por outro lado, as forças armadas alimentam a sua

---

terrorismo na Índia, que ao contrário dos grupos terroristas que operam em outros Estados, procuram o reconhecimento político. Estes ataques não são destinados a matar pessoas, uma vez que cerca de 80% não foram letais. Em 2015, as mortes por terrorismo na Índia diminuíram para o segundo nível mais baixo desde 2000. Houve uma redução de 45% do número de mortes, em relação ao 2014, mas ao mesmo tempo, ocorreu um aumento de 4% do número dos ataques, totalizando 797, o nível mais alto desde 2000. Os grupos terroristas na Índia podem ser agrupados em três categorias: comunistas, islamistas e grupos separatistas. Os grupos comunistas são os perpetradores mais frequentes e são responsáveis pelo maior número de mortes por terrorismo. Dois grupos maoístas comunistas reivindicaram a responsabilidade pela morte de 176 pessoas em 2015, o que constitui cerca de 60% do número total de mortes por terrorismo. A disputa com o Paquistão pelo território de Caxemira é a principal fonte de terrorismo islâmico. Os dois grupos islamistas mais mortíferos, que atuaram na Índia em 2015, foram o Lashkar-e-Taiba e o Hizbul Mujahideen, grupos que também operam no Paquistão, Afeganistão e Bangladesh. Lashkar-e-Taiba atua principalmente no Paquistão e foi responsável em 2015 por 25 mortes registadas na Índia. Por seu lado, o Hizbul Mujahideen, um grupo islâmico alegadamente baseado no Paquistão, foi responsável em 2015 por sete mortes (IEP, 2016). Os dados apresentados revelam que o Paquistão é um dos países mais afetados pelo fenómeno terrorista. Os grupos que outrora foram apoiados pelo Estado paquistanês estão agora a atuar contra o mesmo (Fair & Ganguly, 2016). Por outro lado, estes dados demonstram que a principal ameaça de terrorismo na Índia emana do próprio território indiano, e são os grupos maoístas comunistas que têm maior impacto e não os grupos islamistas. Deste modo, os grupos maoístas comunistas constituem o principal desafio para o Estado indiano. O antigo Primeiro-Ministro da Índia, Manmohan Singh, descreveu em 2006 a insurgência maoista como o maior desafio de segurança interna (The Economist, 2010).

<sup>116</sup> Os atentados terroristas são levados a cabo tanto por extremistas paquistaneses, o caso dos ataques de Mumbai, como por extremistas hindus, o exemplo do ataque ao comboio *Samjhauta Express*, que faz a ligação entre a Índia e o Paquistão (Cohen, 2013, pp. 26-27).

legitimidade e influência na política através da manutenção do conflito com o seu Estado vizinho - a Índia - que é categorizado como uma ameaça existencial (Berland & Kugelman, 2014; Olmstead, 2014). Tanto os grupos terroristas como as forças armadas paquistanesas irão perder a sua *raison d'être* com a normalização das relações entre a Índia e o Paquistão, daí a constante tentativa de perturbar os diálogos de cooperação entre Islamabad e Nova Deli.

Conforme foi mencionado no capítulo teórico, o realismo neoclássico sustenta que os líderes políticos enfrentam constrangimentos na concepção da política externa a dois níveis: no plano internacional e no plano interno (Taliaferro, et al., 2009, p. 7). A existência de um «inimigo» externo funciona como uma manobra de diversão, para abstrair a população dos problemas que o Estado está a enfrentar internamente. Conforme foi mencionado na descrição do perfil do Estado paquistanês, o país falhou em implementar reformas estruturais e enfrenta problemas de ordem económica e social<sup>117</sup>. Por outro lado, esta tática permite a atribuição de mais fundos para a área de defesa, e uma maior autonomia do Estado *vis-à-vis* a sociedade.

Narendra Modi detém uma postura firme em relação ao Paquistão. O seu partido, BJP, sempre defendeu, enquanto estava na oposição, que os ataques terroristas e o diálogo não podem ter lugar simultaneamente, defendendo «tolerância zero em relação ao terrorismo» (Mohan, 2015a). Deste modo, apesar da disposição de Narendra Modi em aprofundar as relações económicas, o mesmo insistiu que as negociações não podiam continuar se o Paquistão mantivesse o apoio a grupos terroristas.

As declarações efetuadas pela Índia e pelo Paquistão no aniversário de independência de 2016, marcaram mais um momento de tensão nas relações bilaterais. No seu discurso, Nawaz Sharif dedicou o dia à liberdade da região de Caxemira. O líder paquistanês afirmou que a Índia ocupou o território<sup>118</sup> e que é responsável pelos momentos de instabilidade vividos em Caxemira<sup>119</sup>. Por seu lado, Narendra Modi como

---

<sup>117</sup>A manutenção do conflito permite desviar a atenção da população dos problemas que o país está a enfrentar, tais como: a desigualdade social, os conflitos sectários (sunitas-xiitas) e a ausência de progressos sociais em muitos setores da sociedade paquistanesa (Cohen, 2001, p. 204).

<sup>118</sup>«Dedico o dia 14 de agosto, deste ano, à liberdade de Caxemira. Dedico-o a aquelas pessoas de Caxemira que enfrentaram bravamente a opressão do Estado, mas mantiveram vivo o espírito da liberdade». Tradução livre da autora do texto original: «I dedicate this year's 14th August to the freedom of Kashmir. I dedicate it to those people of Kashmir, who bravely faced the state oppression but kept the spirit of freedom alive» (Primeiro-Ministro Muhammad Nawaz Sharif, 2016).

<sup>119</sup> Em Caxemira foram organizados motins civis após o assassinato do comandante militar separatista Burhan Wani, a 8 de julho de 2016. Este acontecimento provocou uma grande instabilidade nesse estado.

forma de retaliação, criticou o apoio dado às organizações terroristas por parte do Paquistão<sup>120</sup>. Esta troca de acusações entre os dois Estados marca o fim do processo de normalização das relações entre ambos os países. A política de reconciliação de Modi foi substituída por uma que emprega a força para atingir os fins desejados, ainda que com prudência, dado o potencial nuclear de cada um dos Estados, e a política de *first use* do Paquistão.

Nova Deli adotou um novo *modus operandi* em relação a Islamabad. No seu discurso, Modi fez referência às populações do Baluchistão, do Gilgit<sup>121</sup> e da Caxemira administrada pelo Paquistão, que designou de território ocupado, e chamou a atenção para os problemas que estas estão a ter com o Paquistão<sup>122</sup> (Khan, 2016). Realçando questões como o abuso dos direitos humanos e os movimentos independentistas (especialmente no Baluchistão), Modi emprega a mesma política que o Paquistão em relação a Caxemira. A Índia entende a questão de Caxemira como um assunto de ordem interna, e que tem de ser tratado como tal. Mas, uma vez que o Paquistão tenta internacionalizar o assunto de Caxemira e chamar a atenção da sociedade internacional para as violações dos direitos humanos, a Índia replicou tal tática em relação a uma das províncias mais sensíveis do Paquistão. Islamabad chegou mesmo a acusar a Índia de fomentar o terrorismo no Baluchistão (*Ibidem*)<sup>123</sup>.

No que diz respeito à questão de Caxemira, o Governo de Narendra Modi quer tratar este assunto num quadro estritamente bilateral e intergovernamental com Islamabad. Deste modo, não irá aceitar a continuação do envolvimento da Conferência Hurriyat de Todos os Partidos nos diálogos. A Índia, sob a liderança do Narendra Modi,

---

<sup>120</sup> «As crianças de Peshawar que foram assassinadas por terroristas provocaram-nos imensa dor e agonia. Esta é a nossa cultura baseada no humanismo. Por outro lado, o terrorismo é glorificado. Quando pessoas inocentes morrem em ataques terroristas, lá há celebrações». Tradução livre da autora do texto original: «The children of Peshwar who were killed by terrorists gave us immense pain and agony. This is our culture, borne out of humanism. On the other hand, terrorism is being glorified. When innocent people are killed in terrorist attacks, there are celebrations» (Primeiro-Ministro Narendra Modi, 2016).

<sup>121</sup> Apesar de Narendra Modi se ter referido separadamente à cidade de Gilgit, importa salientar que a mesma faz parte do território de Caxemira administrado pelo Paquistão.

<sup>122</sup> «[...] eu quero cumprimentar e expressar os meus agradecimentos a algumas pessoas. Nos últimos dias, pessoas do Baluchistão, do Gilgit, e do território de Caxemira, ocupado pelo Paquistão, agradeceram-me, expressaram gratidão, e expressaram votos de boa vontade». Tradução livre da autora do texto original: «[...] I want to greet and express my thanks to some people. In the last few days, people of Balochistan, Gilgit, Pakistan Occupied Kashmir have thanked me, have expressed gratitude, and expressed good wishes for me» (*Ibidem*).

<sup>123</sup> Baluchistão é uma província do Paquistão que detém vastos recursos naturais e providencia o acesso do país ao mar Árábico, através do porto de Gwadar. Qualquer tipo de perturbações e agitações nesta província poderão desestabilizar o Paquistão, bem como a posição geopolítica do país, e, consequentemente, colocar em causa o projeto de 46 mil milhões USD do Corredor Económico sino-paquistanês (Khan, 2016).

não está disposta a tolerar as condutas do Paquistão e a ingerência deste país naquilo que considera os seus assuntos internos. A China - um parceiro de longa data do Paquistão - para preservar a viabilidade do Corredor Económico sino-paquistanês tem-se distanciado da situação em Caxemira. Pequim parou de tomar partido na disputa, onde normalmente se posicionava do lado do Paquistão, deixando, deste modo, Islamabad sem um aliado de relevo nesta matéria, facto que enfraquece o lado paquistanês (*Ibidem*).

Em 2016 as relações entre ambos os Estados foram tensas devido ao verão instável no vale de Caxemira, provocado pelo assassinato do comandante militar separatista Burhan Wani, a 8 de julho. A situação deteriorou-se em setembro, após o ataque em Uri, no qual 18 militares indianos foram assassinados e outros 30 feridos<sup>124</sup> (Fazil, 2016). O ataque em Uri contribuiu para uma ofensiva diplomática por parte da Índia para isolar o Paquistão, tanto a nível sub-regional como internacional. O facto de Modi ter optado por uma estratégia diplomática em detrimento de uma militar demonstra a sua prudência em relação ao Paquistão, pois traduz-se numa tentativa de evitar que esta contenda escale para uma guerra entre ambos os Estados. As medidas empreendidas por Nova Deli em relação a Islamabad serão abordadas no capítulo seguinte. A declaração da Linha de Controlo como fronteira internacional entre ambos os Estados seria uma solução difícil, ou quase impossível de implementar no momento atual, devido aos custos políticos que a mesma acarretaria. Note-se que nenhum partido político quer ser acusado de ter abandonado a causa de Caxemira, tanto no caso da Índia como do Paquistão.

## **Considerações finais**

As relações indo-paquistanesas são influenciadas pelas capacidades que cada Estado dispõe, isto é, os recursos que estão à disposição de cada um. Atualmente, a Índia tem um perfil diferente daquilo que era nos anos da Guerra Fria, ou seja, é um país emergente na arena internacional, faz parte de grupos internacionais importantes, é a «maior democracia» do mundo, o segundo país mais populoso a nível mundial, e potencialmente o país com o maior crescimento económico em 2017 (Banco Mundial, 2017b). Estes indicadores tornam a Índia num Estado confiante nas suas capacidades. Por outro lado, o Paquistão falhou em implementar importantes reformas económicas, que

---

<sup>124</sup> O ataque em Uri consistiu numa emboscada organizada por quatro militantes fortemente armados, que mataram 18 soldados indianos. O incidente aconteceu na cidade de Uri, distrito de Baramulla, apenas a 10 quilómetros da Linha de Controlo, que separa os dois territórios de Caxemira (Fazil, 2016).

permitiriam o desenvolvimento do país. A falta de reformas propiciou um pior desempenho do que a Índia em vários domínios, conforme foi verificado na Figura 1. Salienta-se que, ao contrário da Índia que apresenta atualmente melhores resultados que nos períodos anteriores, o Paquistão teve uma tendência decrescente<sup>125</sup>(Cohen, 2004, p. 90). Este facto faz com que Islamabad tenha um «complexo de inferioridade» em relação à Índia, e leva o governo paquistanês a adotar uma postura ofensiva e de não-cooperação com Nova Deli. Islamabad quer ser tratado com um Estado igual nas suas relações com a Índia, o que não acontece devido à discrepância de capacidades entre ambos. A Índia deixou claro que o Paquistão não pode ter a mesma postura *vis-à-vis* Nova Deli, uma vez que é um Estado mais fraco em termos relativos, daí não poder competir em pé de igualdade com a Índia.

Modi seguiu a linha política dos seus antecessores, nomeadamente de abertura e diálogo com o Paquistão. A sua postura mudou, por conseguinte, após o ataque em Uri, em setembro de 2016, e a continuação da ingerência do Paquistão nos assuntos internos da Índia, designadamente a questão de Caxemira. Modi quer colocar a questão de Caxemira num quadro estritamente bilateral e intergovernamental com Islamabad. Existe uma mudança do *modus operandi* de Modi em relação ao Paquistão, nomeadamente a reprodução da estratégia do Paquistão em Caxemira no Baluchistão (Khan, 2016). Constatase que Modi tem uma postura mais firme em relação ao Paquistão, mas ao mesmo tempo mantém a prudência, evitando que as contendas entre os dois Estados escalem para um conflito armado.

A cooperação entre a Índia e o Paquistão é complexa, caracterizando-se por avanços e recuos. Para além das áreas de comércio e investimento, os dois Estados se podem debruçar e cooperar nas áreas dos recursos hídricos, do meio ambiente, da energia e das questões humanitárias<sup>126</sup> (Olmstead, 2014). No contexto do rápido crescimento da população da Índia e do Paquistão, a dependência da economia dos recursos hídricos -

---

<sup>125</sup> Todos os governos paquistaneses fracassaram em reformar o Estado. Em consequência disso, o Paquistão, que estava nos anos 60 à frente da Coreia do Sul em termos de desenvolvimento, hoje encontra-se muito atrás (Lieven, 2012, p. 64).

<sup>126</sup> É importante lembrar que ambos os Estados são dependentes dos recursos externos para a alimentação da indústria nacional e sofrem com as alterações climáticas, sobretudo por causa de catástrofes naturais. Exemplos que confirmam este facto são as inundações de 2010 no Paquistão e as de 2013 no norte da Índia, no estado de Uttarakhand. Por esses motivos, a cooperação em matérias como os recursos hídricos, o meio ambiente, a energia e as questões humanitárias é importante.

especialmente para a produção de têxteis, do açúcar e do trigo - e o clima árido, são apenas alguns dos motivos de cooperação para a gestão deste recurso.

No quadro das relações bilaterais, a Índia tem de manter sempre abertos os canais de diálogo com o Paquistão e não suspender os mesmos, uma prática comum em momentos de crise. Nova Deli deve adotar uma postura mais firme em relação ao Paquistão e não deixar que a sua política externa seja condicionada por Islamabad, o que torna a resolução dos diferendos com este país uma das prioridades de Nova Deli. Este conflito prolongado consome imensos recursos económicos, diplomáticos, militares, que podem ser aplicados no desenvolvimento de outras áreas.

A análise realizada ao longo deste capítulo permite concluir que as diferenças de capacidades entre a Índia e o Islamabad são significativas<sup>127</sup>, ao ponto de constrangerem o Paquistão. Após a independência a Índia e o Paquistão seguiram percursos diferentes. A Índia tornou-se um exemplo de sucesso, enquanto o Paquistão não conseguiu desenvolver completamente o seu potencial, facto que também afeta as suas relações bilaterais. Estes fatores levam o Paquistão a ter uma atitude mais agressiva em relação à Índia. Islamabad evita a cooperação em matéria económica para não se tornar dependente de um país que detém maiores capacidades relativas<sup>128</sup>. Um dos exemplos que permite sustentar este argumento é a divergência nas relações bilaterais Índia-Paquistão e Índia-China<sup>129</sup> que se deve ao facto de as diferenças de capacidades entre Nova Deli e Pequim serem menores que no caso de Nova Deli e Islamabad. Deste modo, apesar de existirem divergências de capacidades entre a Índia e a China, as mesmas não são suficientes para constituírem um entrave à cooperação em matéria económica. O mesmo não acontece no caso de Nova Deli e Islamabad em que as diferenças de capacidades entre os dois países são superiores e constituem um obstáculo à cooperação.

---

<sup>127</sup> Ver os indicadores apresentados na Figura 1.

<sup>128</sup> A China apresenta para o Paquistão uma alternativa à cooperação com a Índia.

<sup>129</sup> Conforme referido nos capítulos anteriores, a Índia e a China já travaram um conflito armado em 1962 e possuem fronteiras que ainda não foram delimitadas. Contudo, os dois Estados conseguiram ultrapassar as suas diferenças, dando primazia aos assuntos económicos. A cooperação sino-indiana contribui para o ganho mútuo, criando uma relação *win-win*.



#### **IV.O POSICIONAMENTO E A INTERAÇÃO DA ÍNDIA E DO PAQUISTÃO NO QUADRO SUB-REGIONAL, REGIONAL E GLOBAL**

O presente capítulo aborda a política externa da Índia e do Paquistão em três níveis: sub-regional, regional e internacional. Serão analisados os impactos das relações de conflitualidade Índia-Paquistão nas três dimensões, e de que modo as mesmas condicionam a integração dos Estados a nível do subcontinente, nomeadamente no quadro do seu principal fórum sub-regional - a SAARC. O objetivo, aqui presente, passa pela demonstração das repercussões que o conflito indo-paquistanês tem na estabilidade do subcontinente, bem como os seus efeitos desestabilizadores a nível regional, embora em menor grau. A sub-região, como um todo, passa por um jogo de influências, tanto a nível bilateral como multilateral.

No âmbito da política externa indiana *vis-à-vis*, os Estados da Ásia do Sul serão objeto de estudo as continuidades e descontinuidades registadas. As mesmas serão medidas através da observação das novas estratégias empreendidas por Nova Deli para a promoção da cooperação por intermédio de organizações já existentes, tais como a SAARC e a BIMSTEC, bem como através de cooperação no quadro de novos subgrupos, como o BBIN. Irei debruçar-me, também, sobre os seus efeitos, tanto a curto como a longo prazo. Em seguida, será examinado o papel do atual Primeiro-Ministro indiano na integração sub-regional e a importância que este processo ocupa na sua agenda política. Por último, pretende-se efetuar uma análise das alianças da Índia e do Paquistão a nível regional e internacional, identificar quais foram as mudanças que ocorreram, e a que fatores é que as mesmas se devem.

##### **1.O projeto de integração na Ásia do Sul**

A Ásia do Sul é composta por oito países: o Afeganistão, o Bangladesh, o Butão, a Índia, as Maldivas, o Nepal, o Paquistão e o Sri Lanka. Esta é uma das zonas mais dinâmicas do globo, apresentando o maior crescimento económico a nível mundial. Segundo os dados do Banco Mundial, a Ásia do Sul registou um crescimento de 6,8% em 2014, de 7% em 2015, e um crescimento aproximado de 7,1% em 2016, sendo previsto um aumento em 0,1% em 2017 (Banco Mundial, 2016c). No âmbito da sub-região, a Índia é o país que possui a economia mais vigorosa, tendo apresentado em 2015 um



crescimento do PIB de 7,6%. A Ásia do Sul é um caso *sui generis*, uma vez que é simultaneamente a sub-região mais dinâmica e a menos integrada do mundo, onde o comércio intrarregional constitui menos de 5% do comércio total<sup>130</sup> (Banco Mundial, 2016d). Estes dados demonstram que a Ásia do Sul é uma das sub-regiões com menor cooperação a nível mundial<sup>131</sup>, posicionando-se atrás da Ásia Oriental, onde o comércio intrarregional constitui 35% e a Europa, onde as trocas comerciais entre os Estados-membros atingem os 60% do comércio total (*Ibidem*).

Com o objetivo de promover a cooperação sub-regional, foi lançada em 1985 a SAARC<sup>132</sup>. Apesar de uma redução gradual das tarifas no comércio intrarregional por intermédio do Acordo Preferencial de Comércio da SAARC (SAPTA, na sigla inglesa)<sup>133</sup>, e posteriormente através da SAFTA<sup>134</sup>, não houve repercussões no investimento nem nas trocas comerciais dos países da sub-região, que se mantém no valor baixo de 5% (Banco Mundial, 2016b). É importante referir que o Paquistão se recusou a aplicar as disposições da SAFTA no comércio com a Índia, o que torna o acordo de livre comércio pouco significativo, uma vez que não engloba o comércio entre as duas maiores economias do subcontinente (Dubey, 2007, p. 1238). Para Estados como o Nepal, o Butão

---

<sup>130</sup> Ao medir a integração intrarregional através do comércio de bens, capitais e ideias, critérios definidos pelo Banco Mundial, constatamos que a Ásia do Sul é uma das regiões menos integradas do mundo. O fluxo de ideias é medido pela circulação de pessoas, o número de chamadas telefónicas, a compra de tecnologia e o pagamento de direitos autorais. Na Ásia do Sul apenas 7 % das chamadas são intrarregionais, um número muito reduzido comparado com os 71% registados na Ásia Oriental (Banco Mundial, 2006, p. 1).

<sup>131</sup> As principais causas do fraco nível de integração, conforme mencionado nos capítulos anteriores, são: a partição do subcontinente, que levou à separação de espaços que formaram uma unidade coerente durante milénios; o enfoque económico para o plano interno, que ocorreu na Índia e nos países vizinhos, durante a segunda metade do século XX, facto que reforçou a divisão política da sub-região; e, por último, a perpetuação do conflito indo-paquistânês por sete décadas, fator que inviabiliza o processo de integração no quadro do principal fórum sub-regional, a SAARC (Mohan, 2016c).

<sup>132</sup> A SAARC foi estabelecida através da assinatura da Carta da SAARC a 8 de dezembro de 1985, em Daca. Atualmente a SAARC é composta por oito Estados-membros: o Bangladesh, o Butão, a Índia, as Maldivas, o Nepal, o Paquistão e o Sri Lanka, que são membros fundadores, e o Afeganistão, que foi admitido como Estado-membro em 2007, no quadro da 14ª Cimeira da SAARC. A finalidade da organização, de acordo com o artigo I da Carta da SAARC, consiste em: a) promover o bem-estar dos povos da Ásia do Sul e melhorar a sua qualidade de vida; b) acelerar o crescimento económico, o progresso social e o desenvolvimento cultural na região e proporcionar a todos os indivíduos a oportunidade de viver com dignidade e realizar todo o seu potencial; c) promover e fortalecer a autoconfiança coletiva entre os países da Ásia do Sul; d) contribuir para a confiança mútua, compreensão e apreciação dos problemas uns dos outros; e) promover a colaboração ativa e a assistência mútua no domínio económico, social, cultural, técnico e científico; f) reforçar a cooperação com outros países em desenvolvimento; g) fortalecer a cooperação em matéria de assuntos comuns, no quadro dos fóruns internacionais; e, h) cooperar com organizações internacionais e regionais com objetivos e propósitos semelhantes (SAARC, 1985).

<sup>133</sup> O Acordo Preferencial de Comércio da SAARC foi assinado em 1993, em Daca.

<sup>134</sup> O Acordo sobre a Área de Livre Comércio da Ásia do Sul foi assinado a 6 de janeiro de 2004 e entrou em vigor a 1 de janeiro de 2006.

e o Afeganistão, que são países sem costa marítima, bem como para a região nordeste da Índia<sup>135</sup>, que está separada do resto do território indiano, e o próprio Bangladesh, que se encontra rodeado pela Índia, a cooperação no quadro da SAARC é importante para as suas economias, nomeadamente para a exportação de produtos. No caso de Paquistão, foram outros os motivos que levaram o país a aderir à organização, nomeadamente o fortalecimento das relações com os países mais pequenos, com os quais não partilha fronteiras, e, caso seja necessário, o fórum poderia servir como um meio para diminuir a influência da Índia na sub-região (Pattanaik, 2004, p. 428). Se por um lado os países do subcontinente fizeram progressos significativos na integração na economia global, os avanços no plano sub-regional são limitados. Um dos maiores indicadores deste facto é a liderança dos mercados da América do Norte e da União Europeia como os principais destinos para as exportações sul-asiáticas, em detrimento do mercado sub-regional (Cohen, 2013, p. 19).

A Ásia do Sul tem potencial económico, mas o mesmo continua a ser desaproveitado pelos países da sub-região. Os exemplos disso são os elevados níveis de comércio informal e ilegal, que indicam que as economias desses países são complementares (*Ibidem*). Estima-se que o valor dos bens contrabandeados da Índia para o Paquistão pode variar entre 200 milhões USD e 10 mil milhões USD, contudo não existem dados exatos<sup>136</sup> (*Ibidem*). Devido às barreiras tarifárias e não tarifárias existentes entre a Índia e o Paquistão, torna-se 20% mais barato para a Índia fazer comércio com o Brasil do que com o país vizinho (Banco Mundial, 2016d). Segundo o Banco Mundial, existe um grande potencial para o incremento do comércio intrarregional. As exportações do Bangladesh para a Índia podem aumentar até 300%, assim como as trocas comerciais entre a Índia e o Paquistão podem crescer de 3 mil milhões para 20 mil milhões, o que irá beneficiar o desenvolvimento económico dos Estados, bem como da região como um todo (Banco Mundial, 2016d). O aprofundamento da integração e a criação de um mercado sub-regional que permita o fluxo livre de bens, serviços e capitais irá igualmente

---

<sup>135</sup> O Nordeste da Índia está ligado ao resto do território do país apenas através do Corredor Siliguri, conhecido também como o «pescoço de galinha». Todo o comércio terrestre entre os 40 milhões de habitantes do nordeste indiano e o resto do país atravessa este corredor. Este facto deve-se à falta de um Acordo de Livre Comércio entre a Índia e o Bangladesh (Panda, 2013).

<sup>136</sup> A «indústria de contrabando» é forte no Paquistão e o comércio ilegal tem a tendência a proliferar uma vez que os canais formais estão fechados. Os bens indianos entram no mercado paquistanês por intermédio de países terceiros, como os Emirados Árabes Unidos, ou são contrabandeados através da fronteira indo-paquistanesa, nomeadamente nas áreas remotas e menos supervisionadas. Existe um forte apoio ao atual *status quo*, principalmente por parte da polícia e dos funcionários do Governo paquistanês, uma vez que os mesmos têm interesse na perpetuação do mercado negro (Cohen, 2013, p. 38)

contribuir para a sustentação dos níveis de crescimento económico dos Estados da Ásia do Sul (Banco Mundial, 2016c).

A integração sub-regional irá possibilitar aos Estados explorarem as vantagens comparativas e aproveitarem o crescimento dos países vizinhos enquanto motor para o próprio desenvolvimento económico. A proximidade territorial, o passado histórico e os fatores culturais não funcionam como elementos de conexão, mas pelo contrário, como fatores de divisão, uma vez que, conforme referido nos capítulos anteriores, muitas questões ficaram por resolver após a partição do subcontinente. Importa referir que existem diversos entraves ao processo de integração, nomeadamente o número reduzido de produtos que podem ser comercializados através da fronteira terrestre, a falta de infraestruturas, o regime restrito de vistos, a má conectividade e os conflitos transfronteiriços (Banco Mundial, 2016b). Um outro fator negativo é o alto nível de violência, sendo a Ásia do Sul uma das zonas menos pacíficas do mundo, ultrapassada apenas pela região do Médio Oriente e Norte da África. Os países com maior nível de violência são o Afeganistão, o Paquistão e a Índia<sup>137</sup> (IEP, 2016, p. 17). O índice elevado de violência tem um peso significativo no processo de integração uma vez que levanta preocupações com a segurança por parte dos Estados, principalmente a questão do terrorismo (Cohen, 2013, pp. 19-20)

## **1.2. SAARC - uma organização disfuncional**

Em 2016 a SAARC celebrou 31 anos de existência, mas durante este período os progressos atingidos no domínio da cooperação foram muito modestos. Os Estados mais pequenos da organização, que também possuem os maiores interesses na cooperação, atribuem a responsabilidade do baixo nível de integração no quadro da SAARC à conflitualidade indo-paquistanesa (Pattanaik, 2004). Contudo, os assuntos não resolvidos entre outros Estados-membros, como Índia-Bangladesh, Índia-Sri Lanka, Paquistão-Afeganistão, Paquistão-Bangladesh, têm um impacto igualmente negativo no processo de cooperação sub-regional. A rivalidade e a desconfiança que existem entre os Estados-membros afetam o relacionamento entre os mesmos, tanto no quadro bilateral como no

---

<sup>137</sup> Segundo o Índice Global de Paz, o Butão continua a ser o Estado mais pacífico da sub-região e o Afeganistão o mais problemático. Na sequência da retirada da maior parte das forças internacionais do Afeganistão a situação da segurança permaneceu instável. Existe um efeito de contágio do Paquistão pelo Afeganistão, sendo a influência dos talibãs significativa neste país. A Índia, por seu lado, é afetada pelos ataques terroristas e os incidentes transfronteiriços com o Paquistão (IEP, 2016).

plano multilateral. As questões bilaterais influenciam o funcionamento da SAARC, uma vez que as decisões têm de ser tomadas por unanimidade e basta que um Estado discorde de uma decisão para que a mesma não prossiga. Um dos exemplos é o caso do Paquistão, que tenta pressionar a Índia através de organizações multilaterais, como a ONU e a SAARC para a resolução da questão de Caxemira. A rivalidade indo-paquistanesa constitui um entrave ao processo de integração, uma vez que a Índia e o Paquistão são os maiores países da sub-região e a sua relação é central para a cooperação no quadro da Ásia do Sul. Salienta-se também o facto de o Paquistão não ser o único país a constituir um obstáculo à integração do subcontinente. A própria política interna da Índia e o conservadorismo do seu *Establishment* de segurança têm muitas vezes minado o processo de cooperação (Mohan, 2014a). Um dos exemplos é a oposição dos estados de Bengala Ocidental e de Tâmil Nadu, que impediram o aprofundamento da cooperação da Índia com o Bangladesh e o Sri Lanka (*Ibidem*).

Os Estados-membro usam o adiamento das cimeiras como uma ferramenta para pressionar a outra parte na resolução dos diferendos (Pattanaik, 2004, p. 429). Embora o segundo ponto do X artigo da Carta da SAARC estabeleça que as questões bilaterais e contenciosas não devem ser discutidas no quadro da organização, as mesmas acabam por influenciar os seus trabalhos e, conseqüentemente, dificultam o processo de integração. Apesar do artigo III da Carta da SAARC estipular que os Chefes de Estado ou de Governo dos Estados-membros têm de se reunir anualmente, até ao momento atual foram realizadas apenas 18 cimeiras, tendo a última ocorrido em 2014, em Katmandu, Nepal. A 19ª Cimeira da SAARC, cuja realização estava prevista para novembro de 2016, no Paquistão, foi cancelada após o ataque terrorista ao campo do exército indiano em Uri, na região de Caxemira administrada pela Índia.

A não realização de Cimeiras, devido aos conflitos entre os Estados-membros, é um fenómeno recorrente <sup>138</sup>. Os exemplos que confirmam esta dinâmica são: o

---

<sup>138</sup> Até 2016 foram realizadas 18 Cimeiras da SAARC: a 1ª Cimeira em Daca, de 7 a 8 de dezembro de 1985; a 2ª Cimeira em Bangalore, de 16 a 17 de novembro de 1986; a 3ª Cimeira em Katmandu, de 2 a 4 de novembro de 1987; a 4ª Cimeira em Islamabad, de 2 a 31 de dezembro de 1988; a 5ª Cimeira em Malé, de 21 a 23 de novembro de 1990; a 6ª Cimeira em Colombo, a 21 de dezembro de 1991; a 7ª Cimeira em Daca, de 10 a 11 de abril de 1993; a 8ª Cimeira em Nova Deli, de 2 a 4 de maio de 1995; a 9ª Cimeira em Malé, de 12 a 14 de maio de 1997; a 10ª Cimeira em Colombo, de 29 a 31 de julho; a 11ª Cimeira em Katmandu, de 4 a 6 de janeiro de 2002; a 12ª Cimeira em Islamabad, de 2 a 6 de janeiro de 2004; a 13ª Cimeira em Daca, de 12 a 13 de novembro de 2005; a 14ª Cimeira em Nova Deli, de 3 a 4 de abril de 2007; a 15ª Cimeira Colombo, de 1 a 3 de agosto de 2008; 16ª Cimeira em Thimpu, de 28 a 29 de abril de 2010; a 17ª Cimeira em Addu, de 10 a 11 de novembro de 2011; e a 18ª Cimeira em Katmandu, de 26 a 27 de novembro de 2014 (SAARC, 2016a).

cancelamento da Cimeira de 1989 por parte do Sri Lanka, devido à permanência das Forças de Manutenção da Paz indianas em seu território; o cancelamento da Cimeira de Dacca de 1992, devido às ameaças ao Primeiro-Ministro indiano, Narasimha Rao, pelos fundamentalistas muçulmanos, na sequência da demolição da mesquita Babri Masjid. A suspensão da Cimeira da SAARC de 1999, por causa do golpe militar que ocorreu no Paquistão, é um outro exemplo que confirma este fenómeno (*Ibidem*, pp. 429-430). Apesar da Carta da organização defender a não ingerência nos assuntos internos de outros Estados-membros da SAARC, a cimeira foi adiada devido aos desenvolvimentos políticos no Paquistão. Por causa da existência desta prática, muitas vezes os assuntos económicos acabam por ser reféns das questões políticas que são levadas pelos Estados-membros para o seio da organização.

## **2. A evolução do *modus operandi* da Índia em relação aos Estados da Ásia do Sul**

Existe uma evolução na política externa de Nova Deli em relação aos países vizinhos, que deixou de assentar numa estratégia maioritariamente de uso de *hard power* e passou a englobar elementos de *soft power*. O emprego do *hard power* na sua política externa é evidente através das intervenções militares na crise do Paquistão Oriental (1971) e nas Maldivas (1988), a interferência no conflito étnico no Sri Lanka (1987-1990)<sup>139</sup>, bem como o embargo económico imposto ao Nepal (1989-1990). A mudança de política externa ocorreu sob a liderança do Janata (Peoples) Party (1977-1980), o primeiro Governo indiano não chefiado pelo Partido do Congresso<sup>140</sup>. O então Ministro dos Negócios Estrangeiros, Atal Bihari Vajpayee, tentou desconstruir a perceção de que as políticas regionais eram hegemónicas, uma ideia estabelecida no decurso das ações empreendidas pelo Governo de Indira Gandhi (Mohan, 2015a, p. 28). Foi Inder Kumar

---

<sup>139</sup> A Índia estabeleceu em 1987 um acordo com o Governo do Sri Lanka para enviar tropas para a manutenção da paz. Contudo, em 1990 Nova Deli foi forçada, pelo Presidente do Sri Lanka, Ranasinghe Premadasa, a retirar as suas forças armadas do território do país.

<sup>140</sup> Indira Gandhi, filha do primeiro Primeiro-Ministro da Índia, Jawaharlal Nehru, declarou estado de emergência a 26 de junho de 1975, suspendendo as liberdades civis e a Constituição. Esta medida foi empreendida para evitar a resignação ao seu cargo de Primeira-Ministra, uma vez que estava a ser julgada no tribunal. O fim do estado de emergência e novas eleições foram anunciados em janeiro de 1977. Os partidos de oposição reagruparam-se e apresentaram uma candidatura conjunta. O partido Janta (Peoples) Party, que foi criado pela oposição, venceu as eleições (Guha, 2008, pp. 522-547). Este evento constituiu um marco histórico importante para a democracia indiana, uma vez que foi o primeiro governo indiano de um partido de oposição a chefiar o país, uma etapa importante para o multipartidarismo. Este episódio também demonstrou a resiliência da democracia indiana, que escrutina os seus líderes e não tolera os abusos de poder. Após o breve governo do Janta (Peoples) Party (1977-1980), Indira Gandhi voltou a ganhar as eleições de 1980 e o partido do Congresso regressou ao poder.

Gujral, que também não pertencia ao Partido do Congresso, que introduziu o conceito de regionalismo na política externa indiana (*Ibidem*). A Doutrina Gujral priorizou as relações com os países vizinhos através da adoção do conceito de não-reciprocidade, com concessões concedidas no âmbito político e económico aos Estados vizinhos. Por seu lado, as bases para o regionalismo económico foram estabelecidas pelo Primeiro-Ministro Narasimha Rao e o seu Ministro das Finanças, Manmohan Singh, no início dos anos 90 (*Ibidem*, p. 29).

Existe de facto uma mudança na forma como a Índia perceciona e interage com os países vizinhos. Durante a liderança de Indira Gandhi e do seu filho, Rajiv Gandhi, a Ásia do Sul era entendida como parte da segurança nacional da Índia, o que levou à intervenção militar por parte de Nova Deli nos Estados vizinhos (Wagner, 2016, p. 309). Atualmente, esta zona é percecionada como parte do seu desenvolvimento económico (*Ibidem*). Durante o seu mandato como Primeiro-Ministro, Manmohan Singh priorizou as relações económicas, tornando-as num elemento fundamental da política externa indiana (*Ibidem*).

Durante a Guerra Fria, a Índia esteve concentrada na arena internacional, colocando em segundo plano a relação com os países vizinhos. Houve um empenho significativo em reforçar a cooperação regional, pelos líderes políticos indianos, no período pós-Guerra Fria. Todos os governos, independentemente das suas orientações políticas, prosseguiram com o processo de cooperação, dando continuidade à Doutrina Gujral. Atal Bihari Vajpayee, durante o seu mandato como Primeiro-Ministro, procurou a paz com o Paquistão e a resolução das questões fronteiriças com a China, sublinhando que a Índia pode escolher os seus amigos, mas não os seus vizinhos (Mohan, 2015a, p. 29). Manmohan Singh, apesar dos esforços significativos em resolver as disputas de fronteira com o Bangladesh e negociar a questão de Caxemira com o Paquistão, não teve o apoio político necessário para que as suas iniciativas fossem implementadas. No seu discurso, no âmbito da reunião anual de Embaixadores indianos, em 2013, Manmohan Singh identificou cinco princípios que definem a política externa indiana, sendo um deles a cooperação a nível sub-regional: «[...] reconhecemos que o destino compartilhado do

subcontinente indiano requer maior cooperação regional e conectividade»<sup>141</sup> (Primeiro-Ministro Manmohan Singh, 2013).

A Índia possui a maior área geográfica, economia e população do subcontinente, bem como faz fronteira com quase todos os Estados da sub-região, exceto com o Afeganistão. Contudo, estes fatores não tornam o país o líder aceite da Ásia do Sul (Kugiel, 2012, p. 352). A relação entre a Índia e os restantes Estados pode ser descrita como uma relação de poder assimétrico, devido às diferenças em termos económicos, militares, territoriais e populacionais. A ambição de desempenhar um papel de líder sub-regional pela Índia foi rejeitada não apenas pelo Paquistão, bem como pelos seus vizinhos mais pequenos (*Ibidem*). Este facto prende-se com o emprego do *hard power* no relacionamento de Nova Deli com estes países em períodos anteriores. Para a aceitação da liderança de Nova Deli na região é necessário construir uma relação de confiança, que não passa pelo emprego da força, mas pela cooperação e diálogo, o que irá permitir ao país construir uma imagem de líder legítimo e aceite pelos restantes países. Neste sentido, teve lugar uma mudança no *modus operandi* da Índia *vis-à-vis* os Estados vizinhos, nomeadamente no período pós-Guerra Fria. Nova Deli está a tentar construir uma imagem positiva, que passa pelo emprego de *soft power* no relacionamento com os países vizinhos, nomeadamente através do exercício de uma política externa benigna, da promoção da interdependência económica, da forte cooperação cultural e da assistência externa (*Ibidem*, p. 363).

A Doutrina Gujral foi a primeira mudança nesse sentido, devido à ênfase dada ao princípio de não-reciprocidade nas suas relações com os países vizinhos, oferecendo concessões unilaterais. A Índia quer exercer um papel de uma «potência benigna», que atende aos medos e às preocupações dos seus parceiros (*Ibidem*, p. 365). Nesse âmbito, Nova Deli conferiu unilateralmente o estatuto de Nação mais Favorecida ao Paquistão, em 1996, assinou o Acordo de Livre comércio com o Sri Lanka, em 1998, bem como concordou em renegociar os tratados bilaterais com o Nepal e o Butão. Conforme referido por Xavier, quaisquer concessões económicas feitas a curto prazo aos vizinhos menores, devem ser entendidas como um investimento lucrativo na interdependência estratégica, que irá aumentar a influência e a *leverage* da Índia na região a longo prazo (Xavier, 2016).

---

<sup>141</sup> Tradução livre da autora do texto original: «[...] we recognize that the Indian sub-continent's shared destiny requires greater regional cooperation and connectivity» (Primeiro-Ministro Manmohan Singh, 2013).

O antigo Secretário dos Negócios Estrangeiros da Índia, Shyam Saran, afirmou que:

O desafio da nossa diplomacia está em convencer os nossos vizinhos que a Índia é uma oportunidade, não uma ameaça, que longe de serem cercados pela Índia, eles têm um vasto e produtivo país interior, que possibilitaria às suas economias maiores oportunidades para crescimento do que se dependessem apenas dos seus mercados nacionais<sup>142</sup> (Secretário dos Negócios Estrangeiros Shyam Saran, 2005).

A Índia emprega o *soft power* em outros domínios, como o Programa Técnico de Cooperação, cujos principais destinatários, no ano fiscal 2015-2016, foram os países da sub-região, nomeadamente o Butão, o Bangladesh, o Afeganistão, o Sri Lanka, o Nepal e as Maldivas (Ministério das Relações Externas da Índia, 2016b, p. 261). O Programa de Cooperação Técnica e Económica da Índia preparou muitos quadros técnicos da Ásia do Sul, o que permitiu ao país expandir a sua influência política na região (Wagner, 2016, p. 309). É importante referir que a Índia possui um grande potencial de *soft power*, mas só no período pós-Guerra Fria é que começou a empregá-lo no quadro da sub-região. A mudança de uma perceção de potência hegemónica, que existe no seio dos vizinhos mais pequenos da Índia, para uma imagem de potência benigna, será uma passagem lenta, que irá depender da capacidade do governo indiano em fazer uso destas ferramentas no quadro da sua política externa, promovendo uma visão positiva do país. Neste âmbito, salienta-se que a reconciliação política não pode ser atingida sem a criação de uma interdependência económica na região e que os ganhos económicos devem ser usados como *leverage* para atingir a estabilidade política (Chowdhury, 2014).

### 3.O impacto de Modi no processo de integração

O atual Primeiro-Ministro indiano, Narendra Modi, confere uma especial atenção à aproximação da Índia aos países vizinhos. Narendra Modi convidou para a sua cerimónia de tomada de posse os líderes dos países da Ásia do Sul, o que demonstra a sua vontade política de melhorar as relações de Nova Deli com estes Estados, como também a sua aposta na diplomacia sub-regional. As visitas oficiais efetuadas aos Estados vizinhos representam uma outra ação que confirma o seu compromisso com a cooperação

---

<sup>142</sup> Tradução livre da autora do texto original: «The challenge for our diplomacy lies in convincing our neighbours that India is an opportunity not a threat, that far from being besieged by India, they have a vast, productive hinterland that would give their economies far greater opportunities for growth than if they were to rely on their domestic markets alone» (Secretário dos Negócios Estrangeiros Shyam Saran, 2005).



sub-regiobal. Apesar de se encontrar apenas no meio do seu mandato, o Primeiro-Ministro indiano já visitou todos os Estados do subcontinente, alguns dos quais mais do que uma vez<sup>143</sup>. Ao contrário do seu antecessor, Modi exerce uma diplomacia ativa e vigorosa na sub-região. A sua postura sugere que as visitas bilaterais têm de ser uma questão de rotina e não uma exceção<sup>144</sup> (Mohan, 2015a, p. 44).

Uma das conquistas políticas de Modi foi a ratificação do acordo de fronteira terrestre, com o Bangladesh, negociado pelo seu antecessor, Manmohan Singh<sup>145</sup>. No quadro da 18ª Cimeira da SAARC, o Primeiro-Ministro indiano anunciou algumas medidas unilaterais para o apoio à integração sub-regional, tais como: a facilitação dos vistos de negócios através da introdução do cartão de viagem de negócios da SAARC, que garante o visto para um período de 3 a 5 anos para os empresários dos países da SAARC, e a concessão prioritária de vistos médicos para os pacientes e os acompanhantes dos países da SAARC (Ministério das Relações Externas da Índia, 2016b, pp. xvii-xviii). Para além disso, as instituições da SAARC para o desenvolvimento socioeconómico receberam um contributo cumulativo de 530 milhões USD por parte da Índia (*Ibidem*). Este facto realça a relevância da SAARC para Nova Deli.

No quadro da última Cimeira da SAARC, realizada em Katmandu, de 26 a 27 de novembro de 2014, estava prevista a assinatura de três diplomas, mas apenas foi assinado o acordo no sector de energia. Os restantes dois documentos, apoiados pela Índia e relacionados com a conectividade rodoviária e ferroviária, foram colocados de parte devido à oposição do Paquistão. Apesar de Islamabad citar como causa de não ratificação um processo de revisão interno dos acordos, a principal razão da relutância de Islamabad em assinar os diplomas é o impasse entre a Índia e o Paquistão (Chowdhury, 2014). Este é mais um exemplo em que a rivalidade indo-paquistanesa tem efeitos a nível sub-

---

<sup>143</sup> O Primeiro-Ministro da Índia, Narendra Modi, realizou as seguintes visitas oficiais aos Estados da sub-região: ao Butão, de 15 a 16 de junho de 2014; ao Nepal, de 3 a 4 de agosto de 2014 e de 25 a 27 de novembro de 2014 (no quadro da 18ª Cimeira da SAARC); ao Sri Lanka, de 13 a 14 de março de 2015; ao Bangladesh, de 6 a 7 de junho de 2015; ao Afeganistão, a 25 de dezembro de 2015 e a 4 de junho de 2016; e ao Paquistão, a 25 de dezembro de 2015 (Ministério das Relações Externas da Índia, 2016a).

<sup>144</sup> Manmohan Singh, de acordo com os dados disponíveis na página do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Índia, durante o seu segundo mandato como Primeiro-Ministro (2009-2014) visitou apenas dois Estados da sub-região: o Bangladesh, a 5 de setembro de 2011, e o Afeganistão, a 11 de maio de 2011 (*Ibidem*).

<sup>145</sup> O Acordo de fronteira terrestre foi assinado em Daca pelo então Primeiro-Ministro, Manmohan Singh, a 11 de setembro de 2011. Uma vez que este documento previa a troca de territórios, a sua implementação precisava de uma emenda constitucional. Singh não conseguiu o apoio do Parlamento para a aprovação da proposta de emenda constitucional durante o seu mandato (Mohan, 2015a, p. 52).

regional, colocando entraves à integração do subcontinente. É importante salientar que Nova Deli, ao contrário dos períodos anteriores, não irá permitir que o processo de integração seja obstruído pelo Paquistão, pois procura, através de outras plataformas, avançar na cooperação com os restantes Estados-membros<sup>146</sup>. A decisão de prosseguir com a assinatura do acordo multilateral de veículos motores por parte de quatro Estados (Bangladesh, Butão, Índia e Nepal) irá impulsionar o processo de integração na parte oriental do subcontinente<sup>147</sup>. Este facto demonstra que a cooperação entre os restantes países da sub-região irá prosseguir, por enquanto, sem a presença do Paquistão<sup>148</sup>. A «SAARC a duas velocidades» foi a solução estratégica encontrada pela Índia para impedir que apenas um único Estado-membro impossibilite o avanço na integração sub-regional<sup>149</sup> (Mohan, 2016b). A ambição e o compromisso de Modi em levar adiante a integração do subcontinente, através da SAARC ou outra organização, são evidentes nas suas declarações: «As ligações vão crescer. Através da SAARC ou fora dela. Entre todos nós ou alguns de nós»<sup>150</sup> (Modi, 2014 *Apud* Chatterjee & Singh, 2015).

Após o ataque ao campo do exército indiano em Uri, a Índia decidiu que não iria participar na 19ª Cimeira da SAARC, cuja realização estava marcada para novembro de 2016, no Paquistão. A posição da Índia recebeu um apoio generalizado no quadro da organização, o Bangladesh, o Afeganistão e o Butão também boicotaram a cimeira, citando a interferência contínua por parte do Paquistão nos seus assuntos internos como

---

<sup>146</sup> O artigo X da Carta da SAARC prevê que as decisões no quadro da organização têm de ser tomadas por unanimidade. Não obstante, a Carta não impede o estabelecimento de acordos bilaterais ou multilaterais entre três ou mais Estados-membros (SAARC, 1985).

<sup>147</sup> A cooperação no domínio dos transportes e do trânsito é uma medida importante para o processo de integração. Apenas quando existir uma circulação dos produtos para outros países é que será possível aproveitar as vantagens da competitividade adquirida através da redução das barreiras tarifárias e não tarifárias. Para este efeito são necessárias instalações para transporte e trânsito de mercadorias. A falta de uma base de infraestruturas é uma barreira física, que muitas vezes apresenta um obstáculo maior que as barreiras tarifárias e não tarifárias (Dubey, 2007, p. 1238).

<sup>148</sup> O Acordo para a regulação do Tráfico de Passageiros, Pessoal e Cargas de Veículos, foi assinado pelos Ministros dos Transportes do Bangladesh, Butão, Índia e Nepal, a 15 de junho de 2015, em Thimpu. A reunião do grupo conjunto de trabalho do BBIN sobre água e energia, e outro sobre trânsito e conectividade foram realizados em Daca, de 19 a 20 de janeiro de 2016 (Ministério das Relações Externas da Índia, 2016b, p. 15).

<sup>149</sup> Conforme referido por Raja Mohan, a nova fórmula encontrada por Nova Deli para o avanço no processo de cooperação, rotulada como «SAARC menos Paquistão» não é precisa, uma vez que a Índia não desistiu da organização nem de Islamabad. Salienta-se que o Paquistão é um Estado soberano e tem a liberdade de escolher os seus parceiros económicos e Nova Deli não pode obrigar o país a cooperar. Segundo o autor, a alternativa encontrada pela Índia foi a criação de uma «SAARC a duas velocidades» (Mohan, 2016).

<sup>150</sup> Tradução livre da autora da frase: «The bonds will grow. Through SAARC or outside it. Among us all or some of us» (Modi, 2014 *Apud* Chatterjee & Singh, 2015).

a principal causa do protesto<sup>151</sup> (Pillalamarri, 2016). O Nepal, as Maldivas e o Sri Lanka também fizeram declarações públicas em que demonstraram o seu apoio à Índia através da condenação dos ataques terroristas (Xavier, 2016). O apoio que a Índia conseguiu angariar deve-se ao ambiente favorável criado pelos governos pró-Índia, atualmente no poder nos países vizinhos. Tanto os líderes políticos do Bangladesh<sup>152</sup> (o partido Awami League, chefiado pelo Primeiro-Ministro Sheikh Hasina) como os do Sri Lanka<sup>153</sup> (o Presidente Maithripala Sirisena) – países como os quais Nova Deli tem relações complexas – estão a favor da Índia assumir um papel de maior relevância, que implique maiores responsabilidades no subcontinente.

A solidariedade dos Estados da Ásia do Sul com a Índia representou um fenómeno inédito, contudo a sua duração irá depender da permanência dos atuais líderes políticos no poder nos Estados vizinhos. A Índia tem de tirar partido desta «janela de oportunidade» para fazer avanços no processo de integração sub-regional. A cooperação económica entre a Índia e os restantes países da Ásia do Sul é importante para o desenvolvimento estável e pacífico da região e para a segurança do próprio país. Nova Deli obteve uma vitória diplomática ao isolar o Paquistão, mas este facto não implica que Islamabad venha a mudar a sua postura, nomeadamente no que diz respeito ao uso da violência informal na sua relação com a Índia (Panda, 2016b). Deste modo, o boicote da Índia e dos restantes países da SAARC terá um impacto limitado e não irá afetar o *modus operandi* do *Establishment* militar paquistanês, isto é, de fomentar o terrorismo como parte da estratégia de «sangramento da Índia por mil cortes» (Ganguly, 2010 *Apud* Shankar & Paul, 2016, p.7). Importa referir que a Índia, na sua resposta aos ataques terroristas, agiu de forma responsável, optando pelos meios diplomáticos para lidar com

---

<sup>151</sup> O Afeganistão, o Bangladesh, o Butão e a Índia informaram a Presidência da SAARC, que era exercida pelo Nepal, sobre a sua incapacidade de participar da 19ª Cimeira da SAARC, prevista para 9 e 10 de novembro de 2016, em Islamabad. Os Estados afirmaram que o ambiente regional não era propício ao êxito da cimeira (Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Democrática Federal do Nepal, 2016).

<sup>152</sup> A *Awami League* mantém as memórias da intervenção e do apoio conferido pela Índia na guerra civil, o que contribui para uma atitude favorável do partido em relação à Índia. O mesmo não acontece com o *Bangladesh Nationalist Party*, que tem a sua base de apoio nas plataformas islâmicas e possui uma relação hostil com a Índia (Miller & Gopalaswamy, 2016). As eleições no Bangladesh ocorreram a 5 de janeiro de 2014 e foram ganhas pelo partido *Awami League*.

<sup>153</sup> As relações entre a Índia e o Sri Lanka também são complexas, existe o problema da minoria tâmil e aquilo que é entendido por Colombo como uma interferência por parte da Índia nos seus assuntos internos, especialmente pelo estado de Tâmil Nadu. A substituição de Mahinda Rajapaksa – que pode ser caracterizado como um Presidente cingalês nacionalista - por Maithripala Sirisena, um Chefe de Estado mais moderado, contribuiu para o melhoramento das relações com a Índia. Com a vitória do Maithripala Sirisena, nas eleições presidenciais de 8 de janeiro de 2015, foi posto o fim a uma década de governo de Mahinda Rajapaksa.

o seu vizinho nuclear. Este episódio demonstrou mais uma vez a limitação do uso de *hard power* nas relações entre a Índia e o Paquistão.

Uma outra estratégia, que é complementar à SAARC, é a integração da região da Baía de Bengala, principalmente após mais um revés com o cancelamento da 19ª Cimeira da SAARC<sup>154</sup>. Atualmente existe um alinhamento de interesses dos países da região em avançar com o processo de cooperação na Baía de Bengala, nomeadamente o entusiasmo neste projeto demonstrado pelo Primeiro-Ministro do Sri Lanka, Ranil Wickremesinghe, e a importância que a conexão da Ásia do Sul com o Sudoeste Asiático apresenta para Narendra Modi<sup>155</sup> (Mohan, 2016a). A BIMSTEC<sup>156</sup> esteve muito tempo colocada de parte, mas está a ganhar destaque na estratégia de Narendra Modi. Caso a cooperação entre o Bangladesh, o Butão, a Índia e o Nepal tenha êxito, poderá apresentar um motor para impulsionar a cooperação no âmbito da BIMSTEC<sup>157</sup> (*Ibidem*).

A Índia tem de consolidar a sua posição a nível sub-regional para poder prosseguir para o plano internacional. Apesar de Nova Deli ter conseguido uma vitória estratégica a curto prazo, com o isolamento do Paquistão no quadro sub-regional, o país tem de encontrar um plano a longo prazo para a resolução do conflito com este vizinho. Caso contrário, Nova Deli estará sujeita à boa vontade dos outros Estados para isolar o Paquistão, o que nem sempre poderá ser garantido.

A Ásia do Sul continua a ser um palco de disputa de influência entre os dois maiores países da sub-região, a Índia e o Paquistão, mas no momento atual o Islamabad está a perder terreno e a ficar cada vez mais isolado. A SAARC, apesar de não permitir o debate dos assuntos bilaterais no âmbito do fórum, funciona como uma importante plataforma informal para a discussão das questões contenciosas entre a Índia e o Paquistão, uma vez que as cimeiras entre os dois Estados, para abordar estes assuntos, são escassas (Pattanaik, 2004, p. 434). É por este motivo que a Índia deve prosseguir uma estratégia pragmática, promovendo a cooperação através de outras plataformas, mas ao

---

<sup>154</sup> Salienta-se que tanto a Índia como o Paquistão tentam salvaguardar os seus interesses no quadro das organizações das quais fazem parte. Enquanto o Paquistão impediu que a Índia aderisse à Organização para a Cooperação Islâmica, Nova Deli empenhou-se em manter o Paquistão fora dos grupos que patrocina, sendo a BIMSTEC um deles.

<sup>155</sup> A ideia de criação da SAARC foi promovida pela primeira vez pelo Bangladesh nos anos 80.

<sup>156</sup> A BIMSTEC foi criada em 1997, através da Declaração de Banguecoque. A organização é formada por sete Estados-membros, cinco países da Ásia do Sul - Bangladesh, Butão, Índia, Nepal e Sri Lanka, e dois países do Sudoeste Asiático - Myanmar e Tailândia.

<sup>157</sup> É de referir que os Estados-membros da BIMSTEC detêm em conjunto uma população de 1,5 mil milhões, que representa cerca de 22% da população global e um PIB de 2,7 triliões USD, existindo um grande potencial para a cooperação (BIMSTEC, 2016).

mesmo tempo não colocar de parte a SAARC, um fórum relevante para a cooperação e o diálogo com Islamabad.

#### **4.O triângulo estratégico China – Índia – Paquistão**

Existe uma disputa entre a Índia e a China pelo poder regional. No quadro da Ásia do Sul, tanto Pequim como Nova Deli procuram ganhar influência política e económica. A estratégia da Índia, passa por uma abordagem bilateral e multilateral, enquanto a China tem privilegiado uma estratégia bilateral no relacionamento com os países da Ásia do Sul. Os interesses de segurança da China na região estão dominados pelos seus desafios internos, nomeadamente as províncias de Xinjiang e do Tibete (Wagner, 2016, p. 310). A *Belt and Road Initiative*, que prevê a criação de corredores terrestres que passam pelo território do Paquistão e do Bangladesh, irá aumentar a importância da sub-região no quadro da política externa chinesa. De facto, a Índia não consegue competir com a China no âmbito regional, mas o país tem a possibilidade de permanecer a potência sub-regional, através de uma forte aposta na promoção da cooperação e integração, restaurando assim a conectividade do subcontinente (Mohan, 2015a, pp. 29-30).

A China desempenha um papel relevante na relação bilateral Índia-Paquistão, e tem ganho cada vez mais importância na Ásia do Sul, que é considerada por Nova Deli a sua zona natural de influência (Wagner, 2016, p. 309). Pequim é o principal aliado do Paquistão e a sua relação é descrita como «[...] uma parceria de cooperação sob quaisquer condições»<sup>158</sup> (Embaixada da República Islâmica do Paquistão na República Popular da China, 2016). A cooperação económica entre os dois Estados é significativa. A China e o Paquistão assinaram o Acordo de Livre Comércio em novembro de 2006<sup>159</sup>. Atualmente, Pequim é o principal parceiro económico de Islamabad, bem como o maior investidor nos projetos de infraestrutura no setor energético. Um dos maiores projetos é a construção do Corredor Económico China-Paquistão que irá conectar o Porto de Gwadar à região autónoma de Xinjiang Uygur, e que já está em curso. As fortes relações bilaterais entre os dois governos constituem para o Paquistão uma alternativa à cooperação com a Índia.

---

<sup>158</sup> Tradução livre da autora da expressão original: « [...] all weather strategic cooperative partnership» (Embaixada da República Islâmica do Paquistão na República Popular da China, 2016).

<sup>159</sup> O Acordo de Livre Comércio entre a China e o Paquistão entrou em vigor em 2007.

Pequim construiu relações de amizade com os vizinhos da Índia, de forma a que os seus produtos possam ter acesso a estes mercados, portos e ao Oceano Índico, no quadro da *Belt and Road Initiative*. Tradicionalmente, a Índia era o maior parceiro comercial dos seus países vizinhos, mas ultimamente as relações comerciais da China, principalmente as exportações para o Bangladesh, o Paquistão, o Sri Lanka e o Nepal, têm crescido rapidamente (Wagner, 2016, p. 315). Existe, deste modo, uma penetração da China nos mercados dos países que se encontram no território que é considerado pela Índia como a sua esfera de influência.

No âmbito da SAARC, o Paquistão está a exercer pressão para elevar o estatuto da China de Estado observador para parceiro de diálogo ou até membro permanente<sup>160</sup> (Chowdhury, 2014). No quadro da 18ª Cimeira da SAARC, outros países como o Sri Lanka e o Nepal apoiaram a ideia. A Índia afirmou que a cooperação económica entre os atuais Estados-membro tem de ser fortalecida antes de abrir a possibilidade de alargamento a novos Estados (*Ibidem*). A elevação da China a membro permanente da organização irá desvirtuar os propósitos da SAARC, bem como dificultar ainda mais o funcionamento de uma organização já disfuncional (Pillalamarri, 2014). Uma solução, que contorna o dilema da China, poderia passar por intensificar os esforços para a criação de um Banco de Desenvolvimento da SAARC. Esta solução poderia financiar projetos de infraestruturas e ajudar a captar investimento estrangeiro (Chowdhury, 2014).

Se por um lado há uma expansão dos interesses da China na Ásia do Sul, regista-se também o interesse da Índia na Ásia Oriental. As relações sino-indianas são complexas. No quadro da Ásia do Sul, o apoio conferido pela China ao Paquistão permite alimentar o conflito indo-paquistanês, embora de forma indireta. Por seu lado, a Índia tenta contrabalançar a influência da China a nível regional através da cooperação com outros Estados, como os EUA e o Japão. No plano internacional, a China não apoia a pretensão da Índia à cadeira de membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, nem a sua adesão ao Grupo de Fornecedores Nucleares (Mohan, 2017b).

---

<sup>160</sup> Atualmente a SAARC tem nove Estados observadores: a Austrália, a China, a Coréia do Sul, os EUA, o Irão, as Maurícias, o Myanmar, o Japão e a UE (SAARC, 2016b).

## 5.A mudança da balança de poder no quadro internacional e o seu impacto a nível regional

A Índia e os EUA tiveram uma relação complexa durante a Guerra Fria. Apesar da sua política de não-alinhamento, a Índia era um Estado democrático que podia ser um potencial parceiro de Washington. A sua importância estratégica devia-se, em grande parte, à ameaça da China comunista. Os EUA deram um maior apoio económico a Nova Deli após a deterioração das relações Washington-Pequim. Durante a guerra sino-indiana de 1962, os EUA apoiaram publicamente Nova Deli, tal como a URSS. Apesar da cooperação ocasional entre Nova Deli e Washington, a Índia não estava disposta a tornar-se um aliado na luta dos EUA contra o comunismo (Kapur, 2010, p. 257). No decorrer da aproximação entre Washington e Pequim<sup>161</sup>, bem como o apoio conferido pelos EUA ao Paquistão, a Índia e a URSS assinaram, a 9 de agosto de 1971, o Tratado de Amizade e Cooperação, em que ambas as partes prometeram fornecer auxílio em caso de uma ameaça militar. Deste modo, conforme mencionado no capítulo dois, apesar de ser a «maior democracia» do mundo, a Índia acabou por se «aliar» aos soviéticos no que diz respeito à maior parte das questões globais (Mohan, 2006).

Apenas após a queda do bloco soviético ocorreram alterações nas relações entre Nova Deli e Washington. Conforme referido por Kapur, foram verificadas mudanças a três níveis: estrutural, doméstico e pessoal (Kapur, 2010). A nível estrutural a Índia perdeu o seu principal «aliado», o que levou o país a reconsiderar as suas opções estratégicas. Para além das medidas tomadas para a melhoria das relações com Pequim, houve uma aproximação com os EUA, que nos cálculos de Nova Deli podia ajudar a contrabalançar a China (*Ibidem*). Na ausência de uma ameaça comunista os EUA também mudaram a sua posição, abrindo espaço para o diálogo com a Índia. No quadro doméstico, a crise financeira aguda, registada em 1991, levou ao abandono do modelo socialista por parte de Nova Deli e contribuiu também para a reaproximação das duas democracias. No

---

<sup>161</sup> É importante referir que a relação entre os EUA e a China, nos anos 90, passou por duas grandes etapas, nomeadamente de uma de contenção e isolamento, nos anos 50, para uma de reaproximação, nos anos 70. Em 1943 Roosevelt insistiu que a China fizesse parte dos cinco países do Conselho de Segurança da ONU, elevando o estatuto deste país à principal potência regional, anteriormente detido pelo Japão (Yahuda, 2011, p. 87). Com a vitória do Partido Comunista da China na guerra civil, em outubro de 1949, e a assinatura, em fevereiro de 1950, do Tratado de Aliança entre Mao Tsé-Tung e Estaline, foi estabelecida uma política de isolamento e contenção de Pequim por parte de Washington. A rutura que ocorreu nas relações entre a União Soviética e a China no início dos anos 60, bem como o conflito fronteiriço sino-soviético de 1969, chamaram a atenção dos EUA para a importância estratégica da China (*Ibidem*, p. 105). A visita de Henry Kissinger a Pequim, em julho de 1971, organizada pelo Paquistão, e do Presidente Nixon, em fevereiro de 1972, marcaram o início da «normalização» nas relações entre os EUA e a China.

plano pessoal, o papel dos líderes políticos foi importante, nomeadamente a gestão da crise de Kargil (1999) por Bill Clinton<sup>162</sup> (*Ibidem*).

Apesar das melhorias registadas, as relações Nova Deli-Washington não foram lineares, ou seja, isentas de tensões. No período pós-Guerra Fria surgiram outros desafios, nomeadamente os testes nucleares de 1998, que causaram uma resposta negativa por parte dos EUA e dos seus aliados, levando à imposição de uma série de sanções contra a Índia e o Paquistão. Contudo, à medida que ocorreu uma mudança na distribuição do poder no palco internacional, com a ascensão da China, houve uma reaproximação gradual entre as duas democracias. Primeiramente com a visita de Bill Clinton, em 2000, e posteriormente no mandato do George W. Bush. O reconhecimento da emergência da Índia pelo Washington foi relacionado com a identificação da China como o «competidor estratégico» dos EUA (Gaspar, 2008, p. 126). A convergência entre a Índia e os EUA foi cimentada pela celebração dos acordos bilaterais, entre os quais o acordo de defesa e o acordo de cooperação nuclear civil de 2005. Os EUA também apoiam a candidatura da Índia ao estatuto de membro permanente do Conselho de Segurança da ONU.

Salienta-se que a Índia do século XXI possui um jogo estratégico sofisticado, efetuando coligações limitadas em detrimento de alianças permanentes com qualquer grande potência (Paul, 2014). A relação Índia-EUA é caracterizada como uma cooperação limitada, cujo fim é o *soft balancing*,<sup>163</sup> sendo que poderá passar para *hard balancing* se a China assumir uma postura que possa constituir uma ameaça para a região da Ásia Pacífico. Apesar das relações comerciais que existem entre os dois Estados, a Índia, no plano interno, é *hard balancing vis-à-vis* China, devido à importação de armas, posse de mísseis e armas nucleares, e a construção de infraestruturas nas áreas fronteiriças (*Ibidem*). A ascensão da China começou a despertar preocupações no sistema

---

<sup>162</sup> Na guerra de Kargil de 1999, o Primeiro-Ministro do Paquistão, Nawaz Sharif, viajou para os EUA para solicitar o apoio de Washington. Bill Clinton recusou cooperar com Islamabad até as forças paquistanesas não recuassem para o seu lado da Linha de Controlo. Durante este período, os EUA mantiveram a Índia informada sobre o desenrolar das negociações. Este momento demonstrou que Washington não apoiava incondicionalmente Islamabad e que no momento apropriado estaria ao lado de Nova Deli (Kapur, 2010, p. 263).

<sup>163</sup> De acordo com Paul. T.V. «*Soft Balancing* é uma estratégia que usa instituições, alianças limitadas ou ententes, e instrumentos económicos para restringir o poder de um país que apresenta uma ameaça. As estratégias tradicionais de *hard balcing* envolviam alianças militares ativas e formais e/ou o aumento de armamento para compelir ou contrabalançar o poder ou o comportamento ameaçador de um adversário». Tradução livre da autora do texto original: «Soft balancing is a strategy using institutions, limited alliances or ententes, and economic instruments to constrain the power of a threatening state. Traditional hard-balancing strategies involve active and formal military alliances and/or intense arms buildups to constrain or balance the power or the threatening behavior of an adversary» (Paul, 2014, p. 194).



internacional devido à sua postura mais agressiva, às disputas territoriais sobre as pequenas ilhas no mar da China, bem como os incidentes transfronteiriços, nomeadamente a intrusão nas fronteiras indianas em 2012 e 2013. É importante mencionar que a alteração da balança de poder na arena internacional é um dos fatores que contribuiu para o realinhamento dos interesses dos Estados, tendo levado à reaproximação entre Washington e Nova Deli (*Ibidem*, p. 173).

Ao contrário da Índia, o Paquistão apoiou os objetivos da grande estratégia americana e participou nas alianças militares anticomunistas, a Organização do Tratado do Sudeste Asiático e a Organização do Tratado Central (Kapur, 2010, p. 258). Islamabad também permitiu o uso do seu território por parte dos EUA, como base para sobrevoos para espionar a URSS, e serviu também como um canal vital para o envio de armas americanas para as forças anti-soviéticas no Afeganistão, durante os anos 80 (*Ibidem*). Em troca o Paquistão recebia apoio militar e económico por parte dos EUA. De modo geral, a relação entre os dois Estados no período da Guerra Fria pode ser descrita como uma de forte cooperação<sup>164</sup>. Com o fim da ordem bipolar o Paquistão perdeu a importância que detinha na política externa norte-americana, voltando a ganhar novamente destaque apenas após os ataques terroristas de 11 de setembro.

É importante salientar que com o fim da ordem bipolar e as mudanças sistémicas que este facto acarretou, houve um realinhamento da política externa dos EUA e das suas alianças. Neste cenário, os EUA, que ofereceram apoio ao Paquistão durante a Guerra Fria, estão a cooperar com a Índia, tendo ocorrido, deste modo, uma inversão das alianças.

### **Considerações finais**

Para além do forte apoio interno de Narendra Modi para levar a cabo as políticas de aprofundamento da cooperação e integração sub-regional, existe um ambiente favorável, criado pelo alinhamento dos interesses dos Estados vizinhos, para que as mesmas aconteçam. A política externa da Índia em relação à sub-região é muito pragmática, e Modi apostou na diversificação dos níveis de cooperação. O primeiro é o nível bilateral, que passa pela realização de importantes iniciativas como a construção do

---

<sup>164</sup> A cooperação entre os EUA e o Paquistão foi perdendo importância a partir de 1989, com a saída das tropas soviéticas do Afeganistão. Um dos exemplos que confirma esta tendência é a imposição de sanções pela administração George H. W. Bush, no quadro da Emenda Pressler, em 1990, devido ao facto de não ser possível certificar que o Paquistão não possuía um engenho nuclear (Kapur, 2010, p. 260).

porto de Chabahar, no Irão, que é uma alternativa ao porto de Gwadar e um meio de ligar o Afeganistão ao resto da sub-região, evitando a passagem pelo Paquistão. Outros exemplos são a construção de novas ligações rodoviárias e ferroviárias para conectar o país ao Bangladesh e Nepal, bem como a construção da ponte com o Sri Lanka. No quadro da SAARC, a assinatura do acordo de mobilidade entre apenas quatro países da Ásia do Sul (BBIN) abriu a possibilidade de a Índia cooperar no quadro de subgrupos. O terceiro nível de cooperação é o regional, que advém da integração da Ásia do Sul com a Ásia Oriental através da BIMSTEC.

A luta pela influência no plano sub-regional representa mais uma área de disputa entre a Índia e o Paquistão. Há um impacto do conflito indo-paquistanês a nível da Ásia do Sul, bem como no plano regional, embora em menor grau. Uma das bandeiras da política externa de Narendra Modi é a integração da Ásia do Sul, que passa pelo restabelecimento da conectividade do subcontinente. O empenho constante do Paquistão em travar o processo de cooperação sub-regional levou Modi a optar pela estratégia da «SAARC a duas velocidades», bem como a apostar em organizações alternativas como a BIMSTEC e a cooperação no quadro de subgrupos como o BBIN. A diversificação das opções de integração irá impedir que o Paquistão consiga obstruir o processo de cooperação e integração. Estas medidas, uma vez que não integram o Paquistão, estão a deixar Islamabad isolado no plano sub-regional. Não obstante, é importante que a Índia mantenha os canais de comunicação abertos, principalmente através da SAARC, o principal fórum sub-regional.

Atualmente a Índia é a sétima maior economia global, em termos de PIB (World Economic Forum, 2017), o que torna o país um ator de peso na arena internacional. O crescimento económico indiano traduz-se numa maior importância do país no quadro do sistema internacional. Este facto faz com que os Estados sejam mais cautelosos quando lidam com assuntos que são sensíveis para o governo indiano, nomeadamente a questão de Caxemira. Constata-se que antigamente existia uma maior interferência dos Estados nos seus assuntos internos, mas que este cenário tem vindo a mudar. Deste modo, tal como Taiwan é um assunto sensível para a China, Caxemira é um tema delicado para a Índia.

No contexto da emergência da Índia no sistema internacional, é importante a visão de Modi, que reconhece que a capacidade da Índia para lidar com grandes potências como os EUA e a China só irá melhorar significativamente se, e quando, Nova Deli reconstituir

a unidade geopolítica do subcontinente (Mohan, 2015a, p. 45). As suas capacidades materiais têm de ser apoiadas por uma forte cooperação no plano regional. Da eficiência de Nova Deli em promover a cooperação irá depender a afirmação do país como um líder legítimo da sub-região. Com a diminuição do apoio conferido ao Paquistão por parte dos EUA e outros Estados da sub-região, regista-se uma tendência de isolamento de Islamabad no âmbito internacional.

Sustenta-se que, para que a Índia se possa afirmar como um ator de peso no plano internacional, é fundamental resolver o conflito com o Paquistão, que representa um dos seus maiores desafios. Para o efeito, Nova Deli tem de encontrar com Islamabad um *modus vivendi*, ou uma resolução permanente, para a questão de Caxemira (Paul, 2006, pp. 627-628). Só assim a Índia poderá concentrar-se de modo mais eficaz nos seus objetivos geopolíticos e económicos. Contudo, conforme demonstra o percurso das relações indo-paquistanesas, é pouco provável que no curto prazo seja possível a resolução dos diferendos entre os dois Estados. Apesar de existir a vontade política de certos segmentos da sociedade paquistanesa, como o tecido empresarial, o *Establishment* militar não irá permitir a reaproximação com a Índia. Para impedir que o conflito indo-paquistanês mine o processo de integração sub-regional, uma nova fórmula «SAARC a duas velocidades» está a ser tentada por Nova Deli.



## CONCLUSÃO

Em 2017 foram celebradas sete décadas desde a independência da Índia e do Paquistão. Apesar das mudanças que ocorreram durante este período, tanto a nível sistémico como na redefinição da política externa de ambos os países, as relações entre Nova Deli e Islamabad continuam a caracterizar-se por uma grande complexidade. A Índia e o Paquistão tiveram no total quatro conflitos armados, três dos quais estiveram ligados à questão de Caxemira (1947-1948, 1965 e 1999) e apenas o de 1971 evoluiu de uma guerra civil para um conflito internacional. Os dois Estados, para além da disputa territorial, possuem contestações em torno de outras áreas, como a gestão dos recursos hídricos partilhados, a luta pelo estatuto de potência sub-regional, entre outros. O impacto da rivalidade indo-paquistanesa não se limita estritamente ao plano bilateral, mas estende-se para o âmbito sub-regional (Ásia do Sul), regional (Ásia) e em menor grau, internacional.

Esta dissertação teve como objetivo principal a análise da política externa da Índia e do Paquistão, numa ótica bilateral. Foram estudados os efeitos que a mudança da relação de poder entre a Índia e o Paquistão tem na política externa e de segurança da Índia. Após a Guerra Fria, Nova Deli enveredou por um processo de reformas económicas que permitiram ao país ultrapassar a taxa de crescimento de apenas 3%, que vigorou durante a Guerra Fria, bem como a sua integração na economia global. Por seu lado, o Paquistão falhou em levar a cabo reformas económicas e sociais, facto que contribuiu para o aumento das discrepâncias entre os dois Estados. Na Figura 1 do capítulo três foi efetuada uma análise comparativa de vários indicadores (económicos, militares e sociais), que permitiu demonstrar as diferenças de capacidades que existem entre os dois Estados.

Devido à complexidade do tema abordado foi necessário recorrer a vários quadros teóricos para poder explicar as relações entre a Índia e o Paquistão. Kenneth Waltz, através da teoria neo-realista, apresenta uma explicação sistémica do comportamento entre Estados. Num sistema de auto-ajuda o principal objetivo dos Estados é garantir a sua sobrevivência (Waltz, 2002, p. 130). Segundo Waltz, a estrutura das relações internacionais limita a cooperação dos Estados de duas formas. Em primeiro lugar, cada uma das unidades gasta uma porção do seu esforço não em busca do seu próprio bem, mas a arranjar os meios de se proteger dos outros. Este fator explica o investimento por parte da Índia e do Paquistão no ramo militar, de forma a garantir a sua segurança. A

incerteza em relação às futuras intenções e ações do outro desincentiva a sua cooperação (*Ibidem*, p. 147). A segunda forma pela qual a estrutura das relações internacionais limita a cooperação entre as unidades é através da preocupação do Estado para que não se torne dependente de outros através de esforços cooperativos e trocas de bens e serviços (*Ibidem*, p. 149). Quanto maior a quantidade de importações e exportações de um Estado, maior a sua interdependência, o que implica que o país estará sujeito a uma maior vulnerabilidade. Esta premissa traduz as relações escassas de cooperação no domínio económico entre a Índia e o Paquistão. Apesar de serem Estados vizinhos, a Índia não se encontra na lista dos cinco principais parceiros comerciais do Paquistão, e vice-versa (WITS, 2016a). Devido às barreiras tarifárias e não tarifárias, que existem entre ambos os países, torna-se 20% mais barato para a Índia fazer comércio com o Brasil do que com o país vizinho (Banco Mundial, 2016d). Este facto sustenta a ideia de que num sistema de autoajuda as considerações de segurança subjugam os ganhos económicos ao interesse político (Waltz, 2002, p. 150).

De forma a ultrapassar as limitações do quadro teórico neo-realista foi necessário incluir na análise a teoria realista neoclássica, que para além dos fatores sistémicos aborda os fatores domésticos. O realismo neoclássico não perceciona a anarquia como uma força causal independente, mas como uma condição permissiva (Rose, 1998, p. 147). Na elaboração da política externa os líderes políticos são condicionados em dois níveis: no plano internacional, onde têm de responder ao ambiente externo, e no âmbito interno, onde têm de extrair e mobilizar recursos da sociedade doméstica, trabalhar com as instituições existentes, e manter o apoio da população (Taliaferro, et al., 2009, p. 7). É nomeadamente a estrutura interna do Estado que possibilita a deslocação de recursos para a área de segurança e defesa.

No Paquistão, onde o papel das forças armadas é preponderante, a prolongação do conflito com a Índia é fundamental para a preservação da sua influência e serve para legitimar o amplo poder de que o ramo militar dispõe. A perceção da Índia como um Estado inimigo permite angariar o apoio da população para esta causa. Não obstante, existem alguns segmentos da sociedade, nomeadamente os empresários paquistaneses, que apoiam a normalização das relações com a Índia devido aos benefícios económicos que poderá trazer para ambos os países, através da criação de uma relação *win-win*. Contudo, as tentativas de reaproximação entre a Índia e o Paquistão são obstruídas pelo *Establisment* militar, através da iniciação de ofensivas militares como a guerra de Kargil

de 1999. A realização de ataques terroristas como um meio para impedir a reaproximação entre os dois Estados também é um fenómeno recorrente. São exemplos desta tática os ataques terroristas levados a cabo em solo indiano em 2001 e 2008.

No quadro da política externa foram abordados o modelo do ator racional (que tem laços estreitos com o realismo clássico e neo-realismo), o modelo de organizações burocráticas, o modelo de pequenos grupos e o modelo de análise do papel dos líderes políticos. O modelo de organizações burocráticas realça a função das organizações especializadas na tomada de decisões de política externa. No caso de Islamabad este facto é relevante devido a uma maior interligação entre a política interna e externa (Cohen, 2004, p. VII). Neste contexto, o ISI detém uma função importante nas decisões de segurança nacional, sendo responsável pela monitorização dos assuntos internacionais com enfoque em Estados como a Índia, o Afeganistão e o Irão (*Ibidem*, p. 100).

O modelo de pequenos grupos complementa o modelo das organizações burocráticas através da redução do campo de análise de política externa a um contexto de pequeno grupo. No processo de decisão os participantes têm tendência a optar pelos assuntos e alternativas que refletem o seu grupo (Freire & da Vinha, 2011, p. 29). Devido à importância que o ramo militar detém no Paquistão, é notório o recurso aos meios militares em detrimento dos diplomáticos nas relações com a Índia. Esta ideia é sustentada pelo facto de o Paquistão ter sido o Estado que iniciou os quatro conflitos militares.

Por fim, foi abordado, embora em menor grau devido à sua subjetividade, o papel das lideranças políticas. Com a eleição de Nawaz Sharif como Primeiro-Ministro, em 2013, e de Narendra Modi, em 2014, criaram-se expectativas para a normalização das relações bilaterais. Os dois líderes, para além da experiência governativa, são homens de negócios, o que poderia contribuir para a priorização dos assuntos económicos em detrimento de questões de segurança, e impulsionar a cooperação entre os dois Estados. Foram registados vários sinais de melhoria nas relações bilaterais, nomeadamente a presença de Sharif na tomada de posse de Modi, a visita do líder indiano ao Paquistão em 2015, bem como vários encontros a nível ministerial. Contudo, não tardou para esta tendência ser revertida. A ingerência do Paquistão na questão de Caxemira e o ataque terrorista levado a cabo em setembro de 2016, em Uri, funcionaram como fatores decisivos para o fim do processo de normalização das relações bilaterais.

Uma parte significativa da explicação das relações antagónicas entre a Índia e o Paquistão reside nos fatores históricos, que foram abordados no capítulo dois. Foram

identificados três momentos centrais que tiveram um maior impacto nas relações bilaterais. O primeiro é a partição do subcontinente (1947), que foi sangrenta e deixou marcas profundas, que se repercutem ainda hoje na desconfiança e hostilidade mútuas. A partição do *Raj* britânico também deixou assuntos pendentes como a questão de Caxemira. O conflito de 1947-1948, que se seguiu à independência, foi inconclusivo e deixou um terço de Caxemira sob a administração do Paquistão e o resto do território sob a jurisdição da Índia. Embora ambos os países reivindiquem o território na sua íntegra, o Paquistão é o Estado revisionista da relação, que procura o reajustamento territorial (Kapur, 2011, p. 62). A separação de Caxemira do território indiano tem sido um dos objetivos principais da política externa do Paquistão desde a sua independência, e é, também, uma das principais fontes de conflito entre os dois Estados (Paul, 2006, p. 611). Apesar de a Índia procurar a normalização das relações com o Paquistão, não irá ceder às pressões de Islamabad e abdicar daquilo que considera parte integrante do seu território.

O segundo acontecimento que marcou as relações bilaterais é o conflito de 1971, que resultou na derrota do Paquistão e a perda do território oeste do país (Paquistão Oriental), o atual Bangladesh. Este episódio contribuiu para o aumento da desconfiança em relação às intenções de Nova Deli, que segundo o Paquistão ambiciona a sua extinção (Cohen, 2001, p. 204). Para as forças armadas e para os seus apoiantes civis, o episódio de 1971 devia ser respondido com uma ação que tenha o mesmo impacto no Estado indiano. Apenas no início da década de 80 o Paquistão foi capaz de alcançar este objetivo. Primeiro, através do apoio conferido ao movimento separatista sique, na criação do *Khalistan*, e, posteriormente, por intermédio do apoio dado aos grupos separatistas de Caxemira, a partir de 1989 (*Ibidem*, p. 77).

O terceiro momento é o ano de 1998, em que ambos os Estados oficializaram o seu estatuto nuclear. A introdução de armas nucleares no quadro da disputa provocou mudanças a nível estratégico e contribuiu para a inserção de novos elementos no conflito. As armas nucleares criaram o paradoxo «estabilidade-instabilidade», isto é, preveniram a eclosão de guerras de grande escala entre os dois países, mas, simultaneamente, aumentaram a probabilidade de ocorrência de conflitos menores (Mistry, 2009, p. 187). A dissuasão nuclear não falhou apenas em deter os desafios militares ao *status quo*, mas combinada com a disputa territorial, a assimetria de forças e o paradoxo «estabilidade-instabilidade», ajudou a que os mesmos se transformassem em crises militares e conflitos (*Ibidem*, p. 189). Protegido pelo «guarda-chuva nuclear», Islamabad prosseguiu a



estratégia de revisionismo territorial em Caxemira através de operações militares limitadas (Kargil 1999), o apoio a grupos separatistas em território indiano e a grupos terroristas que levam a cabo ataques em solo indiano. As restantes mudanças que forma registadas prendem-se com a passagem de uma estratégia de dissuasão para uma estratégia de *compellence* por parte da Índia, a prolongação do conflito, e também, a atração de atores externos na disputa (*Ibidem*, pp. 183-184).

Com os testes nucleares de 1998, Islamabad obteve um «equalizador estratégico» (Paul, 2006, p. 621; Shankar & Paul, 2016, p. 12), isto é, as armas nucleares vieram contrabalançar a discrepância paquistanesa de capacidades militares em relação à Índia. Foi constatado que entre os dois Estados existe um equilíbrio a nível nuclear, baseado na capacidade de um segundo ataque, e um desequilíbrio no quadro das forças militares convencionais, que tem a tendência a crescer. Para aumentar o poder de dissuasão das armas nucleares, o Paquistão adotou uma postura de «escalada assimétrica», que é orientada para o rápido e assimétrico *first use* de armas nucleares (Narang, 2009/10, p. 44). A Índia, por seu lado, adotou uma postura de «retaliação assegurada», que implica que o país tenha uma força nuclear segura, de forma a garantir um ataque de retaliação (*Ibidem*).

No capítulo três foi efetuada a análise de vários indicadores que permitiu constatar que existe uma grande diferença em termos de capacidades, entre os dois países. O Paquistão, sendo um país com uma dimensão territorial mais reduzida e com menores recursos, procurou colmatar esta desigualdade através de fontes externas de poder, nomeadamente a participação em organizações internacionais e alianças. Este foi um dos fatores principais que permitiu a Islamabad desafiar Nova Deli durante o período da Guerra Fria.

Foi abordada ainda, no quadro deste capítulo, a tentativa de reaproximação entre Nova Deli e Islamabad a partir de 2014, que se revelou infrutífera. Modi introduziu algumas mudanças nas relações bilaterais. Foi identificado um novo *modus operandi* de Nova Deli em relação a Islamabad. No discurso proferido no quadro do aniversário de independência do Estado indiano em 2016, Modi mencionou problemas como o abuso dos direitos humanos e os movimentos independentistas (particularmente no Baluchistão) que existem no Paquistão. Deste modo, o Primeiro-Ministro indiano está a replicar a estratégia de Islamabad em relação a Caxemira, numa das suas províncias mais sensíveis. Uma outra mudança empreendida pelo governo indiano é a tentativa de colocar

novamente o assunto de Caxemira num quadro estritamente bilateral e intergovernamental com Islamabad (Mohan, 2015a, p. 78). Não aceitando, deste modo, o envolvimento da Conferência Hurriyat de Todos os Partidos nos diálogos.

O capítulo quarto foi dedicado à análise dos efeitos da rivalidade indo-paquistanesa a nível sub-regional, regional e internacional. A Índia e o Paquistão são os maiores países da Ásia do Sul e a luta pela influência no subcontinente é uma das áreas de disputa entre os dois Estados. Contudo, o Paquistão não pode competir em pé de igualdade com a Índia, uma vez que são atores desiguais. No quadro da SAARC – o principal fórum sub-regional – o Paquistão coloca entraves ao processo de integração e cooperação. Este facto contribui para que os restantes Estados-membros sejam penalizados pelo conflito indo-paquistanês.

Um dos objetivos centrais da política externa indiana é restabelecer a unidade estratégica da sub-região (*Ibidem*, pp. 28-30). A Ásia do Sul tornou-se numa manta de retalhos após a divisão do subcontinente, e, apesar do seu forte crescimento económico, precisa de maior integração e cooperação, que irá trazer benefícios no plano económico (economia de escala), social e político. Existem muitos assuntos que requerem respostas conjuntas, tais como as alterações climáticas, as ameaças terroristas, a gestão dos recursos hídricos partilhados, entre outros. Para contornar os obstáculos colocados por Islamabad no processo de integração, Nova Deli optou pela estratégia «SAARC a duas velocidades» (Mohan, 2016b), como também iniciou a cooperação no quadro de subgrupos no seio da SAARC – a BBIN. A Índia apostou também na cooperação a nível regional através da BIMSTEC, que visa a integração da Ásia do Sul com a Ásia Oriental. Devido ao facto destas iniciativas não integrarem o Paquistão, existe um isolamento de Islamabad no âmbito sub-regional. Apesar deste facto, é importante que a Índia mantenha abertos os canais de comunicação com o Paquistão através da SAARC.

No período da Guerra Fria, Nova Deli privilegiou o uso do *hard power* nas relações com os países vizinhos, que criou uma perceção de potência hegemónica por parte destes Estados. Devido a este facto, a Índia apesar de ser o país com maior área territorial, população e economia, não é considerada o líder legítimo da Ásia do Sul (Kugiel, 2012, p. 352). Nova Deli está a tentar reverter esta tendência através da aposta no *soft power* no seu relacionamento com os Estados vizinhos, nomeadamente por intermédio do exercício de uma política externa benigna, da promoção da interdependência económica, da forte cooperação cultural e da assistência externa

(*Ibidem*, p. 363). O sucesso desta estratégia irá depender da capacidade do governo indiano em fazer uso das ferramentas de *soft power* no quadro da sua política externa, promovendo uma visão positiva do país.

No âmbito da análise da influência dos fatores sistémicos na política externa de ambos os Estados, foram identificados dois períodos temporais distintos: o da Guerra Fria e o do pós-Guerra Fria. A Índia, apesar da busca de autonomia política através do Movimento dos Não Alinhados, devido ao apoio dado ao Paquistão pelos EUA e China, acabou por se «alinhar» com a URSS, um dos seus principais parceiros durante a vigência do sistema bipolar. A expansão da disputa entre a URSS e os EUA à Ásia do Sul permitiu alimentar o conflito durante a Guerra Fria, através da manutenção da balança militar entre Nova Deli e Islamabad, por intermédio do *hard* e *soft balancing* (Thomas, 2004, p. 305). O principal beneficiário destas dinâmicas foi o Paquistão. O apoio económico e militar que o país recebeu foi fundamental para a diminuição da assimetria de poder que existia em relação a Nova Deli, tendo permitido ao Paquistão prosseguir o revisionismo territorial em Caxemira.

A Índia enfrentou grandes desafios com a queda do bloco soviético. Estas mudanças foram negativas a curto prazo, uma vez que o país ficou sem o seu principal parceiro militar, diplomático e económico, mas foram positivas a longo prazo, devido à libertação da Índia dos constrangimentos sistémicos. Deste modo, permitindo a Nova Deli explorar o seu potencial. Por seu lado, o Paquistão perdeu a importância geoestratégica que detinha durante este período, o que consequentemente contribuiu para a diminuição do apoio financeiro e militar que o país recebia. Este facto foi revertido apenas após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001.

No quadro do sistema internacional houve um realinhamento das alianças, facto que se deve à atual conjuntura internacional, nomeadamente a reemergência da China no palco internacional. Constatou-se que houve uma reaproximação entre a Índia e os EUA. A relação Nova Deli-Washington representa uma cooperação limitada, cujo fim é o *soft balancing* da China, que poderá passar para *hard balancing* se Pequim assumir uma postura que possa apresentar uma ameaça para a região da Ásia Pacífico (Paul, 2014). A Índia prioriza as coligações limitadas em detrimento de alianças permanentes com qualquer grande potência (*Ibidem*). A única relação que se mantém constante desde a Guerra Fria é a cooperação entre Pequim e Islamabad.

A presente investigação permitiu constatar que atualmente a influência dos fatores sistémicos não é tão significativa como no período da Guerra Fria, e que estes atuam de forma indireta nas relações indo-paquistanesas. A cooperação com Pequim representa para o Paquistão uma alternativa à integração no quadro da Ásia do Sul, bem como permite ao país ter uma opção viável à cooperação com a Índia. Neste contexto, Islamabad beneficia de apoio diplomático e económico por parte da China, o que tem efeitos, na prolongação da conflitualidade entre a Índia e o Paquistão, embora de forma indireta.

No quadro do estudo foram identificadas sete variáveis que têm impacto nas relações bilaterais, cinco das quais são dependentes – a política externa do Paquistão, a política externa da Índia, a dimensão interna, as armas nucleares e o contexto sub-regional. As variáveis independentes são a dimensão internacional e os fatores históricos<sup>165</sup>. A interação entre estas variáveis confere um elevado grau de complexidade e permite a compreensão das causas que levam à perpetuação do conflito entre ambos os Estados, apesar dos enormes custos económicos, políticos, diplomáticos e humanos.

Através da interação das variáveis verifiquei a hipótese de que a política externa e de segurança da Índia *vis-à-vis* o Paquistão é influenciada pela diminuição do poder relativo de Islamabad em relação a Nova Deli. O mesmo acontece no caso da condução da política externa e de segurança do Paquistão, na qual é evidente o impacto exercido pelo aumento de poder de Nova Deli, que os torna atores desiguais em termos das suas capacidades. O exemplo que ilustra este facto é a passagem da Índia de uma estratégia de dissuasão para uma estratégia de *compellence*, que foi possível devido à sua superioridade militar.

Na relação entre os dois Estados, Nova Deli é o *status quo power* e Islamabad é um Estado revisionista, que procura o reajustamento territorial. Devido à assimetria de capacidades que existe entre ambos os Estados, o Paquistão sempre se baseou nas fontes externas de poder para diminuir as discrepâncias que existiam em relação a Nova Deli. Numa primeira fase, através da cooperação com os EUA e a partir de 1965 com a China. Numa segunda fase, por intermédio da aquisição das armas nucleares, que são percecionadas pelo Paquistão como um «equalizador estratégico» (Paul, 2006, p. 621; Shankar & Paul, 2016, p. 12), que permitiu a diminuição da relevância da superioridade militar da Índia. A política de *first use* de armas nucleares reflete as táticas revisionistas

---

<sup>165</sup> Ver o Apêndice 1, onde está apresentada a relação de interação das variáveis.

do Paquistão e a discrepância de capacidade entre os dois atores (Paul, 2006, p. 618). O «guarda-chuva nuclear» permitiu ao Paquistão desafiar novamente Nova Deli em Caxemira. A Índia, apesar da sua superioridade militar, não pode empreender uma guerra contra o Paquistão e pôr fim ao seu apoio aos grupos terroristas e aos movimentos separatistas.

Foi ainda constatado que a relação assimétrica entre os dois Estados funciona como um entrave para a cooperação a nível multilateral, nomeadamente no quadro da SAARC. O Paquistão receia que uma possível hegemonia da Índia na Ásia do Sul poderá afetar a sua posição de poder no subcontinente, bem como a sua segurança (*Ibidem*). A Índia que possui um perfil diferente daquele que tinha no período da Guerra Fria, um país com maiores capacidades económicas, materiais e militares torna-se atrativa para a cooperação com os Estados vizinhos. Os países da sub-região têm demonstrado um maior interesse no aprofundamento da cooperação e integração sub-regional. Após o ataque terrorista em Uri, em 2016, a Índia conseguiu angariar o apoio de outros Estados-Membros da SAARC para condenar o atentado. Esta foi uma vitória diplomática para Nova Deli e resultou no cancelamento da 19ª Cimeira da SAARC, cuja realização estava prevista para novembro de 2016, em Islamabad.

A hipótese secundária desta dissertação sustenta que os fatores sistémicos têm cada vez menos efeitos nas relações bilaterais e na gestão do conflito entre a Índia e o Paquistão. Esta hipótese foi verificada através de alguns exemplos importantes como a não ingerência por parte de outros Estados, no período atual, na questão de Caxemira. A diminuição do impacto desta variável deve-se principalmente às mudanças sistémicas que ocorreram após o colapso da URSS, bem como ao maior papel desempenhado pela Índia no palco internacional. Os Estados detêm interesses económicos na Índia e com o objetivo de os preservar, não interferem na disputa de Caxemira, que é entendida pela Índia como um assunto de ordem interna.

A presente investigação é relevante na medida em que tem como objeto de análise uma das sub-regiões mais dinâmicas e, ao mesmo tempo, uma das menos pacífica e menos integrados do mundo – a Ásia do Sul –, colocando enfoque nos seus dois maiores Estados – a Índia e o Paquistão. A relação entre os dois países é central para a estabilidade do subcontinente, bem como para o avanço do processo de integração – que poderá apresentar um motor importante para a sustentação do atual ritmo de crescimento económico dos países da sub-região. Em Portugal, a pesquisa nesta área é escassa, o que

não traduz a crescente importância da Índia na arena internacional. Nova Deli encontra-se no centro do novo espaço geopolítico, no cruzamento entre várias Ásias (Central, do Sul, Sudeste e Oriental), que será fundamental no quadro da política internacional (Xavier, 2011, p. 249).

No contexto da literatura existente, a investigação efetua um estudo das causas e dos efeitos da rivalidade indo-paquistanesa, alargando o foco de análise para os impactos do conflito no subcontinente, principalmente através das repercussões no principal fórum sub-regional, a SAARC. A presente pesquisa é relevante na medida em que engloba no período de estudo (1947-2016) os governos de Narendra Modi e Nawaz Sharif, analisando o seu impacto nas relações bilaterais. É importante salientar que em julho de 2017, o Supremo Tribunal do Paquistão decretou o afastamento de Nawaz Sharif por suspeitas de corrupção. O cargo foi ocupado pelo antigo Ministro do Petróleo, Shahid Khaqan Abbasi, que irá exercer a função de Primeiro-Ministro até às próximas eleições legislativas em 2018.

#### Linhas para futura investigação

No quadro do continente asiático existe um enorme enfoque no fenómeno de reemergência da China no palco internacional e uma insuficiente análise do impacto da ascensão da Índia. Neste contexto, é oportuno analisar a estratégia que é empreendida por Nova Deli em relação à reemergência da China.

A Índia está a tentar assumir um papel de liderança a nível sub-regional, que será, posteriormente, uma plataforma para a sua projeção no quadro internacional. Deste modo, um segundo tema que merece um maior aprofundamento é a mudança do *modus operandi* de Nova Deli em relação aos países vizinhos, nomeadamente um maior emprego de *soft power* na sua política externa. Neste contexto, é relevante o estudo das estratégias empreendidas por Nova Deli, principalmente no mandato de Narendra Modi, para restabelecer a unidade estratégica do subcontinente, que foi perdida com a partição do *Raj* britânico.



## BIBLIOGRAFIA

### Fontes Primárias

BIMSTEC. 2016. «Bay of Bengal Initiative for Multi-Sectoral Technical and Economic Cooperation.» Consultado a 13 de dezembro de 2016. <http://bimstec.org/>.

Embaixada da República da Índia na República Islâmica do Paquistão. 2016. «Relações Bilaterais.» Consultado a 05 de dezembro de 2016. <https://www.india.org.pk/pages.php?id=2>.

Embaixada da República Islâmica do Paquistão na Bélgica. Primeiro-Ministro Muhammad Nawaz Sharif. «Message of Prime Minister of the Islamic Republic of Pakistan Muhammad Nawaz Sharif on Independence Day 2016.» <http://embassyofpakistan.be/site/prime-ministers-message-on-independence-day-2016/>. Consultado a 19 de fevereiro de 2017.

Embaixada da República Islâmica do Paquistão na República Popular da China. 2016. «Relações Bilaterais.» Consultado a 04 de dezembro de 2016. <http://www.pakbj.org/index.php?m=content&c=index&a=show&catid=29&id=10>.

Heart of Asia - Istanbul Process. 2017. «Heart of Asia - Istanbul process.» Consultado a 03 de março de 2017. <http://hoa.gov.af/299/hoa-history>.

Lahore Declaration. 1999. <http://mea.gov.in/in-focus-article.htm?18997/Lahore+Declaration+February+1999>. Consultado a 20 de dezembro de 2016.

Ministério da Administração Interna da República da Índia. Office of the Registrar General & Census Commissioner. 2011. «Population by Religious Community – 2011.» <http://www.censusindia.gov.in/2011census/C-01.html>. Consultado 02 de fevereiro de 2017.

Ministério das Relações Externas da Índia. 2016a. «Prime Minister Visits.» <http://mea.gov.in/prime-minister-visits.htm>. Consultado 29 de dezembro de 2016.

\_\_\_\_\_. 2016b. *Annual Report 2015-16*. Nova Deli: Policy Planning and Research Division. [http://www.mea.gov.in/Uploads/PublicationDocs/26525\\_26525\\_Extern](http://www.mea.gov.in/Uploads/PublicationDocs/26525_26525_Extern)



al Affairs English AR 2015-16 Final compressed.pdf. Consultado a 20 de dezembro de 2016.

Ministério do Comércio da República Popular da China. 2017. «China-Pakistan Free Trade Agreement.» <http://fta.mofcom.gov.cn/topic/enpakistan.shtml>. Consultado a 04 de março de 2017.

Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Democrática Federal do Nepal. 2016. «Press release on 19th SAARC Summit.» <https://www.mofa.gov.np/press-release-19th-saarc-summit/>. Consultado a 04 de janeiro de 2017.

Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Islâmica do Paquistão. Office of the Spokesperson Press Release. 2016a. «Prime Minister's Special Envoys on Jammu and Kashmir call for plebiscite in Kashmir on the pattern of East Timor.» <http://www.mofa.gov.pk/contentkpr.php>. Consultado a 04 de abril de 2017.

\_\_\_\_\_. 2016b. «PM's Special Envoy Awaiz Leghari briefs Geneva international community on human rights situation in IOK.» <http://www.mofa.gov.pk/contentkpr.php>. Consultado a 04 de abril de 2017.

\_\_\_\_\_. 2016c. «PMs Special Envoys on Kashmir Urge Pakistani Diaspora to Vigorously Highlight Horrendous Indian Brutalities in Indian Occupied Jammu & Kashmir.» <http://www.mofa.gov.pk/contentkpr.php>. Consultado a 04 de abril de 2017.

\_\_\_\_\_. 2016d. «Special Envoys of Prime Minister on Kashmir arrive in Beijing meet Chinese Leadership.» <http://www.mofa.gov.pk/contentkpr.php>. Consultado a 04 de abril de 2017.

\_\_\_\_\_. 2016e. «Prime Minister's Envoys brief French Parliamentarians and senior officials on HR violations by India IoK.» <http://www.mofa.gov.pk/contentkpr.php>. Consultado a 04 de abril de 2017.

Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Islâmica do Paquistão. Primeiro-Ministro do Paquistão Nawaz Sharif. 2014. «Statement of the Prime Minister of Pakistan, Mr. Muhammad Nawaz Sharif, at the Inaugural Session of the 18th SAARC Summit.» <http://www.mofa.gov.pk/content.php?pageID=saarc>. Consultado a 03 de fevereiro de 2017.

Missão Permanente da República da Índia junto da ONU. Ministra das Relações Exteriores da Índia Sushma Swaraj. 2016. «Statement by External Affairs Minister, Sushma Swaraj at the General Debate of the 71<sup>st</sup> Session of the United Nations General Assembly.»

[https://gadebate.un.org/sites/default/files/gastatements/71/71\\_IN\\_en.pdf](https://gadebate.un.org/sites/default/files/gastatements/71/71_IN_en.pdf).

Consultado a 03 de março de 2017.

\_\_\_\_\_. 2015. «Statement by External Affairs Minister, Sushma Swaraj at the General Debate of the 70<sup>th</sup> Session of the United Nations General Assembly.» [https://gadebate.un.org/sites/default/files/gastatements/70/70\\_IN\\_en\\_2.pdf](https://gadebate.un.org/sites/default/files/gastatements/70/70_IN_en_2.pdf). Consultado a 03 de março de 2017.

Missão Permanente da República da Índia junto da ONU. Primeiro-Ministro da Índia Narendra Modi. 2014. «Statement by Narendra Modi, Prime Minister of India at the General Debate of the 69<sup>th</sup> Session of the United Nations General Assembly.» [http://www.un.org/en/ga/69/meetings/gadebate/pdf/IN\\_en.pdf](http://www.un.org/en/ga/69/meetings/gadebate/pdf/IN_en.pdf). Consultado a 03 de março de 2017.

Missão Permanente da República Islâmica do Paquistão junto da ONU. Primeiro-Ministro do Paquistão Nawaz Sharif. 2016. «Statement by Muhammad Nawaz Sharif, Prime Minister of the Islamic Republic of Pakistan, at the General Debate of the 71<sup>st</sup> Session of the United Nations General Assembly.» [https://gadebate.un.org/sites/default/files/gastatements/71/71\\_PK\\_en.pdf](https://gadebate.un.org/sites/default/files/gastatements/71/71_PK_en.pdf). Consultado a 04 de março de 2017.

\_\_\_\_\_. 2015. «Statement by Muhammad Nawaz Sharif, Prime Minister of the Islamic Republic of Paldstan, at the General Debate of the 70<sup>th</sup> Session of the United Nations General Assembly.» [https://gadebate.un.org/sites/default/files/gastatements/70/70\\_PK\\_en.pdf](https://gadebate.un.org/sites/default/files/gastatements/70/70_PK_en.pdf). Consultado a 04 de março de 2017.

\_\_\_\_\_. 2014. «Statement by Muhammad Nawaz Sharif, Prime Minister of the Islamic Republic of Pakistan, at the General Debate of the 69<sup>th</sup> Session of the United Nations General Assembly.» [http://www.un.org/en/ga/69/meetings/gadebate/pdf/PK\\_en.pdf](http://www.un.org/en/ga/69/meetings/gadebate/pdf/PK_en.pdf). Consultado a 04 de março de 2017.

ONU. 1981. Declaration on the Prevention of Nuclear Catastrophe, 36/100 (09 dezembro 1981). [http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/36/100](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/36/100). Consultado a 10 de dezembro de 2016.

\_\_\_\_\_. 1971. Resolution 303 (1971) of 6 December 1971. [http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/303\(1971\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/303(1971)). Consultado a 10 de janeiro de 2017.

- \_\_\_\_\_. 1965. Resolution 211 (1965) of 20 September 1965. [https://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/IN%20PK\\_650920\\_Security%20Council%20Resolution%20211%20%281965%29.pdf](https://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/IN%20PK_650920_Security%20Council%20Resolution%20211%20%281965%29.pdf). Consultado a 07 de janeiro de 2017.
- \_\_\_\_\_. 1961. Declaration on the prohibition of the use of nuclear and thermo-nuclear weapons, 1653/(XVI) (24 de novembro de 1961). <https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/167/06/IMG/NR016706.pdf?OpenElement>. Consultado a 10 de dezembro de 2016.
- \_\_\_\_\_. 1957a. Resolution 126 (1957) of 02 December 1957 [S/3922]. [http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/INF/12/Rev.1](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/INF/12/Rev.1). Consultado a 15 de janeiro de 2017.
- \_\_\_\_\_. 1957b. Resolution 123 (1957) of 21 February 1957 [S/3793]. [http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/INF/12/Rev.1](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/INF/12/Rev.1). Consultado a 15 de janeiro de 2017.
- \_\_\_\_\_. 1957c. Resolution 122 (1957) of 14 January 1957 [S/3779]. [http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/INF/12/Rev.1](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/INF/12/Rev.1). Consultado a 15 de janeiro de 2017.
- \_\_\_\_\_. 1952. Resolution 98 (1952) of 23 December 1952 [S/2883]. [http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/INF/7/Rev.1](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/INF/7/Rev.1). Consultado a 15 de janeiro de 2017.
- \_\_\_\_\_. 1951a. Resolution 96 (1951) of 10 November 1951 [S/2392]. [http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/INF/6/Rev.1](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/INF/6/Rev.1). Consultado a 15 de janeiro de 2017.
- \_\_\_\_\_. 1951b. Resolution 91 (1951) of 30 March 1951 [S/201/Rev.1]. [http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/INF/6/Rev.1](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/INF/6/Rev.1). Consultado a 15 de janeiro de 2017.
- \_\_\_\_\_. 1950. Resolution 80 (1950) of 14 March 1950 [S/1469]. [http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/INF/4/Rev.1](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/INF/4/Rev.1). Consultado a 15 de janeiro de 2017.
- \_\_\_\_\_. 1948a. Resolution 51 (1948) of 03 June 1948 [S/819]. [http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/INF/2/Rev.1%20\(III\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/INF/2/Rev.1%20(III)). Consultado a 10 de janeiro de 2017.

- \_\_\_\_\_. 1948b. Resolution 47 (1948) of 21 April 1948 [S/726].  
[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/INF/2/Rev.1%20\(III\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/INF/2/Rev.1%20(III)).  
 Consultado a 10 de janeiro de 2017.
- \_\_\_\_\_. 1948c. Resolution 39 (1948) of 20 January 1948 [S/654].  
[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/INF/2/Rev.1%20\(III\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/INF/2/Rev.1%20(III)).  
 Consultado a 10 de janeiro de 2017.
- \_\_\_\_\_. 1948d. Resolution 38 (1948) of 17 January 1948 [S/651].  
[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/INF/2/Rev.1%20\(III\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/INF/2/Rev.1%20(III)).  
 Consultado a 10 de janeiro de 2017.
- Organização Internacional do Trabalho. 2016. «Country Profiles.» Consultado a 03 de dezembro de 2016.  
<https://www.ilo.org/ilostatcp/CPDesktop/?list=true&lang=en&country=PAK>.
- República da Índia. Página oficial do Primeiro-Ministro Narendra Modi. 2017. «Antigos Primeiros-Ministros.» Consultado a 15 de dezembro de 2017.  
<http://www.pmindia.gov.in/en/former-prime-ministers/>.
- República da Índia. Primeiro-Ministro Narendra Modi. 2016. «Narendra Modi's speech on Independence Day 2016.» <http://indianexpress.com/article/india/india-news-india/pm-narendra-modis-speech-on-independence-day-2016-here-is-the-full-text/>. Consultado a 05 de janeiro de 2017.
- República da Índia. Primeiro-Ministro Manmohan Singh. 2013. «Excerpts of Prime Minister's address at the Annual Conclave of Indian Ambassadors/High Commissioners abroad in New Delhi.»  
<http://archivepmo.nic.in/drmanmohansingh/speech-details.php?nodeid=1387>.  
 Consultado a 10 de novembro de 2016.
- República da Índia. Secretário dos Negócios Estrangeiros Shyam Saran. 2005. «Foreign Secretary Mr. Shyam Saran's speech on India and its Neighbours at the India International Centre (IIC).» 2005. <http://mea.gov.in/Speeches-Statements.htm?dtl/2483/Foreign+Secretary+Mr+Shyam+Saran's+speech+on+India+and+its+Neighbours+at+the+India+International+Centre+IIC>. Consultado a 10 de novembro de 2016.
- República da Índia. Cabinet Committee on Security. 2003. Press Release. «Cabinet Committee on Security Reviews Progress in Operationalizing India's Nuclear

Doctrine.»

<http://pib.nic.in/archieve/lreleng/lyr2003/rjan2003/04012003/r040120033.html>.

Consultado a 20 de dezembro de 2016.

República Islâmica do Paquistão. Prime Minister's Office. 2016. Prime Minister of

Paquistão - Nawaz Sharif. Consultado a 15 de setembro de 2016.

[http://www.pmo.gov.pk/pm\\_profile.php](http://www.pmo.gov.pk/pm_profile.php).

SAARC. 2016a. «SAARC Summits.». <http://saarc-sec.org/saarc-summits>. Consultado a 05 de outubro de 2016.

\_\_\_\_\_. 2016b. «SAARC Relations with Observers.» [http://saarc-sec.org/external\\_relations/details/relations-with-observers](http://saarc-sec.org/external_relations/details/relations-with-observers). Consultado a 15 de outubro de 2016.

\_\_\_\_\_. 1985. «Charter of the South Asian Association for Regional Cooperation.» [http://saarc-sec.org/assets/responsive\\_filemanager/source/SAARC%20Charter/1\\_SAARC\\_CHARTER\\_Provisional\\_Rules\\_of\\_Procedure.pdf](http://saarc-sec.org/assets/responsive_filemanager/source/SAARC%20Charter/1_SAARC_CHARTER_Provisional_Rules_of_Procedure.pdf). Consultado a 07 de janeiro de 2017.

Simla Agreement. 1972. <http://mea.gov.in/in-focus-article.htm?19005/Simla+Agreement+July+2+1972>. Consultado a 22 de dezembro de 2016.

Tashkent Declaration. 1966. <http://mea.gov.in/bilateral-documents.htm?dtl/5993/Tashkent+Declaration>. Consultado a 22 de dezembro de 2016.

## Fontes Secundárias

Allison, Graham T., e Philip Zelikow. 1999. *Essence of decision: explaining the Cuban Missile Crisis*. 2.<sup>a</sup>ed. Nova Iorque: Longman.

Banco Mundial. 2017a. *Doing Business 2017 - Equal Opportunity for All - World Bank Group*. Washington D.C.: Banco Mundial. <http://www.doingbusiness.org/reports/global-reports/doing-business-2017>. doi: 10.1596/978-1-4648-0948-4.

\_\_\_\_\_. 2017b. «India Overview.» Consultado a 25 de fevereiro de 2017. <http://www.worldbank.org/en/country/india/overview>.

- \_\_\_\_\_. 2017c. «Pakistan Overview.» Consultado a 25 de fevereiro de 2017.  
<http://www.worldbank.org/en/country/pakistan/overview>.
- \_\_\_\_\_. 2016a. *Making growth matter: Pakistan development update*. Washington, D.C.: Banco Mundial.  
<http://documents.worldbank.org/curated/en/935241478612633044/Making-growth-matter-Pakistan-development-update>.
- \_\_\_\_\_. 2016b. «One South Asia.» Consultado a 03 de janeiro de 2017.  
<http://www.worldbank.org/en/programs/south-asia-regional-integration#1>.
- \_\_\_\_\_. 2016c. «South Asia Overview.» Consultado a 05 de dezembro de 2016.  
<http://www.worldbank.org/en/region/sar/overview#1>.
- \_\_\_\_\_. 2016d. «The Potential of Intra-regional Trade for South Asia.» Consultado a 02 de dezembro de 2016.  
<http://www.worldbank.org/en/news/infographic/2016/05/24/the-potential-of-intra-regional-trade-for-south-asia>.
- \_\_\_\_\_. 2006. *South Asia - growth integration and regional integration*. Washington D.C.: Banco Mundial.  
<http://documents.worldbank.org/curated/en/843381468334773128/South-Asia-growth-integration-and-regional-integration>.
- Basrur, Rajesh M. 2010. «India-Pakistan Relations: Between War and Peace». Em *India's Foreign Policy: Retrospect and Prospect*, editado por Sumit Ganguly, 11–31. Nova Deli: Oxford University Press.
- Bassan, Martina. 2014. «China and India: an uneasy peace». *China Analysis* fevereiro: 5–7.  
[http://www.centreasia.eu/sites/default/files/publications\\_pdf/china\\_analysis\\_china\\_s\\_neighbourhood\\_policy\\_february2014.pdf](http://www.centreasia.eu/sites/default/files/publications_pdf/china_analysis_china_s_neighbourhood_policy_february2014.pdf).
- Berland, Allison, Kugelman Michael. 2014. «Is There Any Hope for India-Pakistan Relations?» *Foreign Policy*, 02 de setembro de 2014.

<http://foreignpolicy.com/2014/09/02/is-there-any-hope-for-india-pakistan-relations/>.

Central Intelligence Agency. 2016. «The World Factbook.» Consultado a 03 de fevereiro de 2017. <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>.

Chatterjee, Bipul, e Singh, Surendar. 2015. «Time to Energize BIMSTEC.» *The Diplomat*, 07 de janeiro de 2015. <https://thediplomat.com/2015/01/time-to-energize-bimstec/>.

Chowdhury, Jhinuk. 2014. «Is There Any Hope for SAARC?» *The Diplomat*, 08 de dezembro de 2014. <https://thediplomat.com/2014/12/is-there-any-hope-for-saarc/>.

Clausewitz, Karl von. sem data. *Da Guerra*. Lisboa: Publicações Europa-América.

Cohen, Stephen P. 2013. *Shooting for a Century: the India-Pakistan Connundrum*. Washington, D.C.: Brookings Institution Press.

\_\_\_\_\_. 2004. *The Idea of Pakistan*. Washington, D.C.: Brookings Institution Press.

\_\_\_\_\_. 2001. *India: Emerging Power*. Washington D.C.: Brookings Institution Press.

Dasgupta, Sunil, e Cohen, Stephen. 2011. «Is India Ending its Strategic Restraint Doctrine ?» *The Washington Quarterly* 34 (2): 163-177. doi:10.1080/0163660X.2011.562442.

DeRouen, Karl, e Mintz, Alex. 2010. *Understanding Foreign Policy Decision Making*. Nova Iorque: Cambridge University Press.

DeVotta, Neil. 2010. «When Individuals, States, and Systems Collide: India's Foreign Policy towards Sri Lanka.» Em *India's Foreign Policy: Retrospect and Prospect*, editado por Sumit Ganguly, 32-61. Nova Deli: Oxford University Press.

Dubey, Muchkund. 2007. «SAARC and South Asian Economic Integration.» *Economic and Political Weekly* 42 (14): 1238-40. doi:10.2307/4419435.

- Fair, C. Christine, e Sumit Ganguly. 2016. «Five Dangerous Myths about Pakistan.» *The Washington Quarterly* 38 (4): 73–97. doi:10.1080/0163660X.2015.1125830.
- Fazil, Muhammad Daim. 2016. «Responding to Uri Attack: What Are India's Options?» *The Diplomat*, 29 de setembro de 2016. <https://thediplomat.com/2016/09/responding-to-uri-attack-what-are-indias-options/>.
- Freire, Maria Raquel, e Luís da Vinha. 2011. «Política Externa: Modelos, Actores e Dinâmicas.» Em *Política Externa: As Relações Internacionais em Mudança*, editado por Maria Raquel Freire, 13-53. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Ganguly, Sumit. 2017. «Advice to the Next President on India and South Asia.» *Orbis* 61 (1): 101–108. doi:10.1016/J.ORBIS.2016.12.010.
- \_\_\_\_\_. 2014. «India's Foreign and Security Policies.» Em *Oxford Handbook of the International Relations of Asia*, editado por Saadia M. Pekkanen, John Ravenhill e Rosemary Foot, 411-426. Oxford: Oxford University Press.
- \_\_\_\_\_. 2003/2004. «India's Foreign Policy Grows Up.» *World Policy Journal* 20 (4): 41–47. doi:10.2307/40209888.
- Ganguly, Sumit, e William R. Thompson, eds. 2011. *Asian rivalries: Conflict, Escalation, and Limitations on Two-level Games*. Stanford: Stanford University Press.
- Ganguly, Sumit, Jonah Blank, e Neil DeVotta. 2003. «Introduction.» Em *The Kashmir Question: Retrospect and Prospect*, editado por Sumit Ganguly, 1–11. Londres: Frank Cass & Company Limited.
- Gaspar, Carlos. 2012. «O regime de não-proliferação nuclear.» *Janus*, 102–3. [http://janusonline.pt/arquivo/popups2011\\_2012/2011\\_2012\\_3\\_1\\_7.pdf](http://janusonline.pt/arquivo/popups2011_2012/2011_2012_3_1_7.pdf).
- \_\_\_\_\_. 2008. «Os Estados Unidos e a transformação da Ásia.» *Relações Internacionais* (19): 119–34. [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1645-91992008000200009&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992008000200009&lng=pt&tlng=pt).



- Ghoshal, Debalina. 2016. «India's Recessed Deterrence Posture: Prospects and Implications.» *The Washington Quarterly* 39 (1): 159–70. doi:10.1080/0163660X.2016.1170487.
- Guha, Ramachandra. 2008. *India After Gandhi: The History of the World's Largest Democracy*. Londres: Pan Books.
- Gyawali, Manish. 2014. «The SAARC: A Bloc Whose Time Has Come. » *The Diplomat*, 18 de outubro de 2014. <https://thediplomat.com/2014/10/the-saarc-a-bloc-whose-time-has-come/>.
- Hagan, Joe D. 2001. «Does Decision Making Matter? Systemic Assumptions vs. Historical Reality in International Relations Theory.» *International Studies Review* 3 (2): 5–46. doi:10.2307/3186564.
- Handel, Michael I. 1990. *Weak states in the International System*. 2.<sup>a</sup>ed. Londres: Frank Cass.
- Herz, John H. 1950. «Idealist Internationalism and the Security Dilemma.» *World Politics* 2 (2): 157–80. doi:10.2307/2009187.
- Hoffman, Bruce. 2006. *Inside Terrorism*. Nova Iorque: Columbia University Press.
- Holsti, Ole R. 2006. *Making American Foreign Policy*. Nova Iorque: Routledge Taylor & Francis Group.
- IEP. Institute for Economics and Peace. 2016. «Global Terrorism Index 2016.» <http://visionofhumanity.org/app/uploads/2017/02/Global-Terrorism-Index-2016.pdf>.
- IISS. International Institute of Strategic Studies. 2016. *The Military Balance 2016: The Annual Assessment of Global Military Capabilities and Defence Economics*. Londres: Routledge Taylor & Francis Group.
- Itamaraty. Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil. 2017. «BRICS.» Consultado a 03 de março de 2017. Disponível em: [http://brics.itamaraty.gov.br/pt\\_br/sobre-o-brics/informacao-sobre-o-brics](http://brics.itamaraty.gov.br/pt_br/sobre-o-brics/informacao-sobre-o-brics).

- Jaleel, Muzamil. 2015. «Hurriyat: Its History, Role and Relevance.» *The Indian Express*, 31 de Agosto de 2015. <http://indianexpress.com/article/explained/hurriyat-its-history-role-and-relevance/>.
- Kapur, Paul. 2011. «Peace and Conflict in the Indo-Pakistani Rivalry: Domestic and Strategic Causes.» Em *Asian Rivalries: Conflict, Escalation, and Limitations on Two-level Games*, editado por Sumit Ganguly e William R. Thompson, 61-78. Stanford: Stanford University Press.
- \_\_\_\_\_. 2010. «India and the United States from World War II to the Present: A Relationship Transformed.» Em *India's Foreign Policy: Retrospect and Prospect*, editado por Sumit Ganguly, 251-274. Nova Deli: Oxford University Press.
- Keohane, Robert. 2002. *Power and Governance in a Partially Globalized World*. Londres: Routledge Francis & Taylor Group.
- Khan, Saad. 2016. «India-Pakistan Relations: A Paradigm Shift.» *The Diplomat*, 17 de Agosto de 2016. <https://thediplomat.com/2016/08/india-pakistan-relations-a-paradigm-shift/>.
- Khan, Zulfqar, e Ahmad Khan. 2016. «The Strategic Impasse over India's Doctrinal Restructuring.» *The Washington Quarterly* 39 (1): 139–57. doi:10.1080/0163660X.2016.1170485.
- Kitchen, Nicholas. 2010. «Systemic pressures and domestic ideas: a neoclassical realist model of grand strategy formation.» *Review of International Studies* 36 (1): 117-43. doi:10.1017/S0260210509990532.
- Kugelman, Michael. 2016. «Could India and Pakistan Go to War?» *The Diplomat*, 24 de setembro de 2016. <https://thediplomat.com/2016/09/could-india-and-pakistan-go-to-war/>.
- Kugiel, Patryk. 2012. «India's Soft Power in South Asia.» *International Studies* 49 (3–4): 351–76. doi:10.1177/0020881714534033.
- Kurlantzick, Joshua. 2007. *Charm Offensive: How China's Soft Power Is Transforming the World*. New Haven: Yale University Press.

- Ladwig III, Walter C. 2007/8. «A Cold Start for Hot Wars? The Indian Army's New Limited War Doctrine.» *International Security* 32 (3): 158–90. doi:10.1162/isec.2008.32.3.158.
- Lieven, Anatol. 2012. *Pakistan: A Hard Country*. Londres: Penguin Books.
- Lobell, Steven E., Norrin M. Ripsman, e Jeffrey W. Taliaferro, eds. 2009. *Neoclassical realism, the state, and foreign policy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Lobo-Fernandes, Luís. 2005. «Metamorfose do Sistema Vestefaliano e o Domínio Teórico das Relações Internacionais. Alguns Desafios Metodológicos.» *Nação e Defesa* 110 (3): 33-44. <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/1245>.
- Mahmood, Tehmina. 1999. «India and Pakistan's Nuclear Explosions: An Analysis.» *Pakistan Horizon* 52 (1): 39–50. doi:10.2307/41394419.
- Maxwell, Stephen. 1968. «Rationality in Deterrence.» *The Adelphi Papers* 8 (50): 61–79. doi:10.1080/05679326808448106.
- Miller, Chatterjee, Manjari, e Bharath Gopalaswamy. 2016. «SAARC Is Dead; Long Live SAARC.» *The Diplomat*, 05 de novembro de 2016. <https://thediplomat.com/2016/11/saarc-is-dead-long-live-saarc/>.
- Mistry, Dinshaw. 2009. «Complexity of Deterrence among New Nuclear States: The India-Pakistan Case.» Em *Complex Deterrence: Strategy in the Global Age*, editado por T. V. Paul, Patrick M. Morgan e James J. Wirtz, 183-203. Chicago: University of Chicago Press.
- Mohan, Raja. 2017a. «Sonar Bangla, again.» *The Indian Express*, 06 de abril de 2017. <http://indianexpress.com/article/opinion/columns/sonar-bangla-again-india-bangladesh-relations-sheikh-hasina-narendra-modi-4601148/>.
- \_\_\_\_\_. 2017b. «New Delhi, Beijing need to mitigate frictions.» *Global Times*, 04 de abril. <http://www.globaltimes.cn/content/1040706.shtml>.

\_\_\_\_\_. 2017c. «Diplomacy for New India.» *The Indian Express*, 22 de março de 2017. <http://indianexpress.com/article/opinion/columns/diplomacy-for-new-india-china-narendra-modi-xi-jinping-4579619/>.

\_\_\_\_\_. 2016a. «Raja Mandala: Bay of Bengal's glad tidings.» *The Indian Express*, 11 de outubro de 2016. <http://indianexpress.com/article/opinion/columns/saarc-summit-india-pakistan-south-east-asia-regional-forum-3075858/>.

\_\_\_\_\_. 2016b. «Raja Mandala: Pragmatic About SAARC.» *The Indian Express*, 09 de agosto de 2016. <http://indianexpress.com/article/opinion/columns/saarc-nations-meet-india-pakistan-nawaz-sharif-burhan-wani-pm-modi-2962301/>.

\_\_\_\_\_. 2016c. «A Connected Subcontinent: South Asia in 2030.» *Nepal Economic Forum* Julho (25): 8-9. [http://www.nepaleconomicforum.org/uploads/publications/file/nefport25\\_20160720111817.pdf](http://www.nepaleconomicforum.org/uploads/publications/file/nefport25_20160720111817.pdf).

\_\_\_\_\_. 2016d. «Raja Mandala: Akhand Bharat and Other Stories.» *The Indian Express*, 05 de janeiro de 2016. <http://indianexpress.com/article/opinion/columns/rss-ram-madhav-akhand-bharat-and-other-stories/>.

\_\_\_\_\_. 2015a. *Modi's World: Expanding India's Sphere of Influence*. Noida: HarperCollins.

\_\_\_\_\_. 2015b. «Two-speed regionalism.» *The Indian Express*, 24 de junho de 2015. <http://indianexpress.com/article/opinion/columns/two-speed-regionalism/>.

\_\_\_\_\_. 2015c. «Northwest turbulence.» *The Indian Express*, 03 de março de 2015. <http://indianexpress.com/article/opinion/columns/northwest-turbulence/>.

\_\_\_\_\_. 2014a. «States and the SAARC.» *Carnegie India*, 29 de novembro de 2014. <http://indianexpress.com/article/opinion/columns/states-and-the-saarc/>.

\_\_\_\_\_. 2014b. «Not so easy to Act East.» *The Indian Express*, 22 de novembro de 2014. <http://indianexpress.com/article/opinion/columns/not-so-easy-to-act-east/>.

\_\_\_\_\_. 2006. «India and the balance of power.» *Foreign Affairs* 85 (4): 17-32.

- Morrow, James D. 1994. *Game Theory for Political Scientists*. Princeton: Princeton University Press.
- Mukherjee, Kunal. 2014. «The Kashmir conflict in South Asia: voices from Srinagar.» *Defense & Security Analysis* 30 (1): 44–54. doi:10.1080/14751798.2013.864868.
- Murthy, Padmaja. 1999. «The Gujral Doctrine and beyond.» *Strategic Analysis* 23 (4): 639–52. doi:10.1080/09700169908455072.
- NAM. Non-Aligned Movement.2017. «Overview.» Consultado a 25 de fevereiro de 2017. <http://www.nti.org/learn/treaties-and-regimes/non-aligned-movement-nam/>.
- Narang, Vipin. 2009/10. «Posturing for Peace? Pakistan’s Nuclear Postures and South Asian Stability.» *International Security* 34 (3): 38–78. doi:10.1162/isec.2010.34.3.38.
- Nazki, Saba Muzaffer. 2017. «Kashmir's Reckoning With the Implications of the China Pakistan Economic Corridor.» *The Diplomat*, 12 de março de 2017. <https://thediplomat.com/2017/03/kashmirs-reckoning-with-the-implications-of-the-china-pakistan-economic-corridor/>.
- Nye, Joseph S. 2008. *The Powers to Lead*. Oxford: Oxford University Press.
- \_\_\_\_\_.2004a. *Power in the Global Information Age: From realism to globalization*. Londres: Routledge Francis & Taylor Group.
- \_\_\_\_\_. 2004b. *Soft Power: The Means To Success In World Politics*. Nova Iorque: PublicAffairs.
- Ogden, Chris. 2011. «International ‘aspirations’ of a rising power.» Em *Handbook of India’s International Relations*, editado por David Scott, 3-13. Londres: Routledge Francis & Taylor Group.
- Olmstead, Jordan. 2014.«India-Pakistan Relations: A Destructive Equilibrium.» *The Diplomat*, 02 de novembro de 2014. <https://thediplomat.com/2014/11/india-pakistan-relations-a-destructive-equilibrium/>.

- ONU. Department of Economic and Social Affairs, Population Division. 2015. *World Population Prospects: The 2015 Revision, Key Findings and Advance Tables*. Nova Iorque: Nações Unidas.  
[https://esa.un.org/unpd/wpp/publications/files/key\\_findings\\_wpp\\_2015.pdf](https://esa.un.org/unpd/wpp/publications/files/key_findings_wpp_2015.pdf).
- Panda, Ankit. 2016a. «Indian Army 'Fire Assault' Hits Pakistan Military Outposts.» *The Diplomat*, 31 de outubro de 2016.<https://thediplomat.com/2016/10/indian-army-fire-assault-hits-pakistan-military-outposts/>.
- \_\_\_\_\_. 2016b. «SAARC Summit Cancellation Will Sting Pakistan, But Won't Prevent the Next Uri or Pathankot.» *The Diplomat*, 29 de setembro de 2016.<https://thediplomat.com/2016/09/saarc-summit-cancellation-will-sting-pakistan-but-wont-prevent-the-next-uri-or-pathankot/>.
- \_\_\_\_\_. 2016c. «India to Skip SAARC Summit in Pakistan Post-Uri Attack.» *The Diplomat*, 28 de setembro de 2016.<https://thediplomat.com/2016/09/india-to-skip-saarc-summit-in-pakistan-post-uri-attack/>.
- \_\_\_\_\_. 2016d. «Foreign Ministers of India and Pakistan Set to Meet at SAARC Ministerial.» *The Diplomat*, 15 de março de 2016.<https://thediplomat.com/2016/03/foreign-ministers-of-india-and-pakistan-set-to-meet-at-saarc-ministerial/>.
- \_\_\_\_\_. 2015. «Assessing the Latest India-Pakistan Prime Ministers.» *The Diplomat*, 11 de julho de 2015. <https://thediplomat.com/2015/07/assessing-the-latest-india-pakistan-prime-ministers-meeting/>.
- \_\_\_\_\_. 2014. «Modi: SAARC's Last Hope for Relevance?» *The Diplomat*, 22 de outubro de 2014.<https://thediplomat.com/2014/10/modi-saarc-s-last-hope-for-relevance/>.
- \_\_\_\_\_. 2013. «Geography's Curse: India's Vulnerable 'Chicken's Neck'.» *The Diplomat*, 08 de novembro de 2013.<https://thediplomat.com/2013/11/geographys-curse-indias-vulnerable-chickens-neck/>.
- Pattanaik, Smruti S. 2004. «Indo-Pak relations and the SAARC summits.» *Strategic Analysis* 28 (3): 427–39. doi:10.1080/09700160408450146.

- Paul, T. V. 2014. «India's Role in Asia: A Rising Regional Power.» Em *International Relations of Asia*, editado por David ShamBaugh e Michael Yahuda, 196-222. 2.<sup>a</sup>ed. Lanham: Rowman & Littlefield.
- \_\_\_\_\_. 2009. «Complex Deterrence: An Introduction.» Em *Complex Deterrence: Strategy in the Global Age*, editado por T. V. Paul, Patrick M. Morgan e James J. Wirtz, 1-27. Chicago: University of Chicago Press.
- \_\_\_\_\_. 2006. «Why has the India-Pakistan Rivalry Been so Enduring? Power Asymmetry and an Intractable Conflict.» *Security Studies* 15 (4): 600–630. doi:10.1080/09636410601184595.
- Paul, T. V., ed. 2005. *The India–Pakistan Conflict: An Enduring Rivalry*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Paul, T. V., James J. Wirtz, e Michel. Fortmann, eds. 2004. *Balance of power: theory and practice in the 21st century*. Stanford: Stanford University Press.
- Paul, T. V., Richard J. Harknett, e James J. Wirtz, eds. 1998. *The Absolute Weapon Revisited: Nuclear Arms and the Emerging International Order*. Michigan: University of Michigan Press.
- Paul, T. V. 1998. «Power, Influence, and Nuclear Weapons: a Reassessment.» Em *The Absolute Weapon Revisited: Nuclear Arms and the Emerging International Order*, editado por T. V. Paul, Richard J. Harknett e James J. Wirtz, 19-45. Michigan: University of Michigan Press.
- Pekkanen, Saadia, John Ravenhill, e Rosemary Foot, eds. 2014. *The Oxford Handbook of the International Relations of Asia*. Oxford: Oxford University Press.
- Pillalamarri, Akhilesh. 2016. «One Step Further: It's Time for SAARC to Expel Pakistan.» *The Diplomat*, 29 de setembro de 2016. <https://thediplomat.com/2016/09/one-step-further-its-time-for-saarc-to-expel-pakistan/>.
- \_\_\_\_\_. 2014. «For SAARC to Work, India and Pakistan Must Resolve Differences.» *The Diplomat*, 27 de novembro de 2014. <https://thediplomat.com/2014/11/for-saarc-to-work-india-and-pakistan-must-resolve-differences/>.
- Rathbun, Brian. 2008. «A Rose by Any Other Name: Neoclassical Realism as the Logical and Necessary Extension of Structural Realism.» *Security Studies* 17 (2): 294–321. doi:10.1080/09636410802098917.

- Rosati, Jerel, A, e Scott, M. James. 2011. *The Politics of United States Foreign Policy*. 5.<sup>a</sup>ed. Boston: Wadsworth.
- Rosati, Jerel A. 1981. «Developing a Systematic Decision-Making Framework: Bureaucratic Politics in Perspective». *World Politics* 33 (2): 234–52. doi:10.2307/2010371.
- Rose, Gideon. 1998. «Neoclassical Realism and Theories of Foreign Policy.» *World Politics* 51 (1): 144–72. doi:10.1017/S0043887100007814.
- Sajjanhar, Ashok. 2016a. «India and China: Asia's Uneasy Neighbors.» *The Diplomat*, 22 de Agosto de 2016. <https://thediplomat.com/2016/08/india-and-china-asias-uneasy-neighbors/>.
- Sarkesian, Sam C., e Robert E. Connor. 2006. *The US Military Profession into the Twenty-First Century: War, peace and politics*. 2.<sup>a</sup>ed. Londres: Routledge Taylor & Francis Group.
- \_\_\_\_\_. 2016b. «India: Dealing with Pakistan.» *The Diplomat*, 13 de janeiro de 2016. <https://thediplomat.com/2016/01/india-dealing-with-pakistan/>.
- Schelling, Thomas C. 2008. *Arms and influence*. New Haven: Yale University Press.
- Schwab, Klaus, ed. 2016. *The Global Competitiveness Report 2016-2017*. World Economic Forum: Genebra. [http://www3.weforum.org/docs/GCR2016-2017/05FullReport/TheGlobalCompetitivenessReport2016-2017\\_FINAL.pdf](http://www3.weforum.org/docs/GCR2016-2017/05FullReport/TheGlobalCompetitivenessReport2016-2017_FINAL.pdf).
- Schweller, Randall L. 2004. «Unanswered Threats: A Neoclassical Realist Theory of Underbalancing.» *International Security* 29 (2): 159–201. doi:10.2307/4137589.
- Scott, David, ed. 2011. *Handbook of India's International Relations*. Londres: Routledge Francis & Taylor Group.
- Sempa, Francis P. 2016. «The Growing India-Pakistan-China Nuclear Rivalry.» *The Diplomat*, 08 de julho de 2016. <https://thediplomat.com/2016/07/the-growing-india-pakistan-china-nuclear-rivalry/>.
- Shah, Pankaj. 2015. «Pakistan rules out possibility of India emerging as «most favoured nation.» *The Times of India*, 11 de maio de 2015. <https://timesofindia.indiatimes.com/india/Pakistan-rules-out-possibility-of-India-emerging-as-most-favoured-nation/articleshow/47233032.cms>.
- Shambaugh, David L., e Michael B. Yahuda, eds. 2014. *International relations of Asia*. 2.<sup>a</sup>ed. Lanham: Rowman & Littlefield.



- Shankar, Mahesh, e T. V. Paul. 2016. «Nuclear doctrines and stable strategic relationships: the case of south Asia.» *International Affairs* 92 (1): 1–20. doi:10.1111/1468-2346.12503.
- Siddiqi, Ayesha. 2007. *Military Inc. : inside Pakistan's military economy*. Londres: Pluto Press.
- Srinivasan, Sharmadha. 2014. «SAARC Summit Debriefing.» *The Diplomat*, 02 de dezembro de 2014. <https://thediplomat.com/2014/12/saarc-summit-debriefing/>.
- Strange, Susan. 1987. «The Persistent myth of lost hegemony.» *International Organization* 41 (4): 551. doi:10.1017/S0020818300027600.
- Swami, Praveen. 2003. «Terrorism in Jammu and Kashmir in Theory and Practice.» Em *The Kashmir Question: Retrospect and Prospect*, editado por Sumit Ganguly, 43–71. Londres: Frank Cass & Company Limited.
- Taliaferro, Jeffrey W., Steven E. Lobell, e Norrin M. Ripsman. 2009. «Introduction: Neoclassical realism, the state, and foreign policy.» Em *Neoclassical Realism, the State, and Foreign Policy*, editado por Steven E. Lobell, Norrin M. Ripsman, e Jeffrey W. Taliaferro, 1–41. Cambridge: Cambridge University Press.
- Taliaferro, Jeffrey W. 2006. «State Building for Future Wars: Neoclassical Realism and the Resource-Extractive State.» *Security Studies* 15 (3): 464–95. doi:10.1080/09636410601028370.
- Thakur, Ramesh. 2014. «The inconsequential gains and lasting insecurities of India's nuclear weaponization.» *International Affairs* 90 (5): 1101–24. doi:10.1111/1468-2346.12159.
- The Economist. 2010. «Ending the red terror.» *The Economist*, 25 de fevereiro de 2010. <http://www.economist.com/node/15579946>.
- Thomas, Raju G. C. 2004. «The South Asian Security Balance in a Western Dominant World.» Em *Balance of Power: Theory and Practice in the 21st Century*, editado por T. V. Paul, James J. Wirtz, e Michel Fortmann, 305–33. Stanford: Stanford University Press.

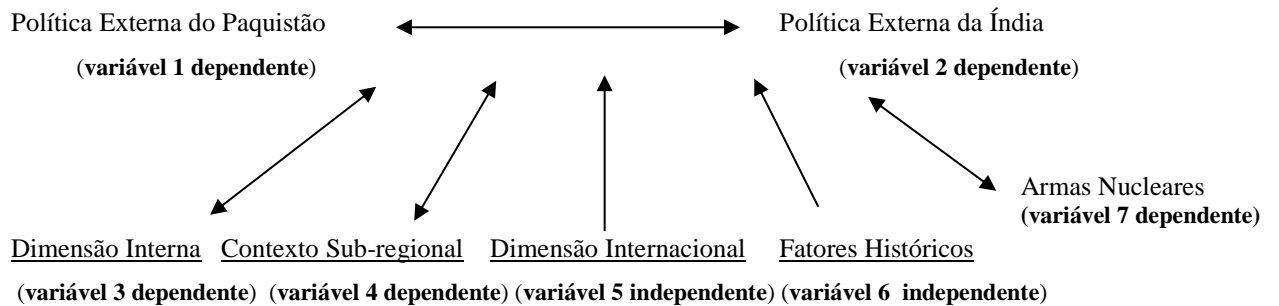
- Tiezzi, Shannon. 2014. «China Makes Inroads Into India's Backyard.» *The Diplomat*, 27 de novembro de 2014. <https://thediplomat.com/2014/11/china-makes-inroads-into-indias-backyard/>.
- Transparency International. 2016. «Corruption Perceptions Index 2016». Consultado a 15 de março 2017. [https://www.transparency.org/news/feature/corruption\\_perceptions\\_index\\_2016](https://www.transparency.org/news/feature/corruption_perceptions_index_2016).
- Tucídides. 2008. *História da Guerra do Peloponeso*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Wagner, Christian. 2016. «The Role of India and China in South Asia.» *Strategic Analysis* 40 (4): 307–20. doi:10.1080/09700161.2016.1184790.
- Waltz, Kenneth N. 2002. *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Grávida.
- WITS. World Integrated Trade Solution. 2016a. «India Trade Summary 2015 Data.» Consultado a 14 de dezembro de 2016. <http://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/Country/IND/Year/2015/Summary>.
- \_\_\_\_\_. 2016b. «Pakistan Trade Summary 2015 Data.» Consultado a 14 de dezembro de 2016. <http://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/Country/PAK/Year/LTST/Summary>.
- World Economic Forum. 2017. «The world's 10 biggest economies in 2017.» Consultado a 10 de março de 2017. <https://www.weforum.org/agenda/2017/03/worlds-biggest-economies-in-2017/>.
- Xavier, Constantino. 2017. «India Aims to Woo Bangladesh Away From China.» *Deutsche Welle*, 07 de abril de 2017. <http://www.dw.com/en/india-aims-to-woo-bangladesh-away-from-china/a-38335827>.
- \_\_\_\_\_. 2016. «India Can't Afford to Wait for an Obstinate Pak and a Moribund SAARC.» *Hindustan Times*, 05 de outubro de 2016. <http://www.hindustantimes.com/analysis/india-s-interests-can-t-afford-to-wait-any-more-for-an-obstinate-pak-and-a-moribund-saarc/story-gGyb57XcBYIzXUouVHJzQO.html>.

- \_\_\_\_\_. 2011. «Índia.» Em *Política Externa: As Relações Internacionais em Mudança*, editado por Maria Raquel Freire, 229-251. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Yahuda, Michael. 2011. «The United States and the Asia-Pacific.» Em *The International Politics of the Asia Pacific: Since 1945*, 87-115. Nova Iorque: Routledge Taylor & Francis Group.
- Zakaria, Fareed. 1988. *From Wealth to Power: The Unusual Origins of America's World Role*. Princeton: Princeton University Press.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Índia e Paquistão: principais indicadores de natureza económica, militar, social e geográfica.....	60
Figura 2. Mapa da Ásia do Sul.....	61
Figura 3. As trocas comerciais entre a Índia e o Paquistão, período 2003 – 2016 (em milhões USD).....	71

## Apêndice 1: A relação de interação das variáveis



**Nota:** A variável 1 – Política externa do Paquistão é dependente da variável 2 – a Política externa Indiana, que por seu turno influencia a variável 1.

A variável 3 – Dimensão Interna, a variável 4 - Contexto Sub-regional e a variável 7 – Armas Nucleares - influenciam a relação entre a variável 1 – Política externa do Paquistão e a variável 2 – a Política externa Indiana e, igualmente, são influenciadas pela relação entre a variável 1 e a variável 2.

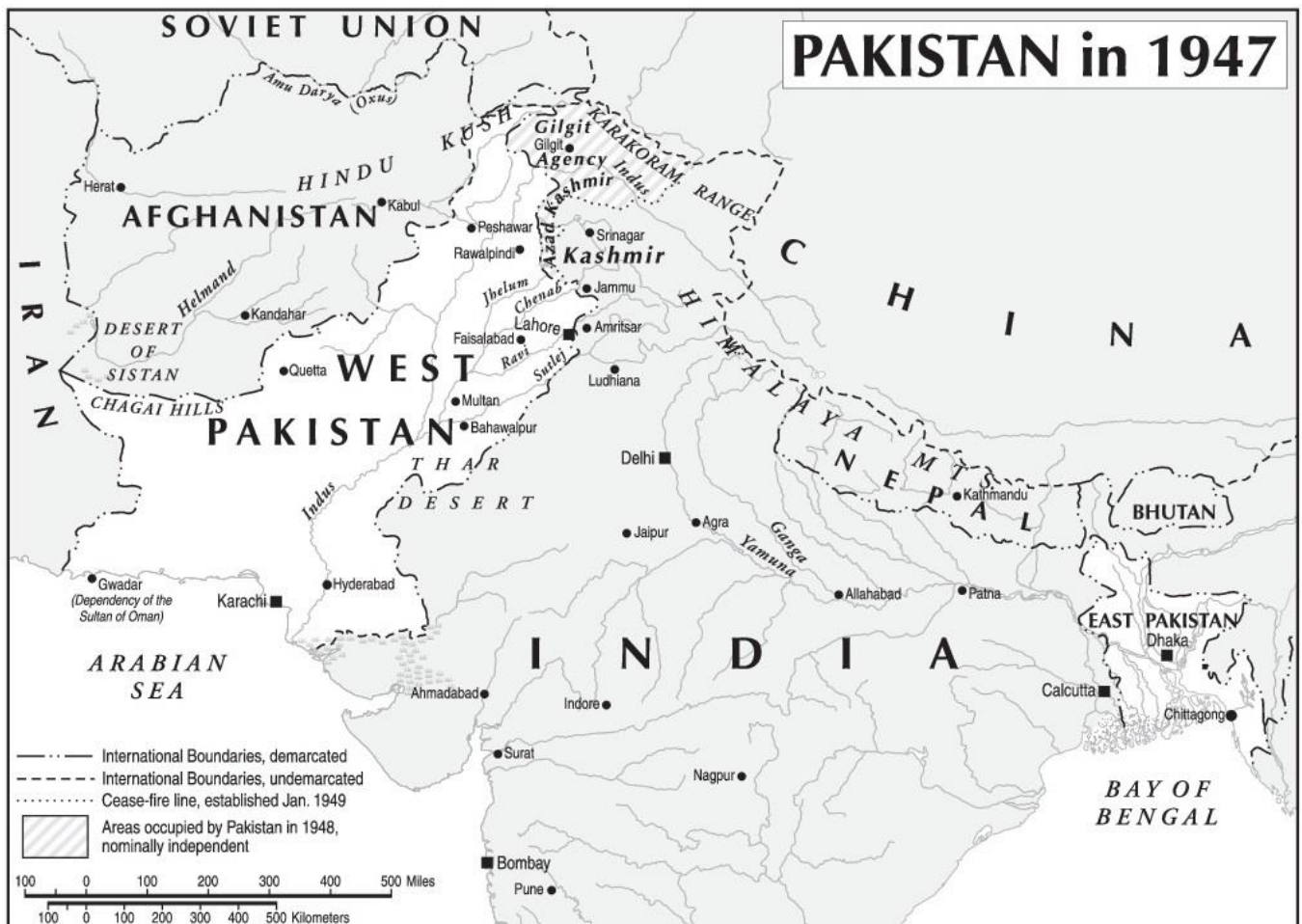
A variável 5 – Dimensão Internacional e a variável 6 – Fatores Históricos, são variáveis independentes, que tem impacto na relação da variável 1 com a variável 2.

### Anexo 1: Mapa da Índia britânica na véspera da independência de 1947



Fonte: Cohen, 2013, p. xviii

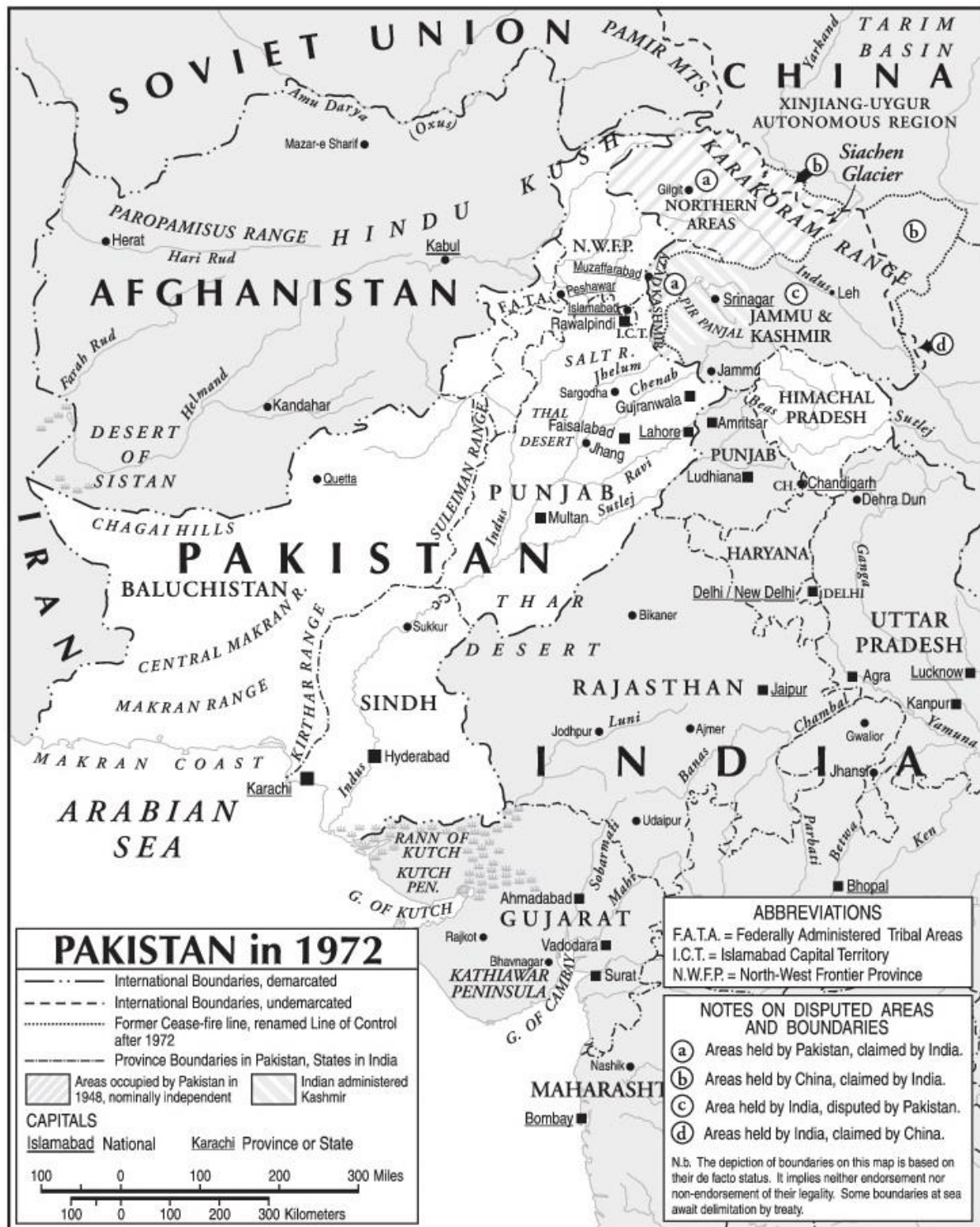
## Anexo 2: Mapa do Paquistão em 1947



Fonte: Cohen, 2004, p. 40



### Anexo 3: Mapa do Paquistão em 1972



Fonte: Cohen, 2004, p. 76

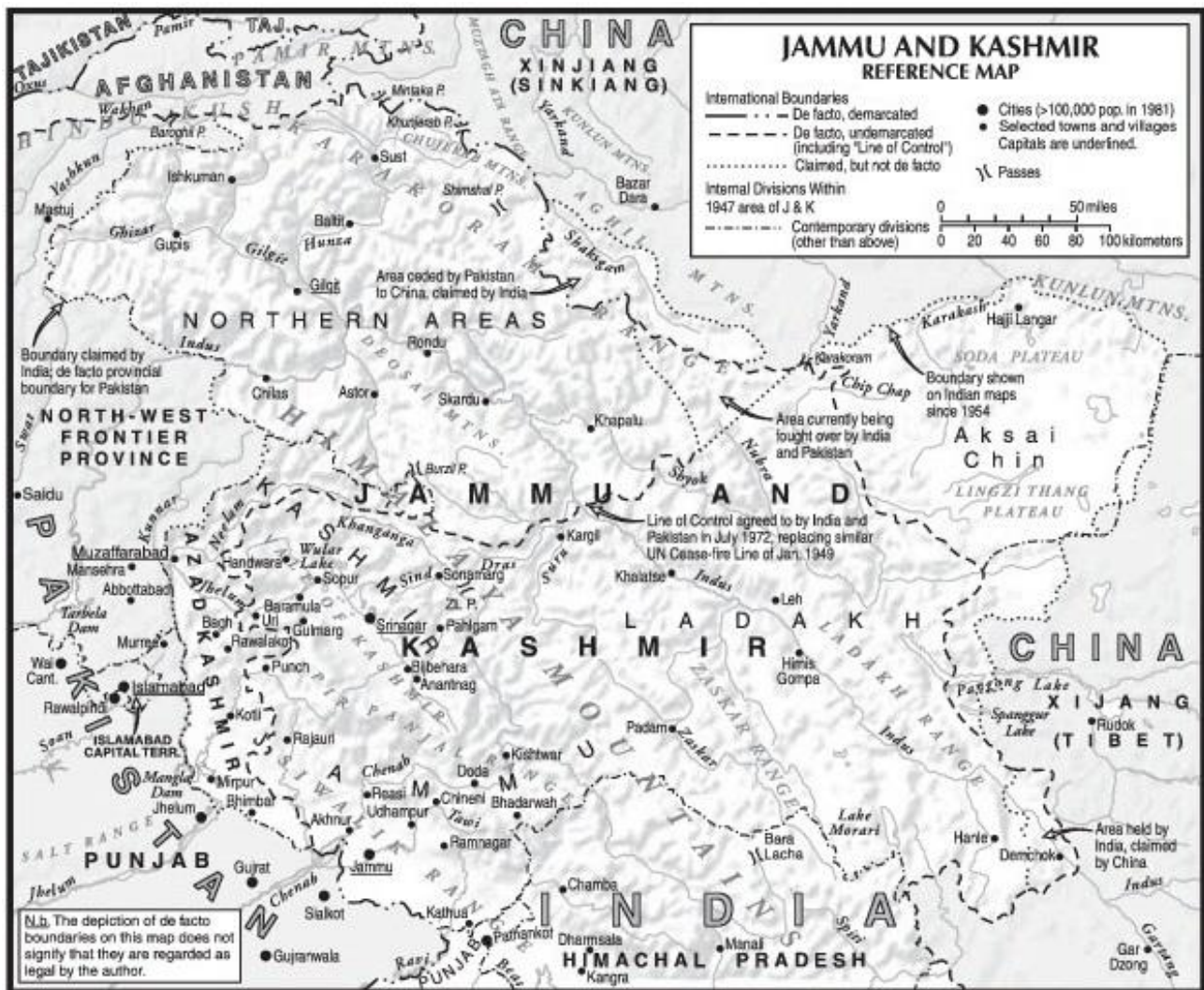


#### Anexo 4: Mapa do posicionamento do Paquistão a nível regional



Fonte: Cohen, 2004, p. 300

## Anexo 5: Mapa do território de Caxemira



Fonte:Cohen, 2013, p. 45

**Anexo 6: Os principais países de destino dos Programas de Cooperação Técnica da Índia, no fiscal 2015-2016 (valores estimados, apresentados em rupia indiana)**

S. No.	Technical Cooperation Budget	(In Rupees crore)	% of India's Total Aid & Loan Budget
1.	Bhutan	2919.40	32.06
2.	Bangladesh	250.00	2.75
3.	Afghanistan	676.00	7.42
4.	Sri Lanka	500.00	5.49
5.	Nepal	420.00	4.61
6.	Myanmar	270.00	2.96
7.	African Countries	200.00	2.20
8.	Eurasian Countries	20.00	0.22
9.	Maldives	25.00	0.27
10.	Latin American Countries	15.00	0.16
11.	Mongolia	2.50	0.03
12.	Others	410.32	4.51
	<b>Total</b>	<b>5708.22</b>	

Fonte: Ministério das Relações Exteriores da República da Índia, 2016, p. 348

## Anexo 7: As despesas de defesa e o número das forças armadas por Estado, na região da Ásia

	Defence Spending current US\$ m			Defence Spending per capita (current US\$)			Defence Spending % of GDP			Active Armed Forces (000)	Estimated Reservists (000)	Active Paramilitary (000)
	2013	2014	2015	2013	2014	2015	2013	2014	2015	2016	2016	2016
<b>Asia</b>												
Afghanistan	2,751	3,294	3,226	88	104	99	13.64	16.11	16.39	161	0	148
Australia	24,458	23,876	22,764	1,099	1,061	1,001	1.63	1.65	1.83	57	23	0
Bangladesh	1,715	1,956	2,225	10	12	13	1.06	1.06	1.10	157	0	64
Brunei	413	568	396	993	1,343	922	2.28	3.32	3.41	7	1	2
Cambodia	397	446	n.k.	26	29	n.k.	2.58	2.70	n.k.	124	0	67
China	115,844	131,140	145,832	85	96	106	1.22	1.27	1.28	2,333	510	660
Fiji	58	54	55	65	60	60	1.44	1.26	1.21	4	6	0
India	41,896	46,484	47,956	34	38	38	2.23	2.27	2.20	1,346	1,155	1,404
Indonesia	7,848	7,273	7,587	31	29	30	0.86	0.82	0.87	396	400	281
Japan	48,709	46,107	41,013	383	363	323	0.99	1.00	1.00	247	56	13
Korea, DPR of	n.k.	n.k.	n.k.	n.k.	n.k.	n.k.	n.k.	n.k.	n.k.	1,190	600	189
Korea, Republic of	31,508	33,910	33,460	644	691	681	2.41	2.40	2.40	628	4,500	5
Laos	22	25	n.k.	3	4	n.k.	0.20	0.21	n.k.	29	0	100
Malaysia	4,840	4,919	4,738	163	164	155	1.50	1.45	1.51	109	52	25
Mongolia	117	107	93	40	36	31	0.93	0.89	0.75	10	137	8
Myanmar	2,179	2,371	2,245	40	43	40	3.84	3.76	3.41	406	0	107
Nepal	234	331	324	8	11	10	1.22	1.68	1.52	96	0	62
New Zealand	2,605	2,857	2,418	597	649	545	1.41	1.45	1.42	9	2	0
Pakistan	6,006	6,460	7,456	31	33	37	2.59	2.62	2.75	644	0	282
Papua New Guinea	83	99	100	13	15	15	0.54	0.59	0.56	2	0	0
Philippines	2,096	2,024	2,223	21	20	22	0.77	0.71	0.74	125	131	41
Singapore	9,730	9,799	9,676	1,782	1,760	1,705	3.22	3.18	3.29	73	313	75
Sri Lanka	1,842	1,930	1,850	85	88	84	2.73	2.58	2.33	161	6	62
Taiwan	10,321	10,020	10,257	443	429	438	2.02	1.89	1.98	215	1,657	17
Thailand	5,875	5,635	5,374	87	83	79	1.40	1.39	1.44	361	200	93
Timor-Leste	67	70	73	57	58	59	1.19	1.40	1.72	1	0	0
Vietnam	4,033	n.k.	n.k.	44	n.k.	n.k.	2.36	n.k.	n.k.	482	5,000	40
<b>Total*</b>	<b>325,647</b>	<b>346,061</b>	<b>356,026</b>	<b>83</b>	<b>88</b>	<b>89</b>	<b>1.43</b>	<b>1.46</b>	<b>1.48</b>	<b>9,370</b>	<b>14,748</b>	<b>3,743</b>

Fonte: IISS, 2016, p. 486

## **Anexo 8: Os principais Tratados, Acordos, Memorandos de Entendimento, Declarações e Protocolos entre a Índia e o Paquistão**

<b>Nr.</b>	<b>Tratado/Acordo/Memorando de Entendimento/Declaração/Protocolo</b>	<b>Assinado a</b>
1	Agreement between India and Pakistan on cooperation and mutual assistance in customs matters	21-09-2012
2	MoU between India and Pakistan on cultural cooperation	08 -09-2012
3	MoU between India through India Trade Promotion Organisation [ITPO] and Pakistan through Trade Development Authority of Pakistan [TDAP]	28-09-2011
4	MoU between India and Pakistan on drug demand reduction and prevention of illicit trafficking in narcotic drugs, psychotropic substances and precursor chemicals and related matters	13-09-2011
5	Agreement between India and Pakistan on reducing the risk from accidents relating to nuclear weapons	21-02- 2007
6	Agreement between India and Pakistan on pre- notification of flight testing of ballistic missiles	03-10-2005
7	MoU between India and Pakistan for the establishment of a communication link between Indian coast guard and the Pakistan maritime security agency	03-10-2005
8	The Lahore Declaration	21-02-1999
9	Code of conduct for the treatment of diplomatic/consular personnel in India and Pakistan	19-08-1992
10	Agreement between India and Pakistan on prevention of air space violations and for permitting over flights and landings by military aircraft	06-04-1991
11	Agreement between India and Pakistan on advance notice on military exercises, manoeuvres and troop movements	06-04-1991
12	Agreement on the prohibition of attack against nuclear installations and facilities between India and Pakistan	31-12-1988
13	Cultural cooperation Agreement between India and Pakistan	31-12-1988
14	Agreement for the establishment of a joint commission between India and Pakistan	10-03-1983
15	Agreement between India and Pakistan regarding the Salal hydoro electric plant	14-02-1978
16	Agreement between India and Pakistan regarding telecommunications	01-10-1977
17	Agreement between India and Pakistan on air services	16-07-1976
18	Agreement relating to rail communication between India and Pakistan	28-06-1976

19	Agreement related to trade between India and Pakistan	23-01-1975
20	Agreement between India and Pakistan relating to trade	23-01-1975
21	Protocol between India and Pakistan regarding shipping services	15-01-1975
22	Protocol between India and Pakistan on resumption of trade	30-11-1974
23	Agreement between India and Pakistan regarding visa	14-09-1974
24	Agreement between India and Pakistan relating to the exchange of postal articles	14-09-1974
25	Agreement between India and Pakistan on telecommunications	14-09-1974
26	Protocol constituting an Agreement between India and Pakistan on visit to religious shrines	14-09-1974
27	Agreement between India and Pakistan on release and repatriation of persons detained in either country prior to the conflict of 1971	09-04-1974
28	Agreement between India and Pakistan on bilateral relations (Simla Agreement)	02-07-1972
29	Agreement between India and Pakistan on withdrawal of troops	22-01-1966
30	Tashkent declaration signed between India and Pakistan	10-01-1966
31	Agreement related to trade between India and Pakistan	01-09-1963
32	Treaty between India and Pakistan concerning the most complete and satisfactory utilisation of the waters of the Indus system of rivers	19-09-1960
33	Agreement concerning trade between India and Pakistan	21-03-1960
34	Limited payments Agreement between India and Pakistan	03-12-1959
35	Agreement between India and Pakistan on ad hoc transitional arrangements for the irrigation use of the waters of the Indus system of waters	17-04-1959
36	Agreement relating to trade between India and Pakistan	22-01-1957
37	Agreement between India and Pakistan on ad hoc transitional arrangements for the use of the waters of the Indus System of Rivers	31-10-1955
38	Inter governmental Agreement between India and Pakistan for ad hoc transitional arrangements for 1955 on the use of Indus river waters	21-06-1955
39	Agreement between India and Pakistan on certain outstanding financial issues	12-06-1955
40	Agreement between India and Pakistan regarding resumption of rail traffic	15-06-1955

41	Agreement between India and Pakistan on trade	05-08-1952
42	Agreement on trade between India and Pakistan	26-02-1951
43	Agreement between India and Pakistan regarding security and rights of minorities (Nehru-Liaquat Agreement)	08-04-1950
44	Trade Agreement between India and Pakistan	24-06-1949
45	Agreement on banking between India and Pakistan	23-04-1949
46	Agreement between India and Pakistan relating to air services	23-06-1948
47	Agreement for the avoidance of double taxation of income between India and Pakistan	10-12-1947

Fonte:Embaixada da República da Índia na República Islâmica do Paquistão. 2016. «Relações Bilaterais.» Consultado a 05 de dezembro de 2016. <https://www.india.org.pk/pages.php?id=2>.